

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL-PPGDS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JOÃO NUNES FIGUEIREDO

A PEDAGOGIA POLICIAL-MILITAR EM MINAS GERAIS

Um estudo sobre a formação de praças da PMMG

Montes Claros – MG
Março / 2024

JOÃO NUNES FIGUEIREDO

A PEDAGOGIA POLICIAL-MILITAR EM MINAS GERAIS:

Um estudo sobre a formação de praças da PMMG

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira

Coorientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos

Montes Claros – MG
Março / 2024

F475p Figueiredo, João Nunes.
A Pedagogia policial-militar em Minas Gerais [manuscrito]: um estudo sobre a formação de praças da PMMG / João Nunes Figueiredo – Montes Claros (MG), 2024. 157 f. : il.

Bibliografia: f. 144-157.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos.

1. Minas Gerais, Polícia Militar - Educação - História. 2. Policiais militares - Formação - Minas Gerais. 3. Autoritarismo. 4. Violência. 5. Simbolismo. I. Pereira, Laurindo Mékie. II. Santos, Gilmar Ribeiro dos. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: um estudo sobre a formação de praças da PMMG.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

JOÃO NUNES FIGUEIREDO

A PEDAGOGIA POLICIAL-MILITAR EM MINAS GERAIS

Um estudo sobre a formação de praças da PMMG

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Membros da Banca:

Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira (Orientador)
Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES

Prof. Dr. Gilmar Pereira dos Santos (Coorientador)
Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso
Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS/UNIMONTES

Prof. Dr. Fábio Gomes de França
Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba - CEPMPB

Prof. Dr. Antônio Gasparetto Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF

Montes Claros – MG
Março / 2024

“(…) um regime pedagógico-profissionalizante baseado no disciplinamento corporal, psíquico e moral que pode ser visto como uma ‘fábrica’ de novas identidades sociais caracterizadas pela obediência, resignação às regras da caserna e uniformidade de comportamentos”. (FRANÇA, 2019, p. 359).

“A desumanização, embora seja um fato histórico concreto, não é um destino dado, mas o resultado de uma ordem injusta que gera violência nos opressores, o que, por sua vez, desumaniza os oprimidos.” (FREIRE, 1987, p. 72).

AGRADECIMENTOS

A todos que incentivaram o meu retorno ao meio acadêmico, em especial ao professor Augusto Quirino, meu amigo e principal incentivador.

O professor Augusto Quirino ao perceber constantes ataques a mim na Rede Social Facebook, promovidos em massa por policiais militares bolsonaristas que faziam uma defesa inexorável do líder a quem chamavam de “mito” e se tornavam extremamente agressivos nessa defesa, sugeriu-me, e até insistiu, para que eu, ao invés de tentar argumentar com os agressores, como vinha fazendo e que se confirmava ser uma ação infrutífera, que mudasse de postura e investisse em um estudo para entender o porquê das atitudes e comportamentos extremos daquelas pessoas. Foi quando me falou do Edital de Seleção para o Mestrado da Unimontes, cujo prazo, inclusive, já estava se esgotando. Aceita a sugestão, o amigo e professor aqui referido, não mediu esforços para me orientar na elaboração do projeto para a inscrição no concurso, o que foi feito em quatro dias e foi peça fundamental no cumprimento dos demais requisitos para a minha aprovação no concurso. Neste momento, eu não poderia me furtar a estas poucas palavras que representam a minha intenção de expressar o meu eterno agradecimento ao nobre amigo e professor.

À minha esposa, Sandra, companheira de todas as horas, pela compreensão, pelo apoio, pelo incentivo e disposição em ajudar no que fosse preciso. Aos nossos filhos Júnior, de 16, e Bruno, de 12 anos, sempre atentos a tudo que escrevo, sempre indagando sobre o que estou estudando: companheiros de caminhada que fazem questão de demonstrar que o são.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Laurindo Mékie Pereira e Professor Doutor Gilmar Pereira dos Santos, pela paciência e dedicação no acompanhamento ao meu trabalho de pesquisa e produção da dissertação.

Aos amigos Professor Doutor Frederico Mineiro, Professor Ms Reginaldo Alves, pelas manifestações de apoio, acompanhamento e contribuição ao meu trabalho.

Aos colegas do Curso de Mestrado que mais do que simples colegas se tornaram companheiros(as) de caminhada, de luta, verdadeiros amigos que ficarão para sempre como parte da minha vida.

Aos amigos Antônio Figueiró, Sivaldo Ribeiro, Raimundo Oliveira, Ariosto Carvalho, Eva de Cássia Barbosa, Nelson Fróes, em cujos nomes eu agradeço a todos os amigos e amigas

que sempre me apoiam e inspiram a minha produção escrita e estudos; seria impossível citar neste pequeno espaço o nome de todos(as).

A todos(as) parentes que sempre torceram pelo meu sucesso e que sempre se colocaram à disposição no que estiver ao alcance de cada um(a), cujas presenças em minha vida me faz sentir uma pessoa realizada.

Muito obrigado a todos e todas!

RESUMO

A pesquisa tem como objeto o modelo pedagógico de origem prussiana, composto por algumas ações que podem ser consideradas como tortura psicológica e, em alguns casos, até tortura física, utilizado na PMMG desde 1912, com a vinda de Robert Drexler, capitão do exército suíço comissionado na PM no posto de coronel. Tem um recorte temporal de 1912 a 2022 e foi desenvolvida a partir de leituras e registros de relatos de PMs de Montes Claros e cidades circunvizinhas, através dos Métodos Comparativo, Estudo de Caso, Observação Participante e com apoio de técnicas da História Oral. O problema que norteia os trabalhos busca respostas para a relação da pedagogia policial-militar, utilizada na formação de praças da PMMG ao longo da história da corporação, com atitudes agressivas e posturas inflexíveis de uma parcela significativa de seus integrantes; busca também conhecer se há diferenças entre as condutas de policiais militares formados atualmente daqueles formados antes de 2015, ano em que se passou a exigir curso universitário para ingresso como soldado na corporação e sobre o porquê de o modelo pedagógico de influência prussiana, definido como “Pedagogia do sofrimento”, tem resistido a todas as mudanças que ocorreram no processo de modernização da corporação, desde que ele foi adotado.

Palavras-chave: Militar, Autoritarismo, Pedagogia, Violência, Polícia Militar de Minas Gerais, Simbolismo.

ABSTRACT

The research has as its object the pedagogical model of Prussian origin, composed of some actions that can be considered as psychological torture and, in some cases, even physical torture, used in the PMMG since 1912, with the arrival of Robert Drexler, captain of the Swiss army commissioned in the PM with the rank of colonel. It has a time frame from 1912 to 2022 and was developed from readings and records of reports from police officers from Montes Claros and surrounding cities, through Comparative Methods, Case Study, Participant Observation and with the support of Oral History techniques. The problem that guides the work seeks answers to the relationship between police-military pedagogy, used in the formation of PMMG soldiers throughout the corporation's history, with aggressive attitudes and inflexible postures of a significant portion of its members; It also seeks to find out whether there are differences between the conduct of currently trained military police officers and those trained before 2015, the year in which a university course began to be required to join the force as a soldier, and why the Prussian-influenced pedagogical model, defined as “Pedagogy of suffering”, has resisted all the changes that have occurred in the corporation's modernization process, since it was adopted.

Keywords: Military, Authoritarianism, Pedagogy, Violence, Military Police of Minas Gerais, Symbolism.

RESUMEN

La investigación tiene como objeto el modelo pedagógico de origen prusiano, compuesto por algunas acciones que pueden considerarse como tortura psicológica y, en algunos casos, incluso física, utilizado en el PMMG desde 1912, con la llegada de Robert Drexler, capitán de El ejército suizo fue nombrado coronel en el PM. Tiene una extensión temporal de 1912 a 2022 y se desarrolló a partir de lecturas y registros de informes de policías de Montes Claros y ciudades aledañas, a través de Métodos Comparados, Estudio de Casos, Observación Participante y con el apoyo de técnicas de Historia Oral. El problema que orienta el trabajo busca respuestas a la relación entre la pedagogía policial-militar, utilizada en la formación de los soldados del PMMG a lo largo de la historia de la corporación, con actitudes agresivas y posturas inflexibles de una porción significativa de sus integrantes; También se busca averiguar si existen diferencias entre la conducta de los policías militares actualmente capacitados y los formados antes de 2015, año en el que comenzó a exigirse un curso universitario para incorporarse a la fuerza como soldado, y por qué la influencia prusiana El modelo pedagógico, definido como “Pedagogía del sufrimiento”, ha resistido todos los cambios ocurridos en el proceso de modernización de la corporación, desde su adopción.

Palabras clave: Militar, Autoritarismo, Pedagogía, Violencia, Policía Militar de Minas Gerais, Simbolismo.

LISTA DE SIGLAS

3º CRP Comando Regional de Policiamento
ABIN Agência Brasileira de Inteligência
BGPM Boletim Geral da Polícia Militar
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPP Centro de Pesquisas e Pós-graduação
EMPM Estado Maior da Polícia Militar
IGPM Inspetoria das Polícias Militares
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSEMG Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
MG Minas Gerais
ONU Organização das Nações Unidas
PL Partido Liberal
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG Polícia Militar de Minas Gerais
PM Polícia Militar / Policial Militar
PMAC Polícia Militar do Acre
PMSP Polícia Militar de São Paulo
PMs Polícias Militares / Policiais Militares
PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PSDB – SP Partido da Social-Democracia de São Paulo
PT – SP Partido dos Trabalhadores de São Paulo
PSB – SP Partido Socialista Brasileiro de São Paulo
ROTA Rondas Ostensivas Tobias Aguiar
SENASP Secretaria Nacional de Segurança Pública
SNI Serviço Nacional de Informações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
a) O problema, objeto, objetivos, hipótese e justificativa.....	20
b) Metodologia.....	22
CAPÍTULO 1- A PEDAGOGIA RUSSIANA.....	24
1.1 Hierarquia e disciplina: Um jogo de poder na ponta do iceberg.....	24
1.2 Entre “Facas-na-boca”, “Muxibas” e “Baba-ovos”.....	29
1.3 Os trotes aos recrutas e a “Pedagogia do sofrimento”.....	31
Imagem ilustrativa de instrução em lamaçal I.....	45
1. CAPÍTULO 2 - BREVE HISTÓRIA	36
2.1 Durante o Reinado.....	36
2.2 Durante a República.....	39
CAPÍTULO 3 - DINÂMICA DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA MILITARIZADA	46
3.1 A pedagogia policial-militar.....	46
3.2 Relatos autobiográficos de entrevistados sobre os cursos de formação e especialização frequentados na corporação.....	56
3.2.1 Entrevistado A.....	56
3.2.2 Entrevistado B.....	61
3.2.3 Entrevistado C.....	63

3.2.4 Entrevistado D.....	67
3.2.5 Entrevistado E.....	70
3.2.6 Entrevistado F.....	73
3.3 Efeitos da pedagogia policial-militar nas atitudes dos PMs: duas situações relatadas.....	84
CAPÍTULO 4 – A FORMAÇÃO NA PM.....	88
4.1 A construção do ideal de categoria social diversa da sociedade civil	88
4.2 O ideal de poder reforçado no simbolismo policial-militar: rituais, gestos e atitudes que formam o campo militar	95
4.3 Os “sinais de respeito”.....	98
4.4 A presença do habitus bourdieusiano e das representações sociais de Moscovici.....	103
4.5 A PM como uma “microsociedade” apartada da sociedade civil.....	110
4.6 O vínculo oficial como Força Auxiliar do Exército.....	117
4.7 Repúdio à proposta de desmilitarização da instituição.....	118
4.8 Proposta de criação do posto de general nas PMs.....	119
Foto de alunos da PMAC durante instrução em lamaçal.....	121
CAPÍTULO 5 - MUDANÇAS NA CORPORAÇÃO.....	122
5.1 O ingresso de mulheres na PMMG.....	122
5.2 Inovações no ensino e na organização interna em 1912, 1969 e após a Greve da corporação em 1997.....	123
5.3 A Greve da PM e a fratura narcísica dos oficiais.....	131
Fotomontagem: Linha do tempo e série “Segunda Pele...”.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137

REFERÊNCIAS.....	144
FILMES/VÍDEOS	144
FOTOS.....	144
ENTREVISTAS.....	145
LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL/ PUBLICAÇÕES OFICIAIS.....	145
NORMAS INTERNAS DA PMMG.....	146
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	147

INTRODUÇÃO

A primeira frase utilizada como introito desta dissertação, de autoria de Fábio Gomes de França, refere-se ao modelo pedagógico utilizado na formação de oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba, porém, ela não só define a pedagogia policial-militar padrão no Brasil, cujas origens e características serão apresentadas no decorrer deste trabalho, como resume o modelo utilizado na formação de praças da PMMG aqui estudado: “(...) um regime pedagógico-profissionalizante baseado no disciplinamento corporal, psíquico e moral que pode ser visto como uma ‘fábrica’ de novas identidades sociais caracterizadas pela obediência, resignação às regras da caserna e uniformidade de comportamentos”. (FRANÇA, 2019, p. 359).¹

O ano de 1912 é um marco na história da pedagogia da Polícia Militar de Minas Gerais: foi quando chegou Roberto Drexler, o “suíço”, trazendo os pilares metodológicos da pedagogia prussiana, a mesma que serviu de base para o exército prussiano por cerca de três séculos e influenciaria exércitos da Europa e do mundo inteiro. Baseada em princípios rígidos de disciplina e hierarquia, tem o foco no corpo do discente com exercícios extenuantes estimulados pela violência simbólica e, muitas vezes, pela violência física. As relações interpessoais no modelo estabelecido por essa pedagogia têm como essência a opressão do “superior” sobre o “subordinado”, numa perspectiva hierárquica que extrapola os limites do ambiente policial-militar e vão além das relações funcionais: a opressão, seja de forma direta, ostensiva, seja de maneira subliminar, se estabelece mesmo fora das relações de trabalho. As duas categorias de violência citadas, a física e a simbólica, alicerçam as rigorosas relações de poder entre os profissionais de níveis hierárquicos diferentes, as quais têm início no processo de formação e são cultivadas continuamente nas instruções e na convivência cotidiana durante toda a carreira profissional do policial militar.

Serão apresentados fatos, situações, rituais, cerimônias e práticas cotidianas nos quais a opressão está presente. Quanto ao conceito de violência simbólica que pode se revestir de uma imagem subjetiva na sua definição, utilizaremos aqui o conceito de Bourdieu (2009) sobre o tema, cuja definição é de que se trata de uma forma de violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, e que, na maioria das vezes,

¹ O título do artigo de Fábio Gomes de França, “O Soldado é algo que se fabrica”: Notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar, contém uma citação de Foucault (1987).

as pessoas envolvidas não percebem os detalhes dessa relação, isto é, quase sempre não têm consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

O chamado corporativismo, em se tratando da Polícia Militar, é muito mais do que a simples defesa dos interesses da categoria como um todo: é a constituição de um mundo peculiar. Há uma cultura institucional que envolve desde a mística do ser diferenciado física e mentalmente até a visão de um mundo hierarquizado em todas as suas estruturas e do ideal formalista que defende peremptoriamente toda e qualquer decisão formal de autoridade. Por exemplo, se uma empresa de mineração recebe licença para explorar determinada categoria de minérios, cujo trabalho prejudica diretamente uma comunidade civil, o ideal formalista prevalente é de que o ente detentor da licença deve ser defendido, sem se levar em conta os danos, haja vista que o importante, neste caso, é se tal atividade de mineração está formalmente legalizada.

Uma sociedade à parte, microcosmo social, é o que constitui os militares, enquanto uma comunidade e no entendimento de cada um de seus membros, conforme Figueiredo (2022). O foco para entendimento desse mundo particular terá como base a obra de Reich (1976), Bourdieu (2005) e Castro & Leiner (2009): o primeiro apresenta subsídios para o entendimento de como um povo inteiro não só se sujeitou, mas apoiou o autoritarismo e a violência, no caso do povo alemão na década anterior à Segunda Guerra Mundial; o segundo mostra como aplicar a própria vivência no estudo e entendimento de determinados fenômenos, haja vista que o autor estuda uma instituição na qual ele conviveu quase três décadas; e o terceiro apresenta um estudo dos militares, a partir do método da Observação Participante, tratando-os como uma comunidade específica – Castro produziu sua Dissertação de Mestrado com dados coletados na convivência de alguns meses no interior da caserna, participando de instruções militares, inclusive trajando uniforme de oficial subalterno, no interior da Academia Militar de Agulhas Negras.

Nota-se que mudanças estruturais ocorreram na trajetória da corporação. Se se comparar a Polícia Militar de Minas Gerais de hoje com a corporação de quarenta ou cinquenta anos atrás, dir-se-á que não se trata da mesma, dadas às grandes diferenças no que se refere às estruturas físicas, frota, tecnologia, efetivo e formação intelectual de seus integrantes. Há quem diga que o grande responsável por tais mudanças foi a Greve de Praças da corporação em 1997, e de fato há indícios de que essas mudanças estão relacionadas com a greve, contudo, o divisor de águas foi a Constituição Federal de 1988. A Carta Magna

concedeu aos cabos e soldados o direito de votar e ser votado, direito de participar politicamente, o direito de se ver como cidadão, e lhes abriu um leque de perspectivas.

Até o final da década de 1970 a corporação tinha toda a sua administração avançada, concentrada na capital do Estado. No interior existiam apenas alguns Batalhões, com funções operacionais de policiamento ostensivo e administração específica de cada unidade. Nenhuma unidade do interior era comandada por coronel, os quais se mantinham na capital. Havia o Comando do Policiamento do Interior (CPI), comandado por um coronel em Belo Horizonte. A tropa, considerada como o contingente de cabos e soldados, constituía cerca 80% do efetivo da corporação. Cerca de 13% eram de sargentos e subtenentes e 7% de oficiais; tínhamos, então, a tropa (cabos e soldados), o comando (oficiais) e o elo entre a tropa e o comando (sargentos e subtenentes)². Desde as mudanças surgidas a partir da Greve da PM, em 1997, e da implantação do Novo Modelo de Planejamento Estratégico, 2002/2003, essa proporcionalidade sofreu mudanças claras, especialmente no número de sargentos e subtenentes inativos³, haja vista as facilidades para as promoções de praças surgidas.⁴

O presente trabalho aborda questões voltadas para o entendimento das bases da pedagogia militar, na perspectiva da “Pedagogia Prussiana Liberal”, tratada por Martins e Rocha (2018), e na perspectiva da “Pedagogia do Sofrimento”, conforme (França, 2015, 2022; Guimarães, 2016), e da chamada preparação para “resistência à psicofadiga”, tratada por visões diferentes em (Beckert, 2019; Antunes Netto, 2011). Compara as afirmações dos autores com os relatos autobiográficos das pessoas entrevistadas para a pesquisa. Cabe esclarecer que no decorrer da presente Dissertação abordaremos os termos atitudes e comportamentos, ao estabelecer uma correlação entre a pedagogia policial-militar e a atuação desses profissionais, notadamente os praças; nessa perspectiva, esses termos que carecem de uma explicação rápida sobre a diferença entre os dois. Atitudes são as intenções que conduzem nossas ações, e comportamentos são as ações, propriamente ditas, decorrentes das nossas intenções, ditadas através da nossa relação com o mundo ao nosso redor, isto é,

² REIS, 1987.

³ Há uma regulação para o número de militares da ativa em cada posto (de oficiais) e cada graduação (de praças), entretanto, não existe a regulação desse número para os integrantes da Reserva Remunerada e Reformados. A partir da greve surgiu uma série de mudanças, a maioria efetivadas em 2002/2003, que facilitam as promoções de praças e assim, basicamente, na atualidade não existem inativos com graduação abaixo de terceiro sargento. É desnecessário afirmar que, neste contexto, o nível intelectual geral de subtenentes e sargentos inativos caiu muito aos em relação aos níveis de antes da greve, cuja exigência de escolaridade para tais promoções eram mais rígidas.

⁴ SIMÕES, s.d.

pela percepção social: “(...) a percepção social está ligada ao comportamento e à busca do processo através do qual a atitude influencia o comportamento”. (D’Amorim, 1985, p.5).

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 percebia-se claramente os efeitos da visão anticomunista intolerante, estimulados na corporação especialmente durante o Regime Militar, sob a batuta da Doutrina de Segurança Nacional, instrumento da Guerra Fria. A partir da Constituição atual, que sela a redemocratização pós Regime Militar no Brasil, houve um aplacamento desse pensamento no país e os defensores dos desígnios da Guerra Fria tornaram-se mais complacentes. Essa complacência ficou mais acentuada nos três primeiros governos de esquerda no país: de 2003 a 2014. Nesse período houve estímulo e investimento em vários cursos de extensão em Segurança Pública na área de combate às drogas e à violência através de programas como o Programa de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, cursos de Direitos Humanos, Policiamento Comunitário, Polícia Educativa, etc. (Balesteri et alii, 2001; Balesteri, 2002; Diretriz nº 05; Diretriz nº 09). Houve, entretanto, no final de 2013, início de 2014, uma clara retomada do pensamento conservador e contra qualquer ação voltada para a formação de uma Polícia Militar mais humanizada, conforme o fenômeno descrito por Adriano de Freixo, como “bolsonarização das polícias”. A retomada dessa mentalidade conservadora alinha-se com o discurso descortês e intolerante de bolsonaristas e se destaca com maior visibilidade entre praças: é alimentada cotidianamente pela prática pedagógica castrense – tanto entre alunos, nas instruções de formação e especialização, como para os profissionais da ativa em geral. Estes últimos têm instruções diárias (preleções antes de cada turno de serviço), instruções extensivas semanais (três horas semanais em um determinado dia) e as Instruções Intensivas anuais (duas semanas de aulas a cada ano).

A pesquisa é de base historiográfica, sociológica e etnográfica. Focaremos o sistema de ensino na corporação, seus métodos e abordagens nos cursos de formação e especialização de praças, bem como o ensino continuado para os profissionais da ativa através de instruções diárias, semanais e anuais, conforme citado anteriormente. Merecerá uma atenção especial os efeitos da pedagogia prussiana liberal, cujos princípios vêm sendo reproduzidos na corporação há mais de um século – desde a vinda de Robert Drexler, em 1912 –, e se destaca como a base da pedagogia policial-militar atual, e o viés ideológico originado da relação que se estabelece entre os integrantes da corporação e todo um sistema simbólico relacionado aos seus ditos pilares institucionais: a hierarquia e a disciplina.

Estas duas categorias, a hierarquia e a disciplina, serão analisadas como estruturantes das relações interpessoais que se estabelecem entre superiores e subordinados e, por sua vez, entre os policiais militares como um todo e os cidadãos civis, dentro da perspectiva de relações de poder estruturadas no espectro do *habitus*, conforme Bourdieu, isto é, o modo de pensar, sentir e agir em plena articulação com os ditames do capital social, econômico, cultural e simbólico, tudo internalizado pelos indivíduos, mas, como um conjunto de práticas pertencentes ao coletivo (Bourdieu, 2000; Bourdieu, 2002). Rápidas comparações também serão estabelecidas com a visão foucaultiana de como as narrativas se concatenam em ações produzidas pelos jogos de poder em todas as camadas da sociedade, classes, segmentos, etc. O poder, segundo Foucault, constrói-se a partir das relações autoritárias, da repressão, mas, sobretudo, do arcabouço subjetivo que se forma nessas relações (Foucault, 1987; 1979). Numa outra linha, temos o Freire que propõe uma escalada de mudanças na relação opressor e oprimido, tendo o último como protagonista do processo a partir da leitura de mundo e do despertar para a consciência da sua real situação; há, na concepção freireana, uma espécie de pacto entre o opressor e o oprimido, antes da sua conscientização, processo em que o oprimido sente o desejo de mudar apenas a sua situação particular: ele sonha simplesmente assumir a condição de opressor (Freire, 1985). Na perspectiva freireana, a opressão se perpetua quando o oprimido não se conscientiza da realidade que o cerca e, nesse mister, teríamos uma situação análoga envolvendo os policiais militares e a sociedade de um modo geral.

Sob os efeitos da pedagogia policial-militar, que muito se aproxima da pedagogia prussiana, como já citamos e adiante veremos com mais detalhes, há “o mal em gestação”, expressão derivada da análise arendtiana sobre a banalidade de ações que contrapõem a essência do pensamento judaico-cristão e do respeito aos direitos inerentes à pessoa humana defendidos no ideal kantiano e dos demais expoentes do movimento iluminista, como resultante de um processo educativo desumanizado e, portanto, desumanizador.⁵ Hanna Arendt (1999) refere-se à banalidade do mal ao tratar do comportamento do militar nazista Adolf Eichmann que demonstrou colocar a burocracia do seu trabalho e a sua dedicação aos desígnios políticos do Führer acima de qualquer consideração pelos seres humanos, especialmente judeus. Essa postura, já tratada na referência à fidelidade ao formalismo,

⁵ Vide, no Capítulo 2, os relatos autobiográficos dos entrevistados, com uma atenção especial para os exercícios de maneabilidade chamado na gíria interna de “Ranca”.

reflete uma das características que a pedagogia policial-militar costuma desenvolver no aluno.

A principal característica da metodologia de ensino policial-militar é ter o corpo do aluno como centro do processo ensino-aprendizagem, com exercícios rigorosos, a título de preparação e/ou castigo, que ao mesmo tempo extenuam e desenvolvem a ideia de submissão às normas e regulamentos como o caminho a ser seguido. Foucault (1979 e 1987) mostra de maneira inquestionável esse ponto. Uma análise acurada mostra que o corpo, nesse processo, não é o fim, mas o meio de se chegar ao espírito do indivíduo em formação: a tensão constante, o estresse deliberadamente provocado para a chamada “preparação para a resistência à psicofadiga” – tema que trataremos ao longo deste trabalho –, o tratamento desumano durante as instruções, repleto de ações de submissão e até humilhação aos alunos, que França (2015 e 2022) chama de Pedagogia do Sofrimento, via de regra, ampliam e/ou criam potenciais transtornos psíquicos com reflexos comportamentais doentios e/ou desviantes. O aluno, na visão de França (2015, 2019 e 2022) e conforme relatos autobiográficos dos entrevistados, é submetido a sessões que, na prática, podem ser consideradas torturas, *ipsis literis*, e que o prepara não apenas para relativizar o método empregado, como para assimilar a prática da violência sobre o outro como um processo pedagógico; o termo “corretivo” usado para retratar ações de torturas a título de correção, relatado por alguns entrevistados, reforça o resultado da tortura sobre o aluno no seu desempenho profissional. Nesse ambiente surge aquilo que Gonçalves (2012) definiu como cultura institucional que, em muitos casos, têm a violência como base de suas ações. Acrescente-se a essa cultura institucional, com as devidas exceções, o sarcasmo, a insensibilidade, a demonstração de poder, isto é, o autoritarismo, a dificuldade de revisão dos próprios conceitos, dificuldade de convivência com o diferente, dificuldade de admitir erros, prepotência, arrogância, agressividade, descortesia... França (2019) conclui que além da grade curricular de formação dos policiais militares, há o que ele chama de “currículo oculto”, isto é, práticas que não constam do currículo oficial, mas que são desenvolvidas nos cursos de formação.

Por fim, a pesquisa possibilitou-me mostrar como a relação entre o disciplinamento presente na formação policial militar e a violência praticada por seus agentes depois de formados dificilmente não estão relacionadas, já que se trata de um processo pelo qual homens e mulheres são socializados para serem soldados, ou melhor, para serem fabricados como quase máquinas. Na verdade, estamos diante de um processo baseado em um currículo oculto ou “currículo cultural” que modela a subjetividade dos alunos policiais militares pelo respeito aos códigos formais e práticas informais

que especificamente não faz parte do currículo estudado em sala de aula. (FRANÇA, 2019, p. 365).

Outra abordagem que reforça a descoberta do autor acima citado é a declaração do Entrevistado B ao afirmar que no seu curso de formação de soldado teve um instrutor que “gostava” de ensinar técnicas de torturas a serem utilizadas contra civis sem deixar vestígios de que foram aplicadas. Essas aulas, como se vê adiante na descrição dos relatos do entrevistado, estavam entre as que mais agradavam aos alunos. Percebe-se aqui duas questões inerentes à prática da violência: de um lado a violência como parte da cultura institucional representada pelo instrutor que “gostava” de dar aulas de tortura e, de outro, a atração que essas aulas despertavam nos alunos, indicando ser uma tendência introjetada na mentalidade dos alunos ainda enquanto civis, antes do ingresso na corporação.

A pedagogia policial-militar, que, como já foi citado, tem como base a Pedagogia Prussiana, mais recentemente denominada de Pedagogia Prussiana Liberal, cuja origem remonta ao exército prussiano, serviu de base à pedagogia das forças militares alemãs na Primeira Guerra Mundial, bem como antes e depois da Segunda Guerra, e as pedagogias de forças militares de diversos outros países, inclusive no Brasil, como adiante veremos. O alicerce dessas pedagogias está numa estrutura que pouco ou nada valoriza o senso crítico e visa transformar os discentes em meros objetos hábeis cumpridores de missões a eles destinadas, além do estímulo ao ideal belicista, conforme Fábio Gomes de França: “(...) a lógica desse tipo de pedagogia carrega de forma implícita um ideal belicista que corrobora a existência da violência policial militar devido ao fato de os policiais enaltecerem valores como a masculinidade, a força e o machismo”. (FRANÇA, 2015, 142)

a) O problema, objeto, objetivos, hipótese e justificativa

O problema que norteou a pesquisa está calcado em duas indagações: Qual a relação da pedagogia policial-militar, utilizada na formação de praças da PMMG ao longo da história da corporação, com atitudes agressivas, posturas inflexíveis e condutas contrárias às normas internas, por uma parcela significativa de seus integrantes? Há alguma diferença entre as condutas de policiais militares formados atualmente daqueles formados antes de 2015 (ano em que se passou a exigir Curso de Ciências Jurídicas – Direito – para ingresso no curso de

formação de oficiais e qualquer curso universitário para ingresso no curso de formação de soldados)?

O objeto de pesquisa é a pedagogia praticada na PMMG ao longo do tempo escolhido para a pesquisa, isto é, de 1912 a 2022. O objetivo geral é identificar e analisar com consistência as práticas pedagógicas na PM.

Os objetivos específicos são: conhecer a relação entre a pedagogia policial-militar e posturas típicas da maioria desses profissionais; avaliar a influência das ações desconfortáveis desse modelo pedagógico com as relações interpessoais conflituosas entre praças e oficiais; correlacionar as relações conflituosas entre oficiais e praças no convívio cotidiano, com as relações desses últimos com o público civil; perceber se há um processo de desumanização nos policiais militares, provocado nos educandos por esse modelo pedagógico.

A hipótese principal é de que o modelo pedagógico de influência prussiana trazido pelo suíço Robert Drexler, Cotta (2006), e pelos militares integrantes da Missão Militar Francesa, Gonçalves (2022) e Silveira (1992), com seu rigor hierárquico e disciplinar, alimentado no autoritarismo, na arrogância e no sarcasmo como instrumento de subjugação dos educandos, continua presente na pedagogia policial-militar e influencia a conduta de jovens educandos tanto no exercício da função como na vida civil.

Como justificativa está a proposta de se estimular a reflexão sobre a necessidade ou não de se desenvolver um modelo pedagógico mais humanizado, menos agressivo, mais intelectualizado, de busca por uma visão crítica da realidade, especialmente na formação de praças. A acessibilidade do pesquisador ao objeto da pesquisa torna o trabalho viável e importante. Trata-se de um Estudo de Caso dos PMs, especialmente praças, de Montes Claros, mas com abrangência a toda Polícia Militar de Minas Gerais, e até de outras corporações policiais militares, sempre com o foco na pedagogia utilizada na formação e especialização desses profissionais, cuja execução segue um padrão hipoteticamente com origens no modelo prussiano. Muito embora seja de amplo conhecimento que pesquisas sobre as corporações militares enfrentem uma intensa burocracia, no presente caso o desenvolvimento dos trabalhos de investigação será feito a partir da convivência do pesquisador com pessoas que têm uma relação direta com o objeto, seja pelo contato presencial ou pelas mídias sociais, haja vista que o pesquisador é veterano da PMMG, o que

facilita o emprego do Método de Estudo de Caso, Comparativo, Observação Participante e de História Oral.

b) Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa que visa a obtenção de dados, associando os métodos de Estudo de Caso e Observação Participante, com o emprego de técnicas de pesquisa exploratória, pesquisa biográfica e de História Oral.

O Método da Observação Participante associado às técnicas de pesquisa biográfica e de História Oral serão utilizados com o benefício da acessibilidade do pesquisador ao objeto de pesquisa. O emprego de indagações e do registro de relatos autobiográficos de PMs da ativa e inativos, em entrevistas abertas, permitem obter narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações de fatos e situações, imprescindíveis para a compreensão das nuances da pedagogia policial-militar, suas características e seus efeitos no público formado através dela. Foi adotado o critério de não identificação direta dos entrevistados, a fim de que se sintam com mais liberdade para apresentar seus relatos autobiográficos e pontos de vistas sobre o modelo pedagógico em que foram formados, haja vista que, embora a maioria seja de policiais militares inativos, ou seja, aposentados, ainda assim estão sob o jugo dos regulamentos internos da corporação que veda declarações sobre detalhes da formação e das relações interpessoais nos quartéis que possam causar estranheza à sociedade civil.

As principais fontes de orientação da pesquisa são França (2015, 2019 e 2022), Bourdieu (1989, 2002, 2005) e Castro & Leirner (2009), com apoio nas demais obras referenciadas e com atenção especial para as entrevistas a PMs da ativa e inativos, baseadas em técnicas de pesquisa biográfica. A pesquisa tem um vínculo com o campo da educação, mas vai além da simples relação ensino-aprendizagem: tem como foco, sobretudo, os efeitos desse modelo pedagógico nas atitudes e comportamentos dos sujeitos formados.

As técnicas da pesquisa biográfica, embora não sejam amplamente utilizadas, no geral, pelos pesquisadores nas pesquisas qualitativas, permitiram ênfase nos meios de análise de práticas e vivências, na avaliação do papel do pesquisador enquanto sujeito formado no

modelo pedagógico pesquisado⁶, e na dimensão ética, moral e ideológica da construção do processo de formação dos indivíduos. A convivência nesse meio nem sempre permite ampla expressão do pensamento por parte do pesquisador, uma vez que se trata de dialogar com pessoas cujas posições, via de regra, são inflexíveis e carregadas de resistências a mudanças, reações próprias daquilo que a essência da pedagogia policial-militar produz. Assim, na maioria dos casos, o pesquisador evita o embate de pensamento com integrantes do grupo objeto de estudo, principalmente se se tratar de contato presencial, limitando-se a captar as reações para posterior análise comportamental das pessoas e circunstâncias que as envolvem.

⁶ O pesquisador, embora formado no modelo pedagógico pesquisado teve o privilégio de desenvolver uma visão crítica do modelo ao adotar o frequente hábito de leitura de autores das mais variadas correntes de pensamento, desenvolver o hábito de estudo formal e informal (por conta própria), pesquisar constantemente e se envolver, desde cedo, com instituições voltadas para a defesas dos direitos inerentes à pessoa humana. Essas atitudes e comportamentos foram de fundamental importância para que este adquirisse uma postura crítica em relação às experiências vivenciadas no exercício da profissão. Importante destacar que essa postura crítica e sua participação como liderança na Greve da PM em 1997 gerou, obviamente, uma onda de perseguição administrativa que o levaria ao encerramento precoce da carreira, como relatado em Figueiredo (2023).

CAPÍTULO 1

A PEDAGOGIA PRUSSIANA

A pedagogia prussiana trazida pelo suíço Robert Drexler não era apenas o modelo pedagógico do Exército Prussiano criado no século XVI e que sobreviveu por três séculos como uma força imbatível na Europa. Ela tem em sua essência os valores do absolutismo, conforme a teoria hobbesiana apresentada no capítulo anterior, e até os dias atuais mantem esses valores na pedagogia policial-militar, não só na corporação policial militar de Minas Gerais como nas corporações de todo o país.

1.1 Hierarquia e disciplina – Um jogo de poder na ponta de um iceberg

Quando um candidato ingressa numa instituição militar, o seu primeiro aprendizado é que a hierarquia e a disciplina são os pilares institucionais de todas as instituições militares, segundo definem os seus regulamentos.

A hierarquia, nessa perspectiva, pode ser definida como processo de organização fundado sobre uma ordem de prioridade entre os elementos de um conjunto ou sobre relações de subordinação entre os membros de um grupo, com graus sucessivos de poderes, de situação e de responsabilidades. A disciplina, por sua vez, pode ser entendida como a capacidade de organização, de seguir propósitos, mediante a obediência ao conjunto de regras e normas que são estabelecidos por determinado grupo e que requer o cumprimento de responsabilidades específicas de cada pessoa. Em síntese, a hierarquia militar é organização em segmentos de oficiais e de praças e suas subdivisões em postos e graduações; a disciplina está ligada à capacidade de cada indivíduo de adaptação à organização hierárquica e às relações dos integrantes dos dois segmentos.

Não há como negar que a hierarquia e a disciplina são categorias imprescindíveis em qualquer organização, seja ela militar ou civil, pública ou privada, religiosa ou secular – Sun Tzu (2010), alertava em seus escritos no século IV a.C., sobre a necessidade de se compreender a situação e liderar o grupo com objetivos definidos. Ele fala de militares em atuação durante o confronto bélico, mas, suas estratégias, hodiernamente, vêm sendo utilizadas como exemplos em ações da vida civil, seja em atividades públicas ou da iniciativa privada.

Assim, pois, existem três maneiras pelas quais um Príncipe leva o exército ao desastre. Quando um Príncipe, ignorando as ações, ordena avançar a seus exércitos ou retirar-se quando não devem fazê-lo; a isto se chama imobilizar o exército. Quando um Príncipe ignora os assuntos militares, porém compartilha em pé de igualdade o mando do exército, os soldados acabam confusos. Quando o Príncipe ignora como levar a cabo as manobras militares, porém compartilha por igual sua direção, os soldados estão vacilantes. Uma vez que os exércitos estão confusos e vacilantes, iniciam os problemas procedentes dos adversários. A isto se chama perder a vitória por transtornar o aspecto militar. (TZU, 2010, p. 14).

A hierarquia e a disciplina, no meio militar, têm uma exigência lógica determinada pelos regulamentos que constituem uma força que atua sobre os indivíduos, colocando uns submissos aos outros. Teoricamente, isso ocorre em virtude de necessidades táticas e estratégicas do campo militar. Na prática, porém, há outras questões envolvidas nas ações em torno das duas categorias, algumas dessas questões são de ordem intimista.

O princípio básico é que hierarquia e disciplina são interdependentes: uma é inócua, sem efeito prático, se dissociada da outra no campo militar. Concomitante com a racionalidade – com características do pensamento positivista, conforme veremos adiante – presente nas relações estabelecidas pela concomitância das duas, há muita subjetividade que agrega valores a tais relações, uma gama de sensações, entendidas como fenômenos perceptivos, há sentimentos, isto é, fenômenos subjetivos, e emoções, as relações afetivo-expressivas, atuando em conjunto com força motriz. O lado profissional é apenas a ponta do iceberg, é a justificativa formal. Exceções à parte, as relações humanas pautadas pelas questões decorrentes da hierarquia e da disciplina no meio castrense, costumam ser recheadas de atitudes conduzidas pelos traumas, frustrações e estados psicológicos mórbidos vários de quem tem autoridade para mandar.

Wilhelm Reich (1976, 1995), fala dos traumas e frustrações, especialmente os decorrentes da repressão sexual, que se tornam combustíveis para as ações de futuros ditadores, ou de futuros pais que farão dos seus lares microcosmos de estados ditatoriais. Reich (1976) aborda que o ambiente militar é revestido do aspecto libidinal: destaca o uniforme, o ideal de virilidade, as paradas, as posturas marciais, o exibicionismo, como características vinculadas diretamente à libido, que produzem excitação tanto nesses indivíduos como em outras pessoas, principalmente entre aquelas com visão acrítica da realidade, conforme citado anteriormente.

Algumas características típicas da hierarquia militar, não costumam ser abordadas. Ela, que costuma ser definida simplesmente como organização dos postos e graduações entre

os militares, em princípio, se organiza em torno do poder originado do grau de saber, do nível de conhecimento profissional. É seguindo este preceito que o cabo é considerado superior ao soldado porque, em tese, tem mais conhecimento profissional que este; o sargento é superior ao cabo pela mesma razão, e assim sucessivamente. Ou seja, a hierarquia militar tem por base o conhecimento na profissão, dentro de uma visão realista, concreta. Entretanto, as relações hierárquicas dessas corporações perpassam o campo racional e se revestem de um simbolismo capaz de mover as pessoas envolvidas sem que elas percebam que são conduzidas por essa força.

Figueiredo (2023, p. 43-44) afirma que os militares estabelecem as relações interpessoais entre si e com o público civil através de uma simbologia formal expressa sob o ponto de vista material e subjetivo. Essa simbologia estrutura as relações de poder que se constituem no plano simbólico, mas que se consolidam esteticamente. “O poder é demonstrado, internamente, de forma clara e inequívoca através de duas palavras-chaves: hierarquia e disciplina”, (id. ibd.). A hierarquia é a base da organização e estruturação dos níveis funcionais de execução das atividades inerentes a cada integrante da corporação – estabelece, sobretudo, sobre quem manda e quem é mandado; tem como essência o poder expresso na ideia de conhecimento adquirido, como já citado.⁷ A disciplina se refere ao rigoroso cumprimento daquilo que é estabelecido com base em leis e regulamentos para o exercício da função, cuja operacionalização passa necessariamente pelos ditames da hierarquia.

Essa organização metódica, extrema, repetida à exaustão, tem claramente um alicerce positivista. Segue uma lógica perfeccionista, não explícita nos regulamentos internos, que não admite erros, isto é, todo erro é passível de punição para que não se repita, especialmente se entendidos pelo aplicador da punição como ação ou omissão contrária à disciplina ou contra a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, o Selo Nacional, símbolo das Armas Nacionais, símbolos estaduais ou patrióticos, as instituições nacionais e estaduais, contra a honra e o pudor no policial-militar, o decoro da classe, os preceitos sociais, as normas da moral, os preceitos de subordinação e normas em geral.⁸

⁷ Pressupõe-se que as relações de poder se estabelecem a partir do nível de conhecimento adquirido pelo militar na sua formação e especialização.

⁸ Especificações contidas no art. 12 do antigo Regulamento disciplinar da PMMG, que vigorou de 1969 a 2002, o qual foi substituído pelo Código de Ética dos Militares Estaduais (CEME), criado a partir dos efeitos da Greve da PM de 1997. O CEME, dentre outras coisas, aboliu a prisão disciplinar, substituindo-a por suspensão do trabalho com desconto no salário referente aos dias não trabalhados. O art. 10 do CEME adotou uma nova postura: “Sempre que possível, a autoridade competente para aplicar a sanção disciplinar verificará a conveniência e a oportunidade de substituí-la por aconselhamento ou advertência verbal pessoal (...)”.

A chamada “resistência psicofisiológica” ou “resistência à psicofadiga”, tratadas anteriormente, resistência psíquica para lidar com pressões psicológicas e situações de alto risco sem se deixar afetar por elas, isto é, sem deixar que elas interfiram nas decisões e ações do indivíduo, é apontada como um objetivo a ser atingido, obedecendo o princípio da hierarquia e disciplina.

A “resistência à psicofadiga” se estrutura sobre uma premissa de que o indivíduo, se preparado, será capaz de manter o completo controle sobre os efeitos de suas emoções sobre suas ações, desde que devidamente treinado para isso: essa crença é nitidamente de base positivista. Destaque para a subordinação da imaginação e argumentação à observação e apreensão dos fenômenos psicológicos apenas pelas relações imutáveis presentes neles; “somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados” Comte (1978, p.39). O ser humano, nessa perspectiva, atingiu o ápice da sua capacidade intelectual, bastando ser treinado para aproveitar todo o seu potencial; esse aproveitamento é compartimentado, isto é, varia de acordo com o nível que o aluno deverá ocupar na escala hierárquica, devendo, pois, que o tratamento e o conhecimento aplicado⁹ sejam condizentes com cada nível. A subjetividade nesse ambiente é desprezada, embora subsista inconscientemente; não há espaço para o direito à interpretação, à crítica, à tomada de decisão fora do que está previsto pelas normas internas.

Cotta (2004) afirma que não obstante a polícia em Portugal, corporação que deu origem à PMMG, ter sofrido variações, nela permaneceu um componente que subsistiu ao longo dos tempos, que é o conceito de “ordem estabelecida”, de “boa ordem”. “Uma concepção permeada pela teoria corporativa do poder e da sociedade, que via o conflito como uma ‘enfermidade’ a ser tratada para a conservação da ‘saúde do corpo social’” Cotta (2004, p. 42). Ou seja, é um referencial que ainda permanece na PMMG, a ideia de que a sociedade funciona como um corpo, cujos conflitos sociais são fenômenos que devem ser tratados como se uma enfermidade fosse: o aparelho policial constitui parte integrante do processo de cura – o ideal positivista está presente nessa ideia de forma inequívoca.

Numa crítica a esse modelo de corporação policial, Lúcio Alves Barros defende a desmilitarização e municipalização das Polícias Militares que, segundo o autor seria uma forma de romper com um processo de politização dessas corporações pelo fato de os governadores dos Estados serem autoridades para nomeação dos comandantes gerais dessas forças e, via de regra, o fazem por critérios políticos: “a Polícia Militar, tal como apregoa a

⁹ Nos termos da educação bancária de Paulo Freire (1987).

Constituição, transformou-se em mera milícia privada dos Governadores do Estado”. (Barros: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/4613>). Acesso em 02/07/2022).

As relações interpessoais, diante da significação atribuída à hierarquia, ganham um caráter quase sobrenatural, excelso, sagrado, por assim dizer. As insígnias dos superiores hierárquicos – especialmente nos níveis hierárquicos mais elevados – são vistas não apenas como indicativo de grau hierárquico, mas como se entidades transcendentais fossem. O poder emanado dessa simbologia é algo extraordinário, capaz de mover os indivíduos (quem manda e quem é mandado) e ditar suas ações, muito além do plano racional. Se dois soldados estão conversando à vontade em determinado ambiente e chega um coronel, por exemplo, o rumo da conversa e as atitudes dos soldados mudam completamente e de forma automática; é como se uma força externa agisse imediatamente sobre os dois, criando tensão e cuidados com a fala e a postura corporal a partir da chegada do superior – a reação desses mesmos soldados diante da chegada de um cabo, por exemplo, também será de algum cuidado com a postura e com o que dizem, porém, será diferente da reação diante da chegada do coronel. Por outro, aos olhos de um bom observador, quase sempre será possível perceber no superior, no caso exemplificado, sintomas de deleites íntimos pelo poder que emana de si, ainda que o comum nesses casos é que este tente disfarçar o seu encanto por tal poder.

As forças que movem as relações hierárquicas no campo militar e, obviamente, o efeito da pedagogia militar (e policial-militar) são mais visíveis em jovens alunos, mormente dos cursos de formação de soldados de todas as corporações das Forças Armadas e das Polícias Militares. Durante os cursos e logo após a conclusão deles, esses alunos tendem a se mostrar excessivamente entusiásticos, devotados cegamente ao ambiente militar, extremamente exaltados com os comandos em altos tons de voz e com ordens emanadas de maneira ríspida, enérgica. Isso é tratado por França (2015 e 2022) como um efeito aglutinador que permite o emprego da “pedagogia do sofrimento”, que, mesmo causando contrariedade, raramente leva o aluno a desistir do curso. Em observação direta pelo pesquisador, Observação Participante, foi notado que uma grande maioria das brincadeiras desses alunos nos momentos de descontração, durante o curso, são representações teatrais do que vivenciam nas instruções, envolvendo atitudes e comportamentos de autoritarismo e submissão. Encenam comandos, ordens enérgicas, movimentos corporais vibrantes e atitudes de submissão de alguém ao seu tacão. Fazem teatro daquilo que vivenciam durante

o período de formação, claramente influenciados pela metodologia de ensino do modelo pedagógico utilizado.

Em suma, as relações hierárquicas do campo militar, reforçadas no arcabouço disciplinar, formalmente são estruturadas com o propósito única e exclusivamente de nortear as ações profissionais, as quais são pautadas em táticas e estratégias que, em tese, são voltadas para o bom desempenho das funções. Todavia, como se viu neste item, os princípios da imparcialidade e da impessoalidade são suplantados por atitudes intimistas. Como já demonstrado anteriormente, o superior hierárquico que se vê diante de uma atitude que, sob o ponto de vista regulamentar, fere a hierarquia, via de regra, reage como se fosse vítima de ofensa pessoal. Apresentamos aqui dois exemplos simples que ilustram essa realidade: um repórter ao entrevistar um tenente-coronel da PM o tratou por “tenente fulano” ele fez questão de interromper a entrevista e corrigir o repórter, explicar que tenente é o primeiro posto do oficialato, esclareceu demonstrando um mínimo de afabilidade, para depois se colocar à disposição da entrevista. Outro caso que chegou a ser muito explorado pela internet, com um vídeo amplamente divulgado, trata-se de um subtenente do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais que, ao ser entrevistado por uma equipe de reportagem, foi chamado de cabo pelo repórter: ele demonstrou se sentir ofendido, reagiu de forma agressiva, destratando o repórter e se recusando a dar continuidade à entrevista. (Repórter chama subtenente de cabo e a entrevista é interrompida, <https://fb.watch/r3O1Fo0eTp/>. Acesso em 15/12/2023).

1.2 Entre “Facas-na-boca”, “Muxibas” e “Baba-ovos”

A expressão “Faca-na-boca”, como já foi citado, foi cunhada no meio policial militar e nas Forças Armadas, na década de 1980, em alusão ao personagem “John Rambo” da série de filmes do mesmo nome, dirigido e estrelado por Sylvester Stallone – o personagem costumava usar uma faca de combate atravessada na boca, de forma teatral, enquanto se deslocava por encostas ou subia em árvores, casas, etc.; daí o uso da expressão para policiais e militares que procuram, ao máximo, se destacar em ações de alto risco. Assim, são chamados de “Facas-na-boca” aqueles que se envolvem em ações teatrais que se apresentam aos olhos de quem assiste como ações intrépidas, ousadas, de extrema coragem. Esses indivíduos costumam ser exaltados pelos colegas e estimulados, por seus superiores

hierárquicos, a continuar agindo assim. Não há dúvidas, que a grande maioria dos profissionais que agem de maneira a receberem esse rótulo, são pessoas que quase sempre têm uma relação de obsessão com o seu trabalho e veem nos símbolos da corporação, distintivos de níveis hierárquicos, distintivos dos cursos ou de Tropas Especiais, quase como verdadeiros totens, no sentido freudiano do termo: neles estão representados, simbolicamente, o despojamento, a ousadia, a pulsão de vida e de morte, a força, a virilidade (a sexualidade pujante), Freud (1996, p. 24-25); são claramente pessoas portadoras de distúrbios psíquicos, com visíveis sinais de comportamentos narcisistas, egocêntricos, de vaidade exacerbada, e não raro com tendências suicidas, conforme aponta Berker (2021). É possível associar a esses indivíduos a prática comportamental, de definição freud/lacanianiana, de que “em todo excesso há uma falta”, destacada no vídeo de Luiz Pondé (<https://www.youtube.com/watch?v=GNQrqUXGREs>): quem comumente se excede em determinadas ações o faz pela falta de algo que torne sua vida mais significativa para si mesmo.

Os “Muxibas”, também já citados, são assim rotulados, depreciativamente, aqueles que atuam na contramão do que fazem os “Facas-na-boca”. São aqueles que não se destacam em nada e muitos são tidos, inclusive como moleirões, apáticos, relapsos, pouco enérgicos. Não são tidos como confiáveis na atividade-fim e sujeitos a punições por desídia. Aqueles que, comprovadamente, se mostram incapazes de se adaptarem ao exercício da função costumam ser compelidos a se demitirem e, quando não o fazem voluntariamente, e não ocorre mudança nas suas atitudes, podem ser passíveis de demissão compulsória, após seguir, obviamente, rito processual administrativo. Na PMPB são chamados de “Acochambradores” (França, 2019). “O “entrevistado A” citou casos de policiais militares considerados apáticos, tachados pejorativamente de “conselheiros de casais”, isto é, que não servem para atuar na atividade-fim regular. O termo “Muxiba”, no sentido aqui discutido, tem o significado literal de incompetente, e é, preponderantemente, instrumento de bullying, como recurso da instrumentalização didática policial-militar; é empregado, ostensivamente, com frequência para identificar quem comete erros durante as instruções ou demonstra dificuldade de assimilação de determinado conteúdo – sua utilização durante o período de formação seria, em tese, com objetivo forçar a desistência dos que sentem dificuldades de se adaptar a esse ambiente profissional (a expressão “pede pra sair!”, explorada no filme “Tropa de elite”, de José Padilha, existe na prática); também é usada a expressão: “Tá ruim? Dá baixa!”, com o significado de “se não concorda, demite-se!”, e para motivar os demais a se

empenharem ao máximo nas execuções das tarefas e desenvolver a chamada “resistência à psicofadiga”, já citada e que voltaremos a tratar adiante.

Os “Baba-ovos” são aqueles rotulados, depreciativamente, por atitudes de bajulação a superiores hierárquicos. A expressão tem uma origem chula e os que supostamente se enquadram nessa categoria são execrados pelo grosso da tropa. Os atos de delação de colegas são denominados de “deduragem”, termo advindo da expressão “dedo-duro”, alusão ao dedo indicador em riste, apontando algo. As duas expressões, “baba-ovo” e “dedo-duro”, embora pareçam representar ações diferentes, são vistas como correlacionadas, ou seja, quem é dado à prática definida em uma, em tese, é também praticante da outra. Comenta-se que todo comandante, em qualquer nível, sempre tem alguém que se presta a levar-lhe, extraoficialmente, informações sobre os colegas. Na categoria de delatores não se incluem, no pensamento corrente, os policiais da Corregedoria da Polícia Militar, do Serviço de Inteligência, sindicantes e encarregados de Inquéritos Policiais Militares, que exercem funções de fiscalizar ou investigar de maneira formal, embora essas funções não sejam bem aceitas pela maioria da tropa, especialmente os praças. Há uma outra categoria análoga àquela de delator, mas que não é entendida como tal: trata-se de os instrutores dos cursos de formação cooptar dois ou mais alunos que se mostram tendentes a se aproximar deles para obter informações sobre atitudes e comportamentos dos demais integrantes do curso; essa prática extraoficial de se cooptar os chamados “informantes” é bastante comum.

Todas as condutas apontadas neste item, tem, preponderantemente, relações com as estruturas de personalidade humana, tal qual a definição freudiana, citada por Brenner (1975, p.184-187): personalidades neuróticas, psicóticas ou perversas – cabe lembrar que a Neurose se divide em dois tipos: Neurose Histérica e Neurose Obsessiva; a Psicose se divide em três tipos: Paranoia, Autismo e Esquizofrenia; a Perversão não apresenta subdivisões.

1.3 Os trotes aos recrutas e a “Pedagogia do sofrimento”

Os recrutas, soldados alunos, são alvos de trotes, alguns violentos, degradantes e humilhantes, que oficialmente não constam como parte da metodologia de ensino, mas que são admitidos como parte da pedagogia que norteia tal ensino, pelos militares de todos os níveis hierárquicos. São parte do “currículo oculto”, França (2019). É verdade que os trotes,

como manifestação de poder de um grupo sobre outro, são comuns também nas universidades civis e nos colégios civis especializados. São vistos como uma prática de rituais de iniciação impostos pelos veteranos aos estudantes novatos. Esses estudantes novatos são vulgarmente denominados de “calouros”¹⁰. Essas troças, na grande maioria das vezes, são vistas como simples atividades lúdicas, mas têm um conteúdo autoritário, voltado para a humilhação do novato e para a demarcação de uma relação hierárquica entre veteranos e novatos, conforme Figueiredo (2002). Com os recrutas, os trotes são mais do que simples manifestações de poder: são, sobretudo, parte – extraoficial – daquilo que França (2021 e 2022) chama de “Pedagogia do Sofrimento”, e que oficialmente tais atividades são definidas como treinamento para a “resistência à psicofadiga”, isto é, a submissão do indivíduo a atividades físicas extenuantes e a pressões que o mantém sob intenso estresse durante as atividades letivas. O “entrevistado E” fala de um colega seu, negro, que era constantemente chamado de “negro fedorento” e outras expressões adjetivas racistas e ultrajantes, pelo sargento monitor do curso, que, diga-se de passagem, também era negro; esses ataques aparentemente eram feitos para provocar um clima de descontração nos demais alunos, que achavam engraçadas as troças do sargento e as repetiam, e o sargento parecia fazer isso sem se preocupar com os sentimentos que provocava no aluno vítima de bullying. O detalhe que mais chama a atenção nesse episódio é que se tratava de um sargento negro com manifestações racistas agressivas contra um aluno negro.

Antunes Netto, ao tratar do treinamento de Tropas de Choque, ressalta as instruções intensas na preparação para o enfrentamento de situações relatadas por ele como sendo de alto risco no controle de manifestações públicas.

As especificidades das Operações de Controle de Distúrbios exigem dos órgãos de Segurança Pública a manutenção de um grupo preparado para atuar em incidentes que extrapolem a capacidade do policiamento ordinário e que possua um padrão de capacitação arrojado, traçado para forjar profissionais aptos a intervirem nas mais diversas condições e na gestão de eventos de defesa social de alto risco envolvendo movimentos sociais ou grandes aglomerações violentas. (ANTUNES NETTO, 2017, p.51).

¹⁰ O termo “calouro” nas universidades tem características semelhantes ao termo “recruta” nos quartéis, porém, este recebe um tratamento muito mais agressivo e de toda a tropa: dos superiores aos soldados alunos mais antigos. Os alunos do Curso de Formação de Oficiais jamais são chamados de recruta, são chamados por equivalentes menos agressivos como “mais-moderno”, “novato” ou até mesmo “calouro”. Na PMPB, cadetes iniciantes são chamados de “bicho”, França (id.ibd.).

Em outro trabalho, Antunes Netto (2011, p.112) fala da preparação física e mental para suportar pressões psicológicas advindas de situações traumáticas decorrentes do serviço, também chamada de “preparação para a resistência psicofisiológica” ou “resistência à psicofadiga”, já referida anteriormente. Essa prática pedagógica consiste em submeter o discente a um nível excessivo de estresse, físico e mental, com o acúmulo de atividades e exigências extremas, tanto físicas quanto psicológicas, com o objetivo de preparar tal indivíduo para supostamente agir sob pressão sem ser influenciado por questões externas que lhe impeçam de atuar a contento no exercício de sua missão.

O autor destaca especialmente a formação de integrantes de Grupamentos Especiais para enfrentamento de ocorrências de alto risco, contudo, tal técnica é empregada em todos os cursos de formação e especialização de policiais militares nos seus mais diversos níveis – os cursos de formação de integrantes dos Forças Especiais de Polícia são os que, no entendimento dos defensores desse modelo pedagógico, exigem maior rigor em relação a essa exigência, que, na prática, é vista como um recurso didático. Nos demais cursos de formação o rigor dessas práticas segue uma hierarquia: maior nos cursos de formação de oficiais, um pouco menos rigorosa nos cursos de formação de praças: o curso de formação de soldados, de formação de cabos e de formação de sargentos.

A expressão “Pedagogia do sofrimento”, tratada por França (2015 e 2022) e Guimarães (2016) é uma tradição no ensino policial-militar introduzido no Brasil seguindo o chamado modelo prussiano, trazido da Europa por Robert Drexler, conforme citamos anteriormente. Silva (2019, p. 154) fala da disciplina escolar, no modelo militar, que tenta petrificar a capacidade crítica e a ousadia intelectual, desconsiderando o papel do discente como sujeito capaz de pensar por si mesmo. Desse modelo pedagógico também origina a grande dificuldade de os PMs em admitir erros. Nesse mister, ressalta-se a condenação do ato de errar; o erro não é considerado algo aceitável nesse meio.

No meio militar, na análise de um cenário de guerra, o lado que possui um melhor poder de combate tem maiores chances de vencer a batalha. Assim sendo, no campo de batalha não existe lugar para erros, cada combatente precisa ser excelente (eficiente e eficaz) e como um todo a tropa necessita de organização. (SILVA, 2019, p.154).

O ensino militar, segundo o autor, tem por objeto a guerra e, portanto, o indivíduo é formado com o único objetivo de impingir derrota ao inimigo. O problema é que a ideia de um inimigo imaginário acaba sendo representada por qualquer cidadão civil ao ser abordado

pelo policial. A “pedagogia do sofrimento” se torna, na prática, um ensinamento sobre como tratar o suposto inimigo. Assim, pode-se inferir que esse modelo pedagógico tem claro efeito na prevalência histórica da tortura, desvios de conduta e dos altos índices de letalidade nas ações policiais do país.

A ideia embrionária de organização militar, com divisões de tarefas, um estado-maior formado por um comando e oficiais de assessoria, que auxiliam o comando nas tomadas de decisões, e oficiais de linha, que atuam na execução das decisões do comando, datam, segundo Silva (2019), de 1665, com a Marca de Grandenburgo, tropa precursora do exército prussiano. A tropa, nessa perspectiva, precisa passar por rigoroso treinamento, destinado, sobretudo, a mudar a visão de mundo dos civis recém ingressados nas fileiras militares, modelo que, como vimos anteriormente, tem influenciado as organizações militares no mundo inteiro e, em especial, as Forças Armadas e Polícias Militares brasileiras.

As Polícias Militares, por serem legalmente forças auxiliares do Exército Brasileiro, adotam o formato estrutural e pedagógico dessa força que por muitos anos ditava todo processo administrativo das PMs – houve mudanças, e as Polícias Militares ganharam autonomia administrativa, em tempo de paz; hoje apenas seu armamento passa pelo controle do exército. A adaptação dos alunos policiais-militares, assim como alunos de qualquer força militar que adota o modelo pedagógico aqui tratado, se dá por intermédio da assimilação da cultura rígida do ambiente, marcada pela hierarquia e disciplina, com a ideia de obediência rigorosa ao regulamento disciplinar – esse regulamento disciplinar, atualmente na PMMG chamado de Código de Ética dos Servidores Militares Estaduais, apesar de alguns avanços nas suas disposições, sempre deu margem a interpretações diferentes quanto à definição teórica e alguns atos infracionais, levando a tomadas de decisões subjetivas, algumas completamente desprovidas do princípio legal da impessoalidade. A liderança dentro dos quartéis se dá, eminentemente, pela imposição dos regulamentos, salvo raríssimas exceções; é com base nos preceitos da hierarquia e da disciplina que tanto militares novatos, quanto antigos são instruídos e reciclados cotidianamente na cultura disciplinar militar.

No ambiente militar, o cidadão passa por uma transformação, na qual os seus valores, crenças e filosofias são testados, e sendo compatível com a vida militar, são aprimorados e incorporados a outros. Contudo, caso não exista compatibilidade o processo é mais doloroso, pois o recruta será obrigado a abandonar seus posicionamentos a fim de se adaptar às Forças Armadas. (Silva, 2019, p.157).

Tem uma função importante o papel do condicionamento mental reforçado numa memória corporal, isto é, o treinamento físico, cuja metodologia inclui alguns castigos como a repetição extenuante de alguns movimentos. Caso a execução não saia do agrado de quem está comandando os exercícios, há, inclusive, o chamado “pagamento” de exercícios: o instruendo que cometer algum ato entendido como questionável, durante os exercícios, seja por atitude de desânimo ou alguma manifestação verbal que desagrade o instrutor, é compelido a “pagar”, fazer exercícios extras como flexões de braços, polichinelo, agachamentos com saltos e outros, como penalidade.

De alguma forma esse modelo pedagógico chegou às demais corporações policiais brasileiras, incluindo as civis (Polícias Cíveis, Polícia Federal, Polícia Penal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Guardas Municipais). É verdade que as relações interpessoais entre superiores e subordinados, em algumas delas, sejam um pouco mais democráticas que nas Polícias Militares, mas o modelo pedagógico é muito parecido.

CAPÍTULO 2

BREVE HISTÓRIA DA PMMG

2.1 Durante o Reinado

Iniciado o processo de exploração do ouro na colônia, a Coroa Portuguesa enviou duas Companhias de Dragões – grupos de militares integrados somente por portugueses – para garantir a ordem pública e, principalmente, impedir que houvesse extravio do ouro destinado à Coroa. Em 1775, entretanto, foi criado o Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais (História PMMG: www.policiamilitar.mg.gov.br; Cota, 2006; De Marco Filho, 1991; Sena, 2014; Ribeiro, 2011; Matos, 2008), para substituir as tais Companhias de Dragões, sob a alegação de que as forças portuguesas não estavam cumprindo a contento a sua missão.

O Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais é considerado a tropa que deu origem à atual Polícia Militar de Minas Gerais. A função primordial dessa tropa, na época, era a mesma antes destinada às Companhias de Dragões, ou seja, a proteção das autoridades e do ouro que a Coroa Portuguesa explorava em Vila Rica, hoje Ouro Preto, e a prevenção e repressão a crimes em geral.

(...) caberia cumprir missões de natureza militar, através de ações e operações de enfrentamento dos tumultos, insurreições e defesa do território da Capitania e da Pátria, e, de natureza policial, na prevenção e repressão de crimes, mantendo em ordem a população, para que o ouro pudesse ser extraído, transportado e exportado em favor do Reino Português. (HISTÓRIA PMMG: www.policiamilitar.mg.gov.br. Acesso: 21/03/2022).

A corporação tinha uma estrutura militar dividida em praças e oficiais, cuja composição era de brasileiros que só podiam ser praças, com a graduação máxima de Alferes (equivalente à graduação atual de Subtenente) e de portugueses que ocupavam os postos de oficiais (tenentes, capitães e coronéis). Cabe ressaltar que Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, quando foi preso e condenado sob a acusação de conspiração contra a Coroa, era Alferes dessa corporação, e o seu principal denunciante, o português Joaquim Silvério dos Reis, era coronel da mesma força, comandante do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Borda do Campo, hoje Barbacena, Werneck (2017).

Com a vinda da Família Real, em 1808, a corporação passou por modificações e teve seu efetivo aumentado progressivamente. Em 1809 foi transformada na Divisão Militar da Guarda Real da Polícia com funções de repressão a atos contrários às normas e costumes.

A Guarda Real ficou, portanto, responsável pelo patrulhamento de determinadas áreas da cidade – trapiches, docas, alfândega, mercado de escravos e de produtos alimentícios – e dos locais de sociabilidade propícios à reunião de indivíduos pertencentes às camadas pobres da sociedade e escravos. Numa cidade como o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, constituída por uma parcela significativa de cativos, manter a ordem e a tranquilidade pública significava controlar e reprimir esse contingente populacional, especialmente na Corte. Assim, o então coronel Miguel Nunes Vidigal, que ocupou primeiramente o posto de auxiliar de oficial sob o comando de José Maria Rebelo, e seus granadeiros ganharam notoriedade à época em virtude do policiamento ostensivo então realizado e pela truculência empregada na repressão aos escravos. (PESSOA, 2015).¹¹

A partir de 1820 a Guarda Real passou oficialmente a capturar escravos fugitivos, combater quilombos, coibir e prender praticantes de capoeira (primeiro os escravos capoeiristas, depois incluiu também homens livres que a praticavam) – essas funções da instituição contribuíram indiretamente para o fim da figura do capitão do mato, que exercia uma espécie de polícia privada. Em 1831 a Guarda Real, logo após a abdicação de Dom Pedro I, revoltou-se contra o poder central e se envolveu em apoio direto a manifestações de civis contra o governo por vários dias, exigindo dentre outras questões, o fim dos castigos aos militares. A Guarda Real foi desfeita, em virtude do motim, e substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, também chamado Corpo Policial da Corte e Corpo Militar de Polícia da Corte, criado para esse fim, conforme Pessoa (2015). A nova instituição policial, sob o comando de Diogo de Feijó, era bem paga, seus integrantes não eram punidos com castigos físicos como os militares da Guarda Real (eram punidos apenas com prisões, associadas a demissões ou não) e exerciam suas funções com o emprego de muita violência, com apoio institucional (ibid. Id.).

No Segundo Reinado (1840-1889) a Guarda Municipal Permanente se tornou também uma instituição de repressão aos opositores internos do governo e teve participação direta na Guerra do Paraguai. Posteriormente foi dividida em um corpo militar e outro corpo civil.

Em 1858, por meio do decreto n. 2.081, de 16 de janeiro, o Corpo de Guardas Municipais passou a se chamar Corpo Policial da Corte. (...) Em 1866, o decreto n.

¹¹ Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/307-corpo-de-guardas-municipais-permanentes-da-corte>. Acesso em 20/02/2024).

3.598, de 27 de janeiro, reorganizou a força policial da Corte dividindo-a em dois corpos, um militar e outro civil. O Corpo Policial da Corte passaria a ser então o novo Corpo Militar de Polícia da Corte. Já o corpo paisano, ou civil, subordinado ao chefe de Polícia, foi denominado Guarda Urbana. (ibid.id).

As corporações citadas, dariam origem à instituição denominada de Força Pública Estadual, na República, que, em Minas Gerais e outros Estados, viria a ser a Polícia Militar. Antes, porém, paralela à criação da Guarda Municipal Permanente, que tinha uma atuação mais centralizada no Rio de Janeiro e outras cidades em 1831, criou-se também a Guarda Nacional, com uma atuação mais destacada no interior do país, cujas funções eram, ao mesmo tempo, análogas às do Exército e às de instituição policial.

Lucas Cabral Ribeiro cita Nelson Werneck Sodré sobre a criação da Guarda Nacional e destaca que as forças que a compunham aproximaram as elites do aparelho estatal e, portanto, “representavam um poder ligado às classes senhoriais”.

Criando a Guarda Nacional em 1831, a classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, numa fase em que travava intensa luta para manter-se no controle do aparelho de Estado, estava forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares”. (RIBEIRO, 2011, p. 3).

Leonarda Musumeci & Jaqueline Muniz (2000) apontam que as diferentes corporações policiais do Brasil registram suas origens de forma diferente. A Polícia Militar do Rio de Janeiro, por exemplo, registra sua origem a partir da data de criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, 13/05/1809, Musumeci & Muniz (2000, p. 4). A Polícia Militar de Minas Gerais até 2000 registrava sua origem a partir da data de criação da Guarda Municipal Permanente, 22/10/1831; a partir de 2000 passou a registrar a sua origem tendo como referência a data de criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, 09/06/1775, conforme Cotta (2006, 93). As principais mudanças na corporação viriam com a Proclamação da República, especialmente com a sua reestruturação do sistema de ensino a partir de 1912, com a vinda do suíço Robert Drexler, e com a reestruturação das PMs no país, em 1969, durante o Regime Militar, mudanças que serão tratadas no próximo capítulo.

2.2 Durante a República

Durante a Colônia, como se viu no item anterior, as forças policiais tinham como foco a defesa dos interesses da Coroa Portuguesa, especialmente a proteção do ouro aqui extraído e que seguia com destino a Portugal. No Reinado e, posteriormente, com o estabelecimento da República, a então Força Pública de Minas Gerais se transformaria na instituição destinada à manutenção da ordem pública, mas, não foge às suas origens de atuar a serviço das elites, conforme nos mostra Soares (2022). Passou por um processo de revitalização do treinamento militar de matriz prussiana, notadamente após a contratação do Coronel Robert Drexler, do Exército Suíço, e seu filho Rodolfo Drexler, como auxiliar, para que treinassem os militares mineiros na arte da guerra. Recebeu nova denominação: “A força foi denominada Corpos Militares de Polícia de Minas, tendo comandos independentes, ficaria sob as ordens imediatas do Presidente do Estado e subordinada ao Chefe de Polícia.” (COTTA, 2006, p. 122). Fixou destacamentos nas então principais cidades mineiras, como Ouro Preto, Uberaba, Juiz de Fora e Diamantina, conforme o autor.

Isto proporcionou um prestígio nacional da instituição, como um exército estadual, durante os embates bélicos ocorridos nas décadas de 1920 e 1930. Após a Revolução de 1932 ela começaria uma atuação mais voltada para as funções de polícia de fato, por força de decisão do governo de Getúlio Vargas que se prevenia contra possíveis rebeliões contra o seu governo, pôs o Exército Nacional no controle das polícias militares, tornando-as suas forças auxiliares, como veremos mais à frente.

Durante o período em que atuava como um exército estadual, surgiram nas cidades maiores e na capital do Estado, as Guardas Civis, responsáveis pelo policiamento ostensivo, enquanto a Força Pública ficava mais aquartelada como um exército pronto para ser empregado em caso de necessidade. No interior, entretanto, a corporação militar estadual atuava diretamente com seu papel de polícia, embora se mantivesse vinculada ao mandonismo político de cada cidade. Isto é, a então Força Pública de Minas Gerais que se tornaria a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, nas pequenas cidades mantinha uma dependência direta com os expoentes do coronelismo político e, conseqüentemente, atuava a serviço destes.

Na Capital do Estado e nas cidades sedes dos Batalhões, a Força Pública apresentava-se com alguma independência e possuía a determinação dos Exércitos que jamais conheceram a derrota; contudo, nas cidades e vilas do interior, seus integrantes viviam a reboque do "mando" e das "vontades" políticas locais das quais

dependiam para quase tudo. Mas, com a Força Pública militarizada e aquartelada, surgem, na Capital e em algumas cidades maiores, as chamadas "Guardas Civis", que se encarregariam do policiamento ostensivo.¹²

A Força Pública já devidamente instalada por todo o Estado de Minas Gerais, na primeira metade do século XX, mantinha uma interdependência das forças políticas no interior do Estado – época em que imperou o coronelismo político – para continuar subsistindo, situação reconhecida na citação acima, constante do site oficial da corporação, baseado na obra de Cotta (2001, 2006). Por essa época, os integrantes da Força Pública no interior do Estado se viam obrigados a atuar em parceria com políticos locais para garantir as condições estruturais de atuação policial, o que, obviamente, comprometia o princípio de isenção desses profissionais. É a própria história oficial, neste caso, que reconhece essa situação vexatória e politicamente voltada para os interesses da classe dominante.

Com a reorganização a partir de 1912, surgiram unidades especializadas de ensino, como o Corpo Escola, a Escola de Sargentos, o Departamento de Instrução (hoje Academia de Polícia Militar), etc., a corporação começou a se impulsionar em processo de evolução heterogêneo: na capital e nos grandes centros mantinha o seu vínculo de dependência diretamente ao poder público do Estado e, no interior mais distante, nos rincões do Estado, a sua função chegava a se assemelhar com a das milícias privadas dos coronéis, apesar do status de funcionários públicos que os policiais ostentavam para fins de execução do trabalho policial.

Nilson Carvalho Crusoé Júnior (2010), através de um estudo sobre o ensino na Polícia Militar da Bahia durante o período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), fala da estruturação do ensino militar em todo o país, como parte de um projeto político e pedagógico nacional envolvendo o treinamento militar específico das Forças Armadas e das Polícias Militares. “Isso ocorreu basicamente pelo fato de que havia uma necessidade premente de se formar um poder centralizado para atender às demandas históricas advindas do processo de industrializante pelo qual passava o país”. (CRUSOÉ JÚNIOR, 2010, p. 277). Percebe-se que o aparelhamento das PMs, naquele momento tinha um objetivo claro que era a manutenção de um governo forte em nível nacional, atender à sua estruturação ditatorial e, obviamente, atender aos interesses do capital que então se firmava no país. Essa

¹² Disponível em:

<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/externo/pagina/7924/mem%C3%B3riaepatrim%C3%B4niohist%C3%B3ricocultural>. Acesso em 11/11/2023.

reorganização do ensino militar em todo o país deu-se através de leis que partiram do governo federal.

O decreto federal de nº 23.126, de 23 de agosto de 1933, chamado de “Lei do Ensino Militar”, estabeleceu as diretrizes gerais que passariam a compor o corpo formador dos quadros militares a partir daquele instante, no intuito de garantir uma padronização das atividades educativas e de um processo de racionalização na estrutura funcional das escolas militares em vários âmbitos. Esse arcabouço legal visava, panoramicamente, à inserção de uma cultura mais técnico-profissionalizante para os quadros das forças militares (Exército, Marinha e Polícias), o que garantiria um corpo doutrinário mais engajado com os interesses advindos do governo pós-revolucionário. (CRUSOÉ JÚNIOR, 2010, p. 282).

Dois fatos célebres dão uma dimensão exata de como funcionava as instituições policiais militares no período Vargas, notadamente no Estado Novo. Um foi a prisão do escritor Graciliano Ramos no período de março de 1936 a janeiro de 1937, sem inquérito/processo formal e, embora não tenha sofrido tortura física, sofreu tortura psicológica e teve contato com policiais de Alagoas durante a sua prisão, de Pernambuco, durante o seu deslocamento, e do Rio de Janeiro, onde esteve preso por mais tempo. Os detalhes de corporações policiais com profissionais arbitrários e violentos, que se identificavam plenamente com o regime político vigente sobressaem na narrativa do autor em Ramos (1985). O outro fato trata-se do “Caso dos Irmãos Naves”, dois irmãos presos na cidade de Araguari-MG, no ano de 1937, acusados de um crime que não haviam cometido, foram presos e obrigados a confessar a autoria do crime, mediante tortura, testemunhas foram torturadas para deporem contra os dois. Esses ardis, montados por um tenente da PMMG que atuava como Delegado Especial de Polícia naquela cidade, com apoio dos PMs sob seu comando, levaram à condenação dos supostos réus a vinte anos de prisão cada um, dos quais cumpriram oito anos até serem postos em liberdade e ter o reconhecimento de que eram inocentes, já que a suposta vítima de assassinato apareceu viva e sem ter tido qualquer conflito com os réus. Este fato foi descrito no livro “O Caso dos Irmãos Naves - Um Erro do Judiciário”, escrito pelo advogado dos réus, João Alamy Filho, e roteirizado e transformado em filme por Luiz Sérgio Person (1967) e estudado por Souza (1996).

No “Caso dos Irmãos Naves” sobressaem a falta de ética profissional e a truculência desmedida de oficial da PM com a conivência de seus subordinados. Nota-se que ocorre na mesma época dos fatos envolvendo o escritor Graciliano Ramos, em um contexto em que centenas, talvez milhares de pessoas passaram por situações não muito diferentes no país inteiro. São ações que representam um padrão de comportamento de PMs naquele contexto,

mas que mantêm um liame com situações análogas no passado e posterior a tal conjuntura, até os dias atuais. No final tentaremos explicar o vínculo dessas atitudes com a pedagogia policial-militar e o porquê desse modelo pedagógico resistir no tempo e no espaço, e aos avanços tecnológicos no meio policial militar.

Fazemos aqui um salto temporal visando manter o foco nas principais transformações operadas na corporação no período estudado, para melhor compreensão acerca do que mudou de fato e o que permanece inalterado na sua trajetória. Cinco anos depois de implantado o Regime Militar, as Polícias Militares do país foram reorganizadas pela legislação federal: o Decreto-Lei nº 667, de 02/07/1969, no seu introito apresenta a síntese do seu conteúdo: “Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências”. O Decreto reafirma a condição das PMs como Forças auxiliares do Exército e regulamenta a Inspeção-Geral das Polícias Militares (IGPM), seção do Exército Brasileiro, como instituição responsável pela supervisão direta das Polícias Militares do país, define a função de atividades de polícia ostensiva como de responsabilidade das Polícias Militares, até então carente de definição legal para essas corporações. O processo de formação dos seus integrantes da base da pirâmide, cabos e soldados, nesse período, se já possuía um direcionamento ideológico anterior, agora ganha intensidade no que se refere à Doutrina da Política de Segurança Interna, ou Segurança Nacional, cuja base era a ideologia difundida pela Guerra Fria.

Algumas mudanças no arcabouço ideológico, não só da PMMG como de várias Polícias Militares do país, começaram a ocorrer na primeira década do Século XXI. Houve a implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), programa adaptado do programa estadunidense Drug Abuse Resistance Education (DARE), criado pela Professora e Psicopedagoga Ruth Rich, em conjunto com especialistas da área de comportamento humano e integrantes do Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, 1983; o programa chegou ao Brasil em 1992, através da Polícia Militar do Rio de Janeiro, seguida da PM do Paraná, e foi adotado pela PMMG em 1997. Houve também um investimento na adoção do chamado Policiamento Comunitário – policiamento com policiais que trabalham fixos em determinados bairros ou comunidades, procurando se aproximar e estabelecer uma relação de confiança com a população – iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e que ganhou força na década de 2000. Nesse mesmo período, especialmente a partir de 2004, foi adotado na PMMG e outras corporações, cursos de Direitos Humanos e de estudos da escalada da violência no estado e no país,

promovidos pela então Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) sob a coordenação direta de Ricardo Balestreri (2001 e 2002), cujas obras de sua autoria serviram de base para os cursos.¹³ Tudo isso foi considerado um grande avanço nas corporações policiais do país, não obstante em todas elas haver integrantes que resistiam às mudanças e defendiam uma atuação policial truculenta.

Percebe-se, entretanto, um nítido retrocesso nos avanços surgidos das ações acima citadas, a partir do final de 2013 e início de 2014, com as práticas políticas e incitações de Jair Messias Bolsonaro, enquanto pré-candidato, candidato e Presidente da República: há uma regressão à mentalidade e ideologia política semelhantes aos tempos da Guerra Fria.

Após a greve de 1997 da PMMG, considerado um movimento sem precedentes na história militar/policial-militar do país, conforme Machado (s.d., p. 1-2), houve uma série de mudanças na corporação nos anos seguintes, muitas delas claramente voltadas para se evitar que algo semelhante se repetisse. No ano de 1998, Itamar Franco foi eleito governador e habilmente concedeu um reajuste salarial de 100% para Oficiais e Praças, anistiou os grevistas, separou o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e reintegrou os PMs expulsos pela participação no movimento e enviou à Assembleia Legislativa o projeto de lei que se tornou a Lei Estadual 14.310/2002, que instituía o novo Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar, em substituição ao arcaico Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. Machado (s.d.) trata essa questão como um grande avanço na corporação.

Foi o fim de um modelo disciplinar que perdurava há vários anos e o início de um novo processo disciplinar menos rígido e com uma metodologia mais voltada para a ampla defesa e contraditório seguindo a tendência mundial de observação da legalidade e dos direitos humanos. (MACHADO, s.d., p.11).

A mudança de maior impacto foi a criação da Força Nacional em Brasília-DF, com integrantes temporários de todas as unidades federativas do país; compõe-se de policiais militares, policiais civis (investigadores e peritos) e bombeiros militares: dentre suas funções está assumir o controle do policiamento ostensivo em cidades cujos policiais militares entrarem em greve. A Força Nacional foi criada no ano de 2004, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. Além dos integrantes temporários há, na Força Nacional de

¹³ A Polícia Militar e Polícia Civil de Montes Claros participaram de tais cursos, no ano de 2004, no auditório do CCBS da Unimontes – o pesquisador participou de tais cursos.

Segurança Pública, o Batalhão de Pronto Reposta (BPR) que tem efetivo permanente e é considerado uma tropa de elite (DECRETO nº 5.289 de 29/11/2004).

Outra mudança de destaque, que ocorreu no bojo de várias outras mudanças e que nos quartéis se comenta serem decorrentes diretas do movimento grevista, refere-se às exigências para ingresso nas fileiras da PM: uma norma de 2010 definiu que para se ingressar na corporação para ser soldado, o candidato deve ser portador de curso de nível universitário – a norma só entrou em vigor no final de 2015: Lei Complementar nº 115, de 05/08/2010, que alterou a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. Por essa mesma legislação ficou estabelecida exigência do Curso de Bacharelado em Direito para candidatos ao Curso de Formação de Oficiais (CFO), formação de policiais militares de níveis hierárquicos de tenente a coronel. O método de formação desses novos soldados, a prática pedagógica, não mudou, ou mudou pouco, mas surgiu uma nova geração de policiais militares que se veem como diferenciados daqueles mais antigos que nem sempre têm formação universitária e, por outro lado, os mais antigos tentam desvalorizar os da nova geração imputando-lhes uma suposta falta de capacidade de ação vigorosa – criou-se, em decorrência disso, o rótulo de “policiais raiz”, para os veteranos, e “policiais nutela”, para os da nova geração. Há que se ressaltar que a grade curricular do curso de formação dos soldados da nova geração mudou, entretanto, a metodologia de ensino é que permaneceu idêntica à anterior, bem como permaneceu o chamado “currículo oculto” já referido, França (2019, p. 365).



Foto: Imagem meramente ilustrativa de situação de extremo desconforto provocado nos alunos militares, durante instrução em lamaçal, a pretexto de preparação para o “enfrentamento da psicofadiga”. Disponível em: <http://www.milicoponderao.com/2014/07/no-meu-tempo-e-depois-do-meu-tempo.html>. Acesso em 12/12/2023.

CAPÍTULO 3

DINÂMICA DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA MILITARIZADA

3.1 A pedagogia policial-militar

“Quem é praça e chega aos vinte anos de serviço na PM sem adquirir uma úlcera gástrica, uma doença mental, hipertensão, diabetes ou pelo menos uma gastrite, pode ser considerado uma exceção, um herói!”.

Afirmação de um cabo da PMMG, reformado em Montes Claros.

O introito deste item, tal como consta, foi expresso por um cabo PM auxiliar de enfermagem, que trabalhou muitos anos na região de Montes Claros, e foi transferido para a inatividade no final dos anos de 1990, reformado, que tem costumes diferenciados da grande maioria da tropa, especialmente pelo hábito de constantes e variadas leituras; ao contrário da maioria dos policiais militares do seu nível hierárquico, ele consegue fazer uma análise racional de várias questões envolvendo a dinâmica interna dos quartéis. Em contato com o pesquisador, ele preferiu fazer algumas declarações “em off”, sem se colocar na condição de entrevistado. Critica a hierarquização das relações interpessoais nos quartéis, ou seja, a adoção do rigor da hierarquia funcional para as relações entre superiores e subordinados na corporação e os efeitos negativos disso na saúde física e mental dos policiais militares, em especial nos que ocupam a base da pirâmide estrutural, os chamados no meio civil de militares de baixa patente, principais alvos de opressão. Há um nível de estresse muito elevado, segundo o declarante, decorrente das insatisfações originadas dessas relações marcadas por tratamentos ríspidos, opressivos, muitas vezes deseducados, sarcásticos e humilhantes, dos superiores hierárquicos para os subordinados, que, segundo o policial militar citado no introito, são determinantes para a geração de problemas de saúde física e mental dos policiais militares – agravam as moléstias potenciais ou dão origem a novas doenças, mormente as de viés psicossomático.

Toda essa dinâmica interna começa na formação de cada policial militar e se mantém no processo pedagógico continuado. O corpo é o principal alvo da pedagogia militar, ainda

que, teoricamente, isso não seja admitido. Por exemplo, o aluno que comete um erro ao cumprir um desafio que lhe é proposto, ou, se inquirido sobre algum tema, dá uma resposta insatisfatória, recebe, como castigo, a incumbência de executar, sozinho, dez flexões de braço ou vinte exercícios de polichinelo, contando em voz alta cada movimento. Também é comum dividir um pelotão com cerca de quarenta homens em dois times de futebol com cerca de vinte homens cada em um campo de futebol, num jogo tumultuado, com constantes atritos corporais, pelo excessivo número de jogadores no mesmo espaço; após o jogo, cabe ao time perdedor carregar o outro nas costas por várias voltas ao redor do campo – cada jogador do time perdedor tem de carregar um do outro time (se houver empate há disputa em pênaltis, para que sempre haja vencedor). No corpo, como se vê, concentram-se ações que visam uma intervenção direta na adequação do caráter e da personalidade aos ritos que conferem aos integrantes dessa categoria profissional o sentimento de que a corporação se constitui num microcosmo social específico, com uma cultura própria, a cultura institucional tratada por Gonçalves (2012). Essa característica de peculiaridade sociocultural é que se traduz no campo militar propriamente dito.

A chamada “ralação”, submissão do educando a situações extenuantes e, às vezes, até vexatórias e humilhantes, é uma forma de, através dos efeitos sobre o corpo, manter o indivíduo constantemente sob o jugo do poder atribuído aos superiores hierárquicos. A repetição de práticas ritualísticas e de ideias apontadas como certas e inquestionáveis, reforçam o aspecto ideológico, produzindo um universo de subjetividades, com um sistema de crenças ao qual não cabe ponderação ou um simples pensar diferente. Há uma clara tentativa de se formar indivíduos com pensamento e comportamentos padronizados, homogêneos. Também são comuns a execução de exercícios extras a título de castigo para aqueles que cometam erros em relação à assimilação do conteúdo que lhes foi ensinado, o que é mais um comprovante da função simbólica destacada do corpo nesse processo de criação e alimentação de um padrão na maneira de pensar, agir e sentir. Nesse modelo pedagógico, o aluno é reduzido a um mero objeto de manejo através de ordens, refém de atitudes impositivas; não é permitido ao aluno discordar daquilo que o instrutor afirma, daquilo que o instrutor lhe informa como verdadeiro, ou fazer abordagem que destoa de uma visão já padronizada internamente. Vejamos um exemplo relatado por um sargento que, segundo ele, vivenciou no seu curso de formação de sargento.

A ele fora determinado fazer um trabalho escrito e o apresentar para a turma sobre a participação do Brasil na Guerra do Paraguai. Inicialmente foram-lhe indicadas como fonte

de pesquisa duas apostilas sobre História Militar da PMMG, uma delas do próprio tenente instrutor da disciplina. O dito aluno acrescentou à pesquisa o livro “Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai”, de Júlio José Chiavenato e priorizou no seu trabalho a visão desse autor, apresentando uma abordagem crítica, especialmente dos vários interesses por trás da guerra, tanto da parte do Brasil, Argentina e Uruguai, como também da própria Inglaterra, então potência hegemônica no continente, e falou das atrocidades praticadas pelos militares brasileiros contra civis paraguaios indefesos (mulheres, idosos e crianças) naquele país, durante o conflito. O tenente instrutor interrompeu a apresentação do trabalho, criticou a abordagem do aluno e gastou o resto do tempo destinado à apresentação discorrendo sobre o que seria correto afirmar sobre a guerra: a ambição desmedida de Solano Lopes em conquistar terras dos países vizinhos para ampliar o seu território e garantir acesso ao Oceano Atlântico, o emprego de mulheres, idosos e crianças como parte do exército paraguaio, dentre outras questões. Destacou, o instrutor, as “ações heroicas dos militares brasileiros” em solo paraguaio. No final o instrutor deu uma nota baixíssima para o trabalho do aluno, por ter usado “fonte não confiável” como objeto de estudo.

A prática pedagógica policial-militar induz a técnicas de estudos bastante peculiares. É comum, nesse modelo, alunos criarem siglas para facilitar a decoreação de termos e expressões em sequência como respostas a determinadas questões durante as avaliações; alguns instrutores incentivam essa prática, por exemplo: Quais são os princípios do Direito do Trabalho? Resposta: Princípio da **proteção**; Princípio da **primazia** da realidade; Princípio da **continuidade**; Princípio da **inalterabilidade** contratual lesiva; Princípio da **intangibilidade** salarial; Princípio da **irrenunciabilidade** de direitos. Forma-se uma sigla com as iniciais de cada um dos princípios para facilitar a memorização para resposta na hora da prova: PPCIII.

As ordens dadas durante treinamentos quase sempre são ditadas aos gritos, como forma de pressionar com um imenso impacto psicológico sobre os educandos e fixar no inconsciente destes o padrão indicado. Exceções à parte, pessoas formadas nesse modelo pedagógico tendem a desenvolver dificuldades para lidar com as diferenças, mormente no campo das ideias. Paulo Freire (1987) chama de “educação bancária”, esse modelo pedagógico tecnicista – que não é exclusividade do campo militar, já que ele existe também no meio civil. O termo “bancária” refere-se à postura estática do aluno, como se fosse um banco a receber depósitos.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis

aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção ‘bancária’ da educação. (FREIRE, 1987, p. 33).

Freire propõe uma educação libertadora ou problematizadora para contrapor ao modelo de “educação bancária”, um modelo pedagógico que estimula o aluno a participar ativamente na hora de aprender e principalmente a questionar a realidade. Na prática, nesse modelo, o professor é um mediador para promover o diálogo, um debate que aproxima o mundo teórico do dia a dia dos alunos para torná-los verdadeiros seres pensantes.

É que, se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a ‘educação bancária’ pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação. Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador. (Id. ibd., p. 35).

Filocre e Coutinho (1976) traduziram “O papel do instrutor – Noções de Pedagogia Militar” do original em francês da Ecole des officiers de la Gendarmerie Nationale – France. Trata-se de um compêndio utilizado na formação de oficiais da Polícia Nacional Francesa. A obra mostra técnicas de abordagens, postura do instrutor, uso dos recursos didáticos e pedagógicos, cita a necessidade de debate e críticas, inclusive após aulas práticas, como forma de reflexão e melhor compreensão pelos alunos. Esta abordagem não faz parte da pedagogia empregada na formação de praças, ela é exclusiva para oficiais (considerados atualmente como “gestores de segurança pública”, praças são “técnicos em segurança pública”, na definição mais recente.

A crítica é um dos meios mais seguros de fazer uma classe participar. Durante os exercícios de aplicação, os expectadores podem criticar os executantes. Após um exercício de combate, a crítica pode tomar a forma de uma discussão de caso concreto. Sempre que for possível, o executante será convidado a fazer sua autocrítica; se for capaz de formar consciência de seus próprios erros, estará apto a evitá-los no futuro. O instrutor completa e corrige as críticas feitas pelos alunos e extrai os ensinamentos e a conclusão. (FILOCRE & COUTINHO, 1976, p.28).

Retomando a questão do corpo como objeto do poder simbólico, citamos Foucault (1987). Ele destaca as táticas de dominação consolidadas na ideia do poder de dominar e punir mentalmente com um efetivo investimento no corpo como um objeto no qual se

concentra as relações de poder. O autor faz essa avaliação sob a ótica do corpo subjugado na prisão e no sistema capitalista, como uma ferramenta de trabalho. Contudo, essa análise cabe também quanto ao papel do corpo na pedagogia militar, haja vista que este é a principal ferramenta de trabalho da categoria: qualquer instrumento que seja empregado no exercício da função depende essencialmente do corpo do indivíduo para o seu emprego efetivo.

(...) o corpo também está mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, uma boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 1987, p. 29).

A atuação direta sobre o corpo do educando aliada a uma metodologia tecnicista de ensino, em que o aluno é reduzido a um mero repositório dos conhecimentos repassados pelo professor, tolhem a criatividade, reduz o comportamento interativo desse educando. A formação dos policiais militares, notadamente dos praças, quase sempre leva o aluno formado nesse sistema a se tornar um profissional mais preparado para cumprir rigorosamente o que lhe for determinado pelas normas e pelos seus superiores hierárquicos, do que alguém capaz de pensar, refletir sobre questões complexas, emitir opinião, como já foi citado em Freire (1987). O mesmo não ocorre com a formação de oficiais, que são levados a um aprendizado mais dinâmico e participativo, apesar da chamada “preparação para a resistência à psicofadiga”, que trataremos mais adiante; os oficiais são formados no mesmo modelo pedagógico que os praças, porém, são treinados para mandar, para tomar decisões, para conduzir grupos, dizer o que deve ser feito, o que é certo e o que é errado, a quem está sob seus comandos. A conduta autoritária é estimulada no futuro oficial como parte da sua formação, sem deixar de lado a necessidade de cumprir ordens: “No caso dos cadetes, que serão os futuros comandantes das instituições PM, tem-se o ensinamento sobre a compreensão de que primeiro é preciso obedecer para depois comandar” FRANÇA, 2019, p. 387).

A formação de praças, notadamente soldados, a prioridade é a preparação para se cumprir ordens – os sargentos são formados para serem o elo de ligação entre os oficiais e a tropa, são treinados para comandar, porém, ao mesmo tempo são treinados para tomar

decisões apenas dentro de um padrão gerenciado pelos oficiais. A rispidez desse modelo pedagógico gera, como já foi dito, indivíduos subservientes aos oficiais, no caso dos praças, e ao sistema, no caso dos oficiais; há, porém, casos raros de resistência, quase sempre velada, por integrantes dos dois segmentos – quando essa resistência se torna visível, acintosa ou não, ela é considerada um sinal de inadaptação do policial militar ao ambiente castrense que pode motivar punições que vão desde a advertências à submissão a processos demissionais.

O estresse, a sobrecarga ao aluno, são vistos na pedagogia militar como salutares e são fomentadas pela maioria dos docentes, embora haja especialistas que os condenem e os apontem como produtores de indivíduos com tendências ao descontrole emocional. Essa prática é indubitavelmente o fruto de uma relação autoritária entre professor (instrutor) e aluno. Há um constante treinamento, especialmente com discentes do Curso de Formação de Oficiais, para o que é definido como “preparação para a resistência à psicofadiga”, conforme Antunes Neto (2017, p. 53); esse treinamento consiste em submeter o discente a situações estressantes, com emoções extremas, que, supostamente, despertaria habilidades fundamentais para absorver as tensões decorrentes do exercício da profissão, lidar com os mais variados tipos de pressão e se tornar capaz de tomar decisões acertadas nessas situações. Uma análise do processo de “preparação para a resistência à psicofadiga”, que inclui atividades como a que veremos adiante no relato autobiográfico de um entrevistado sobre a instrução denominada de “Ranca”, que ele foi submetido. O relato leva qualquer pessoa com capacidade crítica de análise a entender que atividades de torturas sobre o aluno, na prática, também funciona como uma aula de como se torturar outras pessoas. Além disso, especialistas como Sérgio Lopes Santana e Alini Danieli Viana Sabino, afirmam que a produção excessiva de adrenalina no organismo em virtude do estresse, como ocorre na vida dos policiais em geral, tanto durante as instruções como no exercício da atividade profissional, pode gerar prejuízos significativos para a saúde física e mental deles.

No trabalho diário, o policial encontra alta taxa de adrenalina estando sempre preparado para agir. À medida que aumenta o nível de tensão, aumenta também o nível de vigilância e de expectativa, passando a estar pronto para agir a qualquer instante de maneira enérgica. O profissional vive sob pressão constante e em consequência, sofre alteração no seu padrão normal de pensar e agir, além de apresentar dificuldades para estabelecer prioridades ocasionando sensações de hesitação, visão estreita, raciocínio confuso e ilógico que passam a fazer parte do seu dia a dia. (SANTANA; SABINO, sd.).¹⁴

¹⁴ Disponível em: <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/>. Acesso em 22/10/2021.

Michelli Beckert (2019) aprofunda um pouco mais nessa questão envolvendo a chamada “preparação para a resistência à psicofadiga” e afirma que, de certa forma, essa submissão a situações emocionais extremas pode, por um lado, até ajudar a enfrentar alguns obstáculos cotidianos, mas sempre afetará negativamente o ser humano que está por trás da farda, abalando-o emocionalmente e interferindo na sua vida profissional e pessoal.

A autora afirma que durante o treinamento funcional dos policiais são inculcadas “normas de conduta” que obrigam esses profissionais a manter seu controle emocional diante de qualquer circunstância e a qualquer custo. Esse “código de conduta”, segundo ela, é levado a sério em todas as situações, inclusive na vida interpessoal e cria neles uma falsa ideia de que são inabaláveis, de que possuem uma força extrema. De certa forma, essas normas e a metodologia podem até ajudar no enfrentamento a alguns dos obstáculos profissionais diários, mas nem sempre conseguem fazer com que o ser humano que está por trás da farda não se abale emocionalmente com os fatos, como foi citado – ele acabará sofrendo os efeitos disso, especialmente na sua saúde física e mental.

A autora insiste em destacar que as organizações militares de segurança, especialmente as Polícias Militares, enfrentam frequentes adversidades em seu ambiente de trabalho. O fato de que no ambiente militar, mesmo após treinamento, os policiais são submetidos a situações, levam ao estresse pós-traumático e podem predispor doenças mentais.

O desenvolvimento do Transtorno de Estresse pós-traumático pode ocorrer após a exposição direta ou indireta a eventos traumáticos como morte, lesões ou traumas. Essas situações são recorrentes na vida policial. Sintomas como recordações aflitivas e recorrentes do ocorrido, mudanças de humor, distúrbios do sono, entre outros, são observados em pessoas que apresentam esse diagnóstico. Não procurar ajuda aumenta em três vezes o risco para desenvolvimento de transtorno depressivo e transtorno somatoforme (sintomas físicos sem base médica constatável). O agravamento dos sintomas depressivos, especialmente, pode levar a pensamentos de morte. Sabe-se que o risco de suicídio entre policiais é ainda maior devido à proximidade e facilidade para o manuseio de armas de fogo. Também há outras patologias comuns. Os transtornos de ansiedade, transtornos de adaptação (sofrimento psicológico desproporcional a gravidade do estressor, com prejuízo psicossocial) e a depressão também são patologias recorrentes no âmbito policial. (BECKERT, 2019).¹⁵

A hipótese mais aceitável para contrapor os efeitos desse estresse funcional, seja em decorrência dos impasses vividos no ambiente dos quartéis ou diretamente em virtude dos

¹⁵ Disponível em: <https://www.wainerpsicologia.com.br/>. Acesso em 24/10/2021.

riscos que a profissão submete o indivíduo, seria uma mudança de metodologia, tornando-a mais humana e produtora de uma mentalidade mais progressista, capaz, inclusive, de levar esses profissionais a aceitarem tratamento psicoterápico como parte do processo pedagógico continuado. Uma proposta nesse sentido, na atual conjuntura, certamente geraria uma resistência incomensurável pela quase totalidade da tropa, tanto pelo desconhecimento do que a psicoterapia como pelo preconceito conservador existente nesse ambiente contra qualquer atividade que seja diferente do que estão acostumados a praticar no dia a dia. Novamente buscamos em França (2019) uma explicação para a resistência à adoção de um modelo pedagógico de essência democrática em contraposição ao ideal positivista que norteia a mentalidade castrense, do qual trataremos adiante.

(...) na busca pela implementação de um novo modelo de formação PM, considerado próximo à democracia surgida após 1988, encontram-se nas casernas policiais elementos que dificultam transformações substanciais, devido à existência de uma cultura centenária na qual a ideia do homem-máquina ainda parece ser uma opção plausível na idealização policial militar de combate ao crime. (FRANÇA, 2019, p. 388).

No processo de inquietação dos discentes para uma suposta capacitação para enfrentamento de situações estressantes, com muita frequência os instrutores, a julgar pelas suas atitudes amparadas nas relações de poder que as normas internas sustentam, projetam suas neuroses, suas frustrações, seus traumas em quem está sob seu domínio institucional; não são incomuns atitudes de sujeição e humilhação a alunos, com sinais de prazer em quem exerce o ato de sujeição aos discentes. Com frequência ressaltam, por parte de quem detém o poder de mando, sinais de egocentrismo, exibicionismo, vaidade, narcisismo, necessidade de se impor ao outro, enquanto indivíduo detentor de poder para tal. Reich (1995) denomina de “courage narcísica” o conjunto de características sublimadas que ditam comportamentos inconscientes, condenáveis sob o ponto de vista das relações sociais. Há situações que, à luz das normas internas da corporação, poderiam caracterizar desvio de condutas dos docentes ou, mais, à luz da legislação brasileira, poderiam ser identificados indícios de assédio moral em muitos casos; porém, os discentes tendem a aceitar tudo que lhes é imposto como parte do processo e não questionam os transtornos sofridos – as atitudes de aceitação da metodologia aplicada, por si, já é o resultado dessa metodologia agindo em cada indivíduo para torná-lo docilizado ao sistema, esteja ele na condição de quem será praça ou de quem será oficial: se será um mero cumpridor de ordens ou quem dará ordens constantemente. Nesse ambiente permeia o habitus militar bourdieusiano.

O habitus militar, na perspectiva bourdieusiana, conforme descrevem Costa, Caldeira, Mendes (2019), é reforçado diuturnamente nas instituições policiais militares, seja durante as instruções regulares, práticas laborais ou nas relações interpessoais, através de atitudes e comportamentos padronizados, envolvendo questões como ufanismo, exaltação de valores vinculados à disciplina e à hierarquia, postura corporal, dentre outros. Moreira, Silva, Celestino (2020) apresentam outros detalhes que integram o habitus militar, como o uso de termos e expressões – usados tanto nas Forças Armadas como nas Polícias Militares – tais como “espírito militar” e “espírito de corpo” (com sentido de corporação), que significa o processo de socialização interna, durante o qual os militares aprendem os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar; “nome de guerra”, escolha de um dos prenomes ou sobrenome para identificação do militar junto aos demais integrantes da corporação; “família militar” com o sentido de se cultivar uma união corporativista – isso tudo, como voltaremos a tratar mais adiante, produz também o ideal de pertencimento e um padrão de comportamentos e atitudes característicos do ambiente militar.

Há muitos outros termos e expressões, como “guerreiro”, com o objetivo de estimular a coragem e a disposição para enfrentamento de situações difíceis; “faca na boca”, expressão surgida a partir do sucesso de filmes comerciais como “Rambo”, dirigido e estrelado por Sylvester Stallone, usada para identificar militares intrépidos, ousados no exercício da função (muitos desses casos apresentam características inegáveis de um exibicionismo patológico); “faca na caveira”, termo com o mesmo sentido de “faca na boca”, mas que também usado para identificar os integrantes dos Batalhões de Operações Especiais (BOPE) de alguns estados – costumam usar como símbolo a figura de uma caveira com faca cravada no crânio (para muitos o símbolo identifica o grupamento como “esquadrão da morte”, mas há os que o defendem alegando que o símbolo representa a coragem para enfrentar e superar os riscos de morte). Na PMMG, antes do surgimento das duas últimas expressões citadas, usava-se o termo “cortão” para o policial militar ousado e que agia com o máximo de rigor (leia-se violência) contra criminosos e qualquer pessoa colocada na condição de suspeito; hoje usa-se o termo “operacional” em substituição àquele. O termo “sacerdócio” é muito usado com o sentido de dedicação extrema ao serviço policial militar. Em contrapartida, há também termos e expressões depreciativos empregados internamente por alguns integrantes: “alterado”, militar rebelde, pouco afeito ao cumprimento das exigências voltadas para a hierarquia e a disciplina, tecnicamente é identificado como aquele que apresenta desvio de conduta; “voador”, indivíduo relapso, desatento; “muxiba”, indivíduo incapaz de ações mais

ousadas, de enfrentamento de situação de riscos a contento; “baba-ovo”, indivíduo bajulador de superiores hierárquicos; “dedo-duro”, indivíduo delator de colegas.

Alguns dos termos e expressões depreciativos citados no parágrafo anterior costumam ser usados como provocação para incitar os discentes a se esforçarem no exercício das instruções, para levá-los a dar o máximo de si e demonstrar que não se enquadram no significado do termo ou expressão a ele dirigido. O uso dessas provocações faz parte da metodologia de ensino padronizante de comportamentos e atitudes que está sendo descrita.

Quanto ao termo “sacerdócio”, Wellington Teodoro da Silva (2008) destaca uma característica exigida dos policiais militares que se concatena com o seu significado: “O policial é treinado para reproduzir a ordem ritualmente, como efeito dramático”. Silva (2008, p. 82). Na mesma linha, Almir de Oliveira Júnior (2007) fala daquilo que ele chama de liturgia no cotidiano dos policiais militares, como uma forma de condicionamento mental, associação por repetição de um estímulo.

Todos os dias há uma liturgia pela qual impede-se que haja fissuras na estrutura de sentido e plausibilidade nas proposituras devidas a esse meio. (...) Colocam-se como servidores, obedientes. (...) Essa liturgia da obediência começa pela manhã com marchas sincronizadas. Obediência de todo o grupo a uma voz superior. Cantam-se os hinos nacional, da bandeira e do soldado – bravo e acima de tudo obediente a uma realidade que o supera e o inclui: a pátria. Suas roupas os diferenciam do restante da sociedade civil. Os símbolos contidos em suas roupas os diferenciam entre si, hierarquicamente, por mérito e bravura, no caso das medalhas. Viram para a direita e para a esquerda imediatamente após uma ordem. Cumprimentam-se pela continência. Ela evita os contatos interpessoais estreitos, diluindo-os no sentido único de todo o corpo. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2007:50).

O modelo pedagógico prussiano trazido para a PMMG por Robert Drexler, vide Cotta (2021) e para o Exército Brasileiro e demais Forças Armadas, pela Missão Militar Francesa, vide Gonçalves (2022) é destacado por Silveira (1992). Este autor cita o oficial da PMSP, e também psicólogo, Antônio Carlos Ludwig¹⁶:

As escolas militares formam um tipo de profissional da violência que se inclina a favor da classe dominante. (...) A formação dos oficiais das Forças Armadas se caracteriza por um autoritarismo bem mais intenso do que o verificado nas escolas civis. (...) o ensino nas academias reproduz o modo de vida dos quartéis, onde a obediência e a disciplina são severas. (LUDWIG apud SILVEIRA, 1992).

¹⁶ Autor da tese de doutorado intitulada “A formação do oficial brasileiro e a transição democrática”, defendida na Unicamp.

Ludwig, conforme cita Silveira (1992), conclui que a solução para o problema é democratizar as práticas pedagógicas, eliminando ou diminuindo a vigilância, as ameaças e as punições; sugere substituir as aulas expositivas por práticas mais dinâmicas que permitam trabalhos em grupo e desenvolver uma visão crítica de mundo. Fala ainda da necessidade de que a disciplina História Militar aborde a história das intervenções militares na vida política do país desde o início século XX até os dias atuais, e conclui que não há nenhuma matéria que aborde o assunto. Também é verdade, pela investigação que fizemos das grades curriculares dos cursos promovidos pela PMMG, que não há nenhuma abordagem sobre as intervenções militares na política, o porquê e o resultado delas. Há uma carência de qualquer abordagem crítica dessa temática: a maioria das referências à participação dos militares em movimentos políticos não abordam os interesses políticos por traz da ação dos militares e se limita a tratar como heroísmo a ação de oficiais que atuaram no comando desta ou daquela ação. No caso da PMMG, os movimentos que mais são citados são o combate ao cangaço no Estado de Minas Gerais, especialmente ao grupo de Antônio Dó, Andalécio e Rotílio Manduca, e as chamadas “Revolução de 30”, “Revolução de 32” e “Revolução de 64”.

3.2 Relatos autobiográficos de entrevistados sobre os cursos de formação e especialização frequentados na corporação

Alguns dos entrevistados, além de se prontificarem a conceder as entrevistas sobre o que vivenciaram ou sobre acontecimentos na corporação dos quais foram ao longo de suas convivências no ambiente da caserna, também propuseram a se identificarem e admitirem francamente os seus relatos para os confirmarem diante de quaisquer interpelações. Houve outros que se dispuseram a falar, porém, sem serem identificados, para evitar possíveis questionamentos de defensores sistemáticos da conservação do modelo pedagógico e das relações interpessoais dele decorrentes na estruturação do meio militar. Em vista disto, optamos por não identificar nenhum dos entrevistados, mesmo os que se declararam dispostos a se identificar.

3.2.1 Entrevistado A

O primeiro entrevistado é cabo reformado da PMMG, tem 76 anos, casado, natural de Montes Claros-MG.

Entrou para a PM em janeiro de 1970 e ficou cerca de um ano como soldado não mobilizado (Soldado NM). O Curso de Formação de Soldado (CFSd), também conhecido como “Escolinha de Recrutas” só começou em 1971. Durante o ano que permaneceu como soldado não mobilizado trabalhava na faxina do batalhão, jardinagem, como servente de pedreiro no batalhão e até em construções particulares de PMs, especialmente de cabos, sargentos e oficiais. Os interessados policiais militares em adquirir mão de obra gratuita com uso dos recrutas, pediam ao comandante do batalhão e este liberava os calouros para atuar gratuitamente em tais serviços. Normalmente era feita a admissão de candidatos que ficavam nessa condição até atingir número suficiente para formar três ou quatro pelotões de 40 homens cada e dar o início do curso com cada pelotão constituindo uma turma. Quando o entrevistado ingressou possuía apenas o 4º ano primário; posteriormente estudou no Colégio Tiradentes até concluir o 2º Grau (ensino médio atual).

O termo recruta era pejorativo para designar aluno, sempre empregado com o objetivo de humilhar o aluno, porém, o seu emprego era algo tão comum que se tornava natural o seu uso. As pessoas nessa condição apenas ansiavam para passar logo o período de formação e ser tratado por soldado e, mais comumente no meio civil, como “praça”.

Quando fez o Ranca, a primeira instrução militar, o “batismo” ou a “retirada do cheiro de paisano”, ainda não tinha recebido farda. A instrução foi feita na olaria da PM, área de cerca de três alqueires de terras no hoje conhecido bairro Camilo Prates. Na área havia diversos minilagos originados de escavações para fabricação de tijolos utilizados na construção do 10º Batalhão da PM em Montes Claros na década de 1950; os alunos foram obrigados a mergulhar diversas vezes nesses pequenos lagos de lama e alguns, inclusive ele, em virtude desse contato com a lama, contraíram Esquistossomose (xistose). Durante a correria da instrução, a frase “Só quero o último” era o que mais se ouvia – indicava que o último a chegar seria punido, quando se mandava o grupo correr até determinado ponto. As punições eram sempre através de castigos com exercícios físicos extras e rigorosos, além de detenção quando retornassem ao quartel. Por várias vezes foram obrigados a subir vários alunos em uma mesma árvore, com sérios riscos de acidentes. O som de apitos era usado para pressionar os alunos durante a instrução; os comandos de “Um apito deitar, dois apitos levantar e correr” eram ouvidos o tempo todo. Frases como “cala a boca”, “tá ruim, dá baixa (demite-se)”, dentre outras, também eram comuns.

O entrevistado disse que o que achava mais humilhante era rastejar com o sargento ou o aspirante pisado sobre suas costas. O fato era repetido com quase todos os alunos. Os coordenadores da instrução mandavam baixar o calcanhar enquanto estavam deitados (sob a

justificativa de que os calcanhares levantados poderiam ser atingidos por tiros do inimigo) e, quase sempre, o aviso para baixar o calcanhar era precedido de um chute por parte do instrutor nessa região do corpo. Usaram gás lacrimogênio por diversas vezes e muitos alunos desmaiaram. A instrução durou uma manhã inteira.

Disse que, por muitos anos, os comandos aos gritos e apitos dos instrutores ficaram gravados na sua mente, especialmente frases como “só quero o último”, “vai ficar preso no final de semana”, décadas depois essas experiências ainda são lembradas e provocam sensações desagradáveis. Foram quatro pelotões, cerca de 160 homens, todos participando da instrução.

Os quatro pelotões foram usados posteriormente, quando todos já estavam usando uniformes, para acabar com a “Zona de Zé Coco” – um conjunto de diversas casas de prostituição no bairro Morrinhos, muitas delas eram casebres em forma de barracões. Os homens eram estimulados a invadir os barracos e quebrar tudo que encontravam pela frente; chutavam painéis, móveis, as mulheres foram expulsas do local. Espancaram com cacetetes homens e mulheres que estavam no local. Toda a área identificada como zona boêmia, situada na rua Correa Machado, foi destruída. Na área havia poucas das chamadas “casas de famílias”, expressão usada para identificar as famílias constituídas de acordo com os ditames legais e, conseqüentemente, para as diferenciar dos grupos que viviam sob o mesmo teto, vinculados à prática da prostituição. A proposta, ao que tudo indica, era acabar com os prostíbulos naquela área, uma vez que a existência deles incomodava muitos moradores das proximidades, e, ao mesmo tempo, usar essa operação como treinamento para os alunos.

O grupamento foi comandado pelo então aspirante PM O, auxiliado por outros três aspirantes PM, OR, JL e DF. Cada um era chefe de curso de um dos pelotões. Um caso curioso é que os aspirantes, quando ausentes, eram identificados pelos alunos por características a eles atribuídas: JL era identificado como sendo homossexual (não assumido), DF era o violento, agressivo, mau, e o O era o bonzinho, que evitava punições aos alunos e os orientava sobre como se safar de acusações de irregularidades. O aspirante DF costumava obrigar a turma a executar comandos a pé firme sob o sol escaldante e a rastejar no asfalto quente, com o uniforme limpo, enquanto esperavam para entrar no rancho, na hora do almoço; sempre que estavam formados para a refeição, ele aparecia para a “instrução”: todos se sentiam torturados naquele momento. Era comum um oficial ou um sargento chamar um aluno de folga que passava pelo quartel e dizer algo do tipo: “recruta vai lavar meu carro”, ou fazer faxina em algum ponto do quartel, praça de esportes, jardins,

etc. Daí o uso frequente de outra expressão muito usada: “recruta de folga no quartel está procurando serviço ou cadeia”.

Uma pedagogia do medo de punição, afirma o entrevistado. Um estresse permanente que só acaba quando termina o curso. Inspeções de barba, corte de cabelo, uniforme: o aluno que se apresentasse com um botão da camisa fora da casa era tachado de estar pelado, e esse fato era motivo para detenção. Às vezes a punição era substituída pela explicação “desta vez vou quebrar seu galho”, o que indicava que não haveria punição, mas que o aluno ficava em “dívida” com aquele superior e a cobrança viria sob a forma de algum favor individual, como por exemplo lavar o carro do superior. Nesses casos o aluno não se sentia injustiçado, ao contrário, sentia-se agradecido por não ter sido punido.

Presenciou policiais ficar horas na fila para receber pagamento – os mais graduados e comandantes de destacamentos entravam na frente – e quando chegava a hora de receber o tenente os mandava ir cortar o cabelo e retornar e entrar no final da fila. O soldado considerado bom de serviço era aquele que espancava civis, normalmente, era dado ao uso de bebidas alcóolicas. Os que não agiam assim eram os “muxibas”, só serviam para aconselhar casais em atritos domésticos.

Sempre se sentiu incomodado pelo fato de que punições de oficial eram publicadas em boletim reservado, e só os oficiais ficavam sabendo; as punições de sargentos também eram publicadas em Boletim Reservado e só oficiais e sargentos ficavam sabendo, enquanto as punições de cabos e soldados eram lidas em alto-falante na frente do quartel para a tropa e para civis curiosos que se juntavam nas proximidades para ouvi-las.

Durante o curso não aprendeu a redigir ocorrências. Os registros só eram feitos nos casos mais graves, e eram feitos em papel em branco, em forma de relatório simples. O que se aprendia no curso de formação era pouco usado na prática. Ouviu certa vez um professor, filho do coronel de um coronel da PM, dizer que não era oficial porque nunca o quis ser, porque filho de coronel não era reprovado no CFO, que bastava querer ser oficial.

Quando entrou para a PM a exigência era possuir o curso primário (equivalente ao 4º ano do Ensino Fundamental atual). Havia os protegidos dos instrutores que eram imunes a punições, não trabalhavam nos serviços considerados ruins, não faziam faxinas; existia os chamados “anexos”: presentes dados a superiores com o objetivo de receber algum benefício posterior em relação à anulação de punição, acelerar a tramitação de algum documento ou conseguir melhores serviços – legalmente esses “anexos” constituíam prática de corrupção, por serem vantagens ilícitas oferecidas em virtude do cargo e função do favorecido. O estágio que fez no final do curso foi apenas de policiamento a pé em dupla, conhecida como

“Cosme e Damião”. Durante o estágio quis reprimir a ação de estelionatários (chamados ironicamente de “camelôs”) que ludibriavam passageiros incautos na estação rodoviária de Montes Claros com a venda de relógios falsificados e foi advertido de que o chefe desses criminosos era protegido do sargento que era responsável pela escala de serviço – quem incomodasse os tais estelionatários era imediatamente mudado de setor de serviço para os setores e horários ruins de trabalhar.

O dia 31 de março era comemorado como data importante e a segurança no quartel era reforçada com militares armados de metralhadoras em vários pontos. A pedagogia era voltada para um formato de lavagem cerebral que procurava convencer a todos de que o serviço policial era um sacerdócio e um privilégio para poucos que conseguiam se tornar policiais. O número de suicídios era grande, no passado, era maior do que atualmente. Os espancamentos de civis eram corriqueiros e raramente havia punição para os PMs que praticavam tais atos, exceto se a vítima fosse parente ou protegido de algum oficial ou de autoridades civis; houve também casos de PMs assassinados por vingança de pessoas anteriormente agredidas por eles.

Após formado e depois como cabo, trabalhou em vários serviços, foi destacado em cidades da região, trabalhou em radiopatrulhamento, policiamento a pé e na P-2 (chamada de “Polícia Secreta” pelos cidadãos civis). Neste último setor, o serviço de inteligência (na época era chamado de “serviço de informações”, acompanhou greves de funcionários públicos e trabalhadores da iniciativa privada, manifestações de estudantes, comícios (de políticos de oposição ao governo do Estado e do governo federal) e fazia relatório do que presenciava; não chegou acompanhar, mas, colegas do setor chegaram a acompanhar lideranças políticas consideradas subversivas e faziam relatório sobre suas atividades.

Disse que nunca foi violento por natureza nem praticou atos de violência desnecessária contra quem quer que seja, mas que já fez muita coisa das quais não se orgulha hoje, porém, que na época não se importava com o que fazia. As mudanças na sua vida começaram quando ele se tornou evangélico e começou a se dedicar à causa da igreja e à leitura da bíblia.

Afirma ter consciência de que na PM se aprende a ser insensível e até desumano em algumas situações, mas acredita que, como ele foi, a grande maioria comete atos desumanos sem parar para pensar no mal que causa a outras pessoas. Na polícia não se aprende a refletir o papel da profissão para a sociedade e sobre a necessidade de se tratar as pessoas com respeito, sejam elas quem for.

Chegou a atuar no processo de investigação da vida progressa de candidatos a ingresso na PM e reconhece que era um processo necessário para se saber sobre a conduta desses candidatos, entretanto, havia no formulário de investigação, de vinte questões, das quais há pelo menos uma questão que julga desnecessária: a questão nº 15 fazia ao investigador a seguinte indagação: “O candidato professa ideologia política contrária ao regime e às instituições democráticas?”, referindo-se a possível posicionamento contrário ao Regime Militar.

3.2.2 Entrevistado B

O entrevistado tem 71 anos, casado, natural de Curvelo-MG. Ingressou na PM em 1970, no antigo Batalhão-Escola em Belo Horizonte-MG. A exigência para inclusão era de 4º ano primário (equivalente ao atual 4º ano do ensino fundamental atual). O entrevistado fez a prova do concurso, na época, e foi reprovado, mas o tenente responsável pelo setor de recrutamento mandou que o cabo que o auxiliava fizesse a sua admissão como se aprovado tivesse sido.

As instruções eram duríssimas, o curso durou sete meses e dezessete dias: metade de treinamento exclusivamente militar e a segunda metade voltada para a formação policial. Havia urgência na formação dos alunos. Priorizaram as instruções militares: o local mais usado era um matagal onde hoje é a atual CEASA. Não houve estágio para policiamento nem foram diplomados os formandos. A solenidade de formatura foi algo simples: parecia haver urgência em colocar o pessoal pronto para o serviço.

Havia muitos castigos durante as instruções. A expressão “paga dez” era comum, usada para impor ao aluno fazer dez flexões de braço como castigo por ter cometido algum erro, como, por exemplo uma resposta errada a uma pergunta sobre a instrução. Detenção no final de semana por questões simples, como estar com os cabelos considerados crescidos. Havia casos de se ficar até trinta dias detido e com alerta de realinhamento de conduta; dobra de serviços e até detenção sem publicação, também eram aplicadas – sargentos tinham autoridade para aplicar punições sem publicação, o que era considerado um benefício, uma vez que a punição não constaria na ficha funcional do apenado. O entrevistado disse que gostava da punição sem publicação porque ela o deixava tranquilo em saber que a ficha considerava limpa.

Havia corrupção interna com os “anexos”, presentes dados como propina para se obter alguma vantagem administrativa, que podiam ser um lugar ou horário melhor na escala de serviço, ou um aceleração na tramitação de um documento do interessado. O armazém de subsistência¹⁷ era uma saída para os chamados “macacos”, que era comprar alimentos para descontar em folha de pagamento e vender esses alimentos a civis por preços abaixo do preço de mercado, como forma de se obter dinheiro. Havia também os vale-cantina, usados para compras na cantina do batalhão. Poucos soldados possuíam mais do que o 4º ano primário.

Após formar-se foi para o 13º Batalhão, na capital do Estado. A maioria dos integrantes do batalhão havia vindo do antigo Centro de Serviço Administrativo (CSA), era pessoal anteriormente utilizado em obras de construção de quartéis da PM em Belo Horizonte. “Convivendo com esse pessoal eu praticamente esqueci tudo que havia aprendido; eram quase todos completamente analfabetos”, declarou. No serviço noturno de guarda de quartel já usou a baioneta do fuzil encostada no queixo para evitar dormir – se começasse a cochilar a baioneta o feria e a dor o acordava. Passou no concurso para cabo com um curso realizado no Batalhão de Choque, mas acabou sendo expulso do curso por mau comportamento. Tempos depois foi transferido para o interior, para Curvelo, sua terra natal. Era dado a constantes leituras como hobby e isso o ajudou a melhorar seu nível de conhecimento; retomou os estudos regulares e concluiu o 2º Grau (ensino médio atual).

Na “zona boêmia” o policial costumava obrigar o “cliente” que tentasse “fintar” (deixar de pagar a prostituta pelos seus serviços). Houve um caso em que o “cliente” após ser obrigado pelos policiais a pagar a mulher, jogou o dinheiro no chão e disse: “toma então de esmola!”; os PMs o obrigaram a pagar duas vezes o valor cobrado pela mulher, como castigo por ter falado daquela forma na presença deles.

Havia alunos no CFSd (Curso de Formação de Soldado) que eram protegidos dos instrutores. Dentre as matérias estudadas havia uma identificada como AEICGR – Ação Educativa Contra Guerra Revolucionária que ensinava a lidar com “subversivos”, inclusive a torturá-los; outras disciplinas das quais se lembra eram Educação Moral e Cívica, Matemática, Português, Higiene e Socorros de Urgência. Nas apostilas era usada uma frase: “Estudamos para a vida e não para a escola”. Cabos e soldados não podiam vestir-se à paisana, somente usavam os chamados trajés civis quando tivessem autorização escrita do

¹⁷ Esse serviço de subsistência foi encerrado em dezembro de 1976, conforme consta do Boletim Informativo da PMMG nº 13/76, p.1: “Até 31 de dezembro deste ano, estarão encerradas todas as fases de desativação do S Sub, que desempenhou, em certa época, um preponderante serviço social ao pessoal da Polícia Militar”.

comandante; essa proibição acabou em 1972. Quando houve a liberação os sargentos se sentiram prejudicados, e alguns demonstraram contrariedade, porque o que era considerado um privilégio de sargentos e oficiais, trajar-se à paisana, fora estendido aos cabos e soldados.

Entende que o tratamento interno deixa o PM revoltado, especialmente os cabos e soldados que são os mais oprimidos. Essa revolta era expressa no tratamento aos civis, ou seja, com agressividade, violência.

A opressão é uma marca nas relações entre superior e subordinados. Viu muita coisa acontecer, muita repressão, arrogância e prepotência contra subordinados. Com ele próprio não houve tanta opressão, era um jovem violento, não era dado a torturar pessoas, mas, por várias vezes atirou contra quem reagiu à prisão: houve casos de óbitos de pessoas que reagiram contra ele. Ganhou fama de ser matador, mas não se considera assim; considera que nunca matou alguém que não fosse necessária tal ação; nunca foi injusto com ninguém. Acredita que em virtude dessa característica nunca foi humilhado na corporação; os superiores arrogantes e prepotentes tinham uma certa prudência ao lidar com ele, embora nunca tenha esboçado qualquer ameaça a estes. Mas, viu muitos companheiros da sua época serem humilhados e perseguidos administrativamente. Faz questão de declarar que não é a favor da esquerda radical, porém, em contrapartida, também não é bolsonarista: tem um viés revolucionário e sempre foi a favor da luta armada para se criar um sistema mais justo e igualitário – ele não condena a luta armada no formato de guerrilha (nota-se nele uma visão um tanto romântica e com um viés aventureiro ao falar de guerrilha); o que ele condena como ação da esquerda radical refere-se ao chamado “distúrbio civil”, manifestações públicas com depredação ao patrimônio público e privado.

3.2.3 Entrevistado C

O entrevistado tem 72 anos de idade, casado e é cabo reformado da PM. Entrou para a PM em 1973. Tinha apenas a 4ª série primária (4º ano do ensino fundamental atual) e depois estudou e fez provas para o chamado Ensino Supletivo do 1º Grau (equivalente ao ensino fundamental completo) e foi aprovado em duas etapas. Foi soldado formado em Montes Claros, trabalhou destacado em quatro cidades pequenas no Norte de Minas e reformou como cabo. Gostava de ler para preencher o tempo quando era mais jovem. Começou o hábito de leitura em uma cidade pequena em que foi destacado, onde lia muito durante os plantões de serviço, para preencher o tempo ocioso e não ficar com tédio.

Começou a ler livros de bolso de histórias policiais, de faroeste e espionagem; lia revistas de fotonovelas, jornais e fazia palavras cruzadas; hoje lê pouco, inclusive porque a visão não é muito boa.

Quando entrou para a PM era comum em cidades pequenas prender alguém por pequenos crimes, torturar com uma surra de cacete, tapas e chutes, e deixar o sujeito preso por dois ou três dias sem qualquer registro, sempre a critério do próprio policial; o cabo era quem decidia, mas, quando ele não estava presente o soldado mais antigo tomava as decisões. A família do preso era responsável por levar a alimentação dele enquanto estivesse preso e o policial de plantão decidia quando ou se deixava o preso se alimentar. Conhece casos de PMs que prendiam e cobravam a chamada taxa de carceragem para liberação do preso, uma invenção dos policiais – legalmente não existia tal taxa –, mas ele nunca o fez. Os casos de crimes mais graves que coubessem apuração em processo, o preso era levado para a sede da comarca e respondia ao devido processo legal.

Ele afirma que já bateu em muita gente e também já feriu a tiros; já matou gente, inclusive. Foi processado por três vezes pela acusação de crime praticado em serviço, na época os crimes de morte em serviço eram julgados pela Justiça Militar, mas nunca foi condenado: em todos os casos em que foi processado, sua ação foi considerada legítima defesa. Em um foi considerado legítima defesa de si mesmo e em dois foi considerado legítima defesa de terceiros (atirou para salvar colegas que estavam sendo atacados e seriam mortos se ele não atirasse). Disse que não sente nenhum remorso pelas mortes que causou, porque foram todas decorrentes do último recurso disponível para evitar um mal maior ou a perda da sua própria vida.

Deixa claro que sempre foi contra política, nunca gostou. Para ele todos os políticos são desonestos e mentirosos. Votou em Bolsonaro e acha que ele foi injustiçado porque enfrentou os corruptos sozinho. Bolsonaro é, segundo afirma, um homem que fala a verdade e não gosta de coisa errada. O Brasil está difícil de viver hoje e também de trabalhar como policial. Os Direitos Humanos apoiam bandidos e as leis protegem adolescentes que praticam crimes. Disse que no seu tempo não havia isso: quem cometia crimes era preso e apanhava para aprender a ser homem.

Policiais, no passado, afirma, eram respeitados, eram tratados como autoridade, e hoje não são. “O policial hoje é considerado uma pessoa comum e isso não é bom porque os criminosos não têm mais a quem respeitar, não têm medo de ninguém; se for preso, sabe que na cadeia terão do bom e do melhor e em pouco tempo estarão soltos de novo. O mundo virou de cabeça para baixo”.

Há um fato que ele diz ter presenciado certa época e que faz questão de relatar. O uniforme durante muitos anos era composto pelo uso de capacetes, depois passou ser usado só em operações que exigiam maior impacto da presença policial, como policiamento em campo de futebol, em manifestações públicas, segurança dos quartéis, etc., nos demais casos passou-se a usar o boné tipo quepe americano, com adaptação própria. Foi então criada a boina, também inspirada no uniforme do exército dos EUA, e inicialmente ela foi empregada apenas no policiamento com radiopatrulhas e nas chamadas tropas especiais. Algum tempo depois, um novo comandante geral decidiu que a boina seria de uso comum a todos os PMs. Ele, o entrevistado, ouviu um militar dessas tropas que sempre usaram a boina lamentar da seguinte forma: “agora, qualquer ‘muxiba’ vai poder usar boina!”.

Lembra de um fato hilário, acontecido no início da década de 1980. Um jovem soldado, em uma cidade do Norte de Minas, participou da prisão de um suspeito de furto a uma residência e começou a espancar o suspeito para que este confessasse a prática do crime. Como o suspeito não confessava, ele foi aumentando a pancadaria sobre o indivíduo indefeso. A certa altura das agressões a vítima desfaleceu. O agressor tentou reanimá-la de todas as formas, inclusive jogando-lhe água fria no rosto; sem resultado positivo. Sem outra alternativa e temendo que a vítima viesse a óbito por parada cardiorrespiratória, o dito soldado pôs-se a fazer respiração boca-a-boca e massagem cardíaca no suspeito, até que conseguiu reanimá-lo; ao concluir essa ação foi que percebeu que os colegas riam às pampas de vê-lo fazendo respiração boca-a-boca no preso. Ele não só se mostrou envergonhado pelo fato, como confessou posteriormente que aquele fato foi a grande frustração que ele teve na profissão – sentia-se ferido na sua masculinidade por ter colocado sua boca sobre a boca do preso para fazer a respiração artificial, especialmente diante das gozações que os colegas sempre faziam ao longo dos anos (nunca esqueciam e insinuavam que ele aproveitou-se da situação para beijar a vítima), até novatos que entraram para a corporação muitos anos depois faziam gozações.

Outro fato que ele se lembra, que lhe foi contado por um amigo que trabalhava nos anos de 1970 como motorista da Seção de Inteligência do único batalhão então existente em Montes Claros, envolve o então comandante do batalhão.

O comandante costumava fazer contato com o oficial (um coronel) então Diretor da Caixa Beneficente da PMMG (CBPM) – entidade gestora do sistema de previdência dos policiais militares e que concedia empréstimos aos integrantes da corporação a juros razoáveis, com desconto em folha de pagamento, o que era vantajoso para os beneficiários porque os empréstimos bancários na época eram feitos mediante intensa burocracia (anos

depois tais empréstimos foram suspensos, segundo as más línguas, por suspeição de irregularidades na concessão deles e por denúncias de instituições financeiras que se viram na condição de concorrentes da CBPM). A CBPM posteriormente passaria a se chamar de Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), denominação atual.

O citado comandante combinava um empréstimo emergencial com o Diretor da CBPM, sem a burocracia de praxe usada para o resto da tropa – os empréstimos aos demais militares costumava durar um mês ou mais para a liberação –, sempre numa sexta-feira, e mandava que o cabo motorista da Seção de Inteligência (amigo do entrevistado) preparasse a viatura descaracterizada da Seção para viagem (um Fiat Uno de cor amarela, sem nenhuma identificação com a PM). Após o expediente administrativo do batalhão, o comandante, já tendo confirmado a liberação do empréstimo para receber em espécie, os dois, o cabo e o comandante, trajando civilmente, isto é, sem qualquer identificação de que se tratavam de policiais militares, empreendiam viagem rumo à capital do Estado. Revezavam-se na direção do veículo na ida e costumavam chegar a Belo Horizonte por volta de meia noite. Iam direto à residência do Diretor da CBPM que já os aguardava com o dinheiro do empréstimo, em espécie; de lá seguiam direto para um cassino clandestino – o comandante era viciado em jogos de cassino.

Ele jogava durante toda a madrugada e, muitas vezes seguia pela manhã de sábado a dentro. O cabo ficava dormindo no carro no estacionamento e, quando regressavam, quase sempre no sábado à tarde, o oficial dormia durante a viagem enquanto o cabo dirigia.

Seguia-se um ritual: o cabo sempre recebia uma gorda gorjeta um pouco antes do início dos jogos, isto é, logo após o oficial receber o dinheiro das mãos do Diretor da CBPM. Quando a noitada de jogos rendia dividendos, quando o comandante ganhava dinheiro no cassino, havia sempre uma segunda gorjeta no final e passavam de volta na casa do coronel Diretor para devolver o dinheiro do empréstimo (o cabo desconfiava que naqueles casos havia uma propina extra para o Diretor) e havia uma parada para um apetitoso almoço. Quando o resultado era perdas, o comandante voltava silencioso para o veículo e seguiam direto de volta para Montes Claros com, no máximo, uma parada para um rápido lanche: sem a segunda parte da gorjeta e sem a segunda visita à casa do Diretor.

Essas viagens, segundo o cabo amigo do entrevistado, se repetiram com frequência durante os cerca de dois anos que o oficial ficou no comando do batalhão e ele, o cabo, nunca teve opção de escolher se viajava ou não; embora fosse tratado como se fosse amigo do comandante, ele se sentia compelido a viajar.

3.2.4 Entrevistado D

O entrevistado, tem 74 anos, casado. É soldado reformado da PM. Ingressou em 1969 e saiu em 1987, quando contou o seu tempo de serviço e saiu, após trabalhar 18 anos na corporação.

Quando ingressou tinha apenas o 4º ano primário. Ficou cinco anos na condição de soldado não mobilizado, o “inhapa”¹⁸, recebeu seu primeiro quinquênio sem fazer o curso de formação de soldado. Na época era comum aguardar a admissão de pessoas até completar dois, três ou quatro pelotões de alunos, “recrutas”, mas acredita que ele foi um dos que mais tempo ficou nessa condição – não tinha interesse em fazer o curso e gozava da proteção do sargento que era responsável pela aprovisionadoria, como adiante se vê. Logo que foi admitido trabalhou em faxina e nos cuidados com o jardim: costumava buscar terra adubada em um “lixão” (aterro sanitário improvisado) localizado onde hoje estão as ruínas do antigo Motel Sonotur; disse que costumava ir buscar a terra, acompanhado de mais dois colegas na mesma situação que ele, de forma que um limpava o local onde extrairiam a terra, outro enchia o carrinho de mão e o terceiro conduzia o carrinho com a terra para o quartel. Cita isso para destacar o quanto de embromação se usava: três homens para fazer o trabalho que um faria.

Após um tempo passou a trabalhar como responsável pela compra de carnes para o “rancho” (refeitório), no Frigorífico Otani, no bairro Santo Expedito, e passou a ser protegido do sargento responsável pela aprovisionadoria – setor responsável por organizar o refeitório e a cantina. No refeitório as carnes eram separadas, as de primeira eram para as refeições dos sargentos e oficiais, e as de segunda eram para cabos e soldados. A carne era transportada em uma bicicleta cargueira e ele tinha a missão de, ao voltar do frigorífico, passar na casa de alguns oficiais para deixar um quilo de carne em cada uma delas; deixava também na casa do sargento responsável pela aprovisionadoria. Disse que o ato de deixar carnes nas casas dos militares era uma ação clandestina, escondida dos demais militares e, especialmente, do comandante do batalhão. Aos domingos havia o “jantarado” – apenas almoço em horário mais tarde que o normal – e a carne utilizada era de frango; no domingo ele só entregava na casa do sargento aprovisionador, na casa dos oficiais era só de segunda a sábado. Conta que certa época houve uma denúncia sobre o desvio das carnes para as casas

¹⁸ “Inhapa” era o adjetivo usado para identificar pejorativamente o soldado não mobilizado, o indivíduo que após incluir não iniciava o curso de formação de soldado. Ao iniciar o curso era chamado oficialmente de soldado aluno, e extraoficialmente de recruta.

de oficiais, que o entrevistado foi intimado a prestar depoimento no processo que apurava as denúncias e que negou que entregava carnes em tais casas. Não se apurou a verdade, mas ele foi aconselhado pelo sargento seu chefe direto a não mais entregar na casa dos oficiais: continuou entregando apenas na casa do sargento.

Disse que havia uma cela solitária para prisão de cabos e soldados, chamada de compartimento fechado, usada para prisões referentes a casos mais graves, especialmente de insubordinação, desacato a superior hierárquico. As detenções comuns eram cumpridas no alojamento de cabos e soldados. Os sargentos cumpriam prisões/detenções no alojamento de sargentos e subtenentes, e oficiais nos apartamentos.¹⁹

Participou do “Ranca” – primeira instrução física dos recrutas em área rural, que constitui uma verdadeira sessão de tortura aos alunos – na Olaria do batalhão em 1974, ano em que começou a fazer o curso. Diz que não teve muita dificuldade porque já havia visto muitos Rancas durante os cinco anos que ali estava e já conhecia como funcionava. Houve uma situação em que os instrutores obrigaram vários alunos a subirem em uma árvore, um pé de jenipapo, e esta não resistiu e caiu. Um aluno teve a coxa atravessada pelo cano do fuzil que conduzia; o cabo F, cuidador da olaria e conhecido pela força física descomunal que possuía, retirou o cano do fuzil da coxa do aluno com um único tranco e o levou nas costas até encontrar uma carona para levá-lo ao hospital. Nesse acidente houve muitos outros feridos, porém, mas leves. No batalhão era comum rastejos no asfalto quente que queimava a pele dos alunos. Havia um sargento instrutor que gostava de ensinar técnicas de torturas, sem deixar vestígios, aula que agradava a todos os alunos que se sentiam empolgados com a possibilidade de usar essas técnicas na prática.

Cita o caso de um cabo do rancho, conhecido como cabo T, que costumava negar café a cabos e soldados fora do horário das refeições. Certo dia, ao sair pela entrada principal o soldado de sentinela comunicou-lhe que, de ordem do comandante todos os funcionários do rancho deveriam ser revistados na saída. O cabo informou que levava consigo apenas lavagem – restos de comida para alimentar porcos –, o soldado sentinela então enfiou a mão na lavagem e encontrou um saco plástico com carnes cruas, em condições de consumo humano, escondido no fundo da vasilha. Levou o cabo ao sargento comandante da guarda do quartel; o sargento não tomou nenhuma providência administrativa, apenas admoestou o

¹⁹ Os oficiais não tinham alojamento coletivo, assim como não têm até hoje: eles têm apartamentos com duas camas em média, e eram divididos em apartamentos para oficiais subalternos (tenentes), para oficiais intermediários (capitães) e para oficiais superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis).

cabo. Desse dia em diante o pessoal da guarda sempre tinha café disponível no rancho, a qualquer hora.

Relata o caso de um sargento que fez uma comunicação disciplinar de si mesmo. Era tido como “Caxias” – cumpridor ao extremo das normas internas da corporação –, costumava seguir à risca tudo que o regulamento determinava. Rigoroso nos seus atos, não perdoava falta de nenhum subordinado. Certo dia, entretanto, se viu diante de um dilema: chegou atrasado cinco minutos além do horário estipulado para o trabalho. Não teve dúvidas: fez o que faria se um subordinado seu chegasse atrasado esse mesmo tempo, fez a comunicação disciplinar de si mesmo e a encaminhou para o trâmite burocrático. Em um Boletim Interno publicou um elogio para o sargento, pela sua conduta exemplar de não ter poupado nem a si mesmo de uma correção a um ato falho seu. No mesmo boletim publicou dois dias de detenção por ter chegado atrasado cinco minutos para o trabalho, com o cumprimento da punição fazendo o trabalho normal.

Conta o caso de um sargento que comandava o destacamento da cidade de Monte Azul nos anos de 1970. Ele teve uma discussão com um civil preso que cumpria pena na cadeia pública daquela cidade e passou a privar o preso da exposição ao ar livre, o “banho de sol”, que todos tinham direito semanalmente. Os outros presos gozavam do benefício, mas aquele era obrigado a ficar na cela enquanto os outros saíam. O fato foi denunciado ao juiz da comarca pelo advogado do preso e o juiz determinou ao sargento através de ofício: “Determino a V.Sa. que seja concedido ao detento Fulano de Tal, todas as quintas-feiras, 02 (duas) horas (120 minutos) de exposição ao ar livre, ou seja, o chamado ‘banho de sol’, como seu direito inalienável”.

O sargento recebeu o ofício e no dia do “banho de sol”, novamente impediu o dito preso de sair com os outros às oito horas da manhã, como era praxe. O preso ficou revoltado e começou a gritar que o juiz seria informado daquele descumprimento da sua determinação. Terminado o horário do “banho de sol”, os presos foram recolhidos e tudo pareceu voltar ao normal. Entretanto, às treze horas da tarde, era setembro e o sol estava a pino, o sargento mandou colocar uma cadeira no meio do pátio da cadeia, onde não havia nenhuma sombra, e mandou que o dito preso lá sentasse, dizendo: “agora você vai tomar duas horas de banho de sol!”, sentenciou o sargento.

O preso relutou, mas foi avisado de que se não fosse por bem iria por mal, já que o juiz havia determinado. O preso argumentou que o horário para aquilo era às nove horas da manhã e o sargento retrucou que o juiz não havia citado o horário, apenas o tempo de duas horas... Exposto ao sol causticante por duas horas o preso sofreu diversas queimaduras na

pele, além de ser acometido por um princípio de insolação e desidratação (não lhe foi permitido tomar água durante as duas horas em que esteve ao sol).

O fato foi comunicado ao juiz que se limitou a refazer o ofício com a observação de o preso citado tivesse seu direito de sair ao ar livre por duas horas, no horário de oito às dez horas da manhã junto com os demais detentos. A partir de então a determinação foi cumprida e ninguém mais comentou sobre o assunto.

Outro caso. Um soldado de Montes Claros descobriu que sua esposa o estava traindo e a desnudou, amarrou-lhe as mãos, passou os braços dela pelos joelhos dobrados e colocou-lhe um bastão de madeira nos joelhos: o famigerado pau de arara comumente usado em torturas a presos para obter confissão de crimes. Após isso, o soldado lacrou a vagina da esposa com cola superbonder e a liberou com as partes coladas. A mulher ficou alguns dias nessa situação, envergonhada de falar com alguém, até que adoeceu e teve que ser levada ao médico para liberação de acúmulo de urina na bexiga e submissão a uma cirurgia para restaurar a genitália. O soldado ficou preso no quartel por trinta dias por tal fato; o casal se separou e tempos depois teria voltado a viver juntos novamente.

3.2.5 Entrevistado E

O entrevistado tem 76 anos, casado, entrou para a PM em 1965, aos 18 anos de idade, e reformou (aposentou) em 1995, aos 48 anos de idade, como 2º tenente. Seu curso de formação de soldado durou apenas três meses, porém, como ainda não possuía o Certificado de Dispensa de Incorporação no Exército, permaneceu por mais de um ano como soldado de segunda classe (como se fosse recruta) mesmo já sendo soldado formado. Tinha apenas o 4º ano primário (equivalente ao atual 4º ano do ensino fundamental); estudou mais depois que já estava na PM, concluindo no Colégio Tiradentes o Colegial (ensino médio atual).

Conta que na época era comum jovens ingressarem na PM com 15 anos de idade. Ele teria entrado com 17 anos, não fosse um incidente: na sua cidade natal no Norte de Minas, divisa com Bahia, ele recebeu uma carta do sargento comandante do destacamento PM local dirigido ao coronel então comandante do batalhão em Montes Claros e amigo do sargento. O coronel, entretanto, recebeu o jovem, mal olhou a carta, devolveu-a a este e disse-lhe: “você não serve para ser PM”, indicando-lhe a saída sem qualquer outra explicação. Extremamente frustrado, com a receptividade, na saída do quartel foi aconselhado por PM a se inscrever no concurso do ano seguinte, e assim ele fez e se tornou policial militar sem

voltar a ter contato com o coronel. Acredita que, por desconhecer o escalonamento hierárquico da PM talvez não tenha deixado claro que a carta se tratava apenas de um pedido do sargento e, ao apresentá-la ao coronel dizendo-lhe: “O sargento fulano me mandou aqui para ser soldado”, este teria se sentido como se estivesse recebendo ordens do sargento e tomou a atitude brusca de mandá-lo sair do recinto com a afirmação de que o entrevistado não servia para ser soldado. Muitos anos depois, o coronel já reformado, foi vítima de tentativa de homicídio por um civil e o entrevistado participou da equipe que prendeu o autor do crime; disse que depois dessa ocorrência o coronel passou a tratá-lo muito bem, porém, nunca soube que o PM que participara da prisão do seu agressor fora o jovem que um dia fora tratado de maneira rude por tal oficial ao entregar-lhe a carta de apresentação do sargento.

Como aluno do curso de formação de soldado participou do Ranca, uma instrução que levava à exaustão e ao máximo de estresse. Participou de longas marchas diurnas e noturnas e de um acampamento na região da Lagoinha. Foi um período de muitas exigências dos alunos. Lembra de um aluno negro que era alvo constante de ataques do sargento monitor do curso (que também era negro). O sargento se aproximava do dito aluno, quando este se encontrava formado no pátio do quartel e o xingava de “negro fedorento, feio e burro” e outros adjetivos do gênero, enquanto os demais alunos riam muito dessas ofensas. Quando já estava quase se aposentando soube de um caso de um tenente que ao dar instruções de educação física para um pelotão de policiais femininas, as obrigou a se sentarem sobre o piso asfáltico quente sob o sol da tarde, no pátio do batalhão do bairro Cintra em Montes Claros, o que provocou muitas queimaduras nas policiais, e que nada houve contra o tenente: afirma que se fosse hoje, a imprensa divulgaria e, certamente, o tenente seria punido. Soube de outro caso semelhante, porém, com desfecho diferente: Um tenente ao aplicar instruções militares a um pelotão de soldados alunos, utilizou de vergas de arbustos como chibatadas para fustigar os alunos durante a instrução, provocando várias lesões cutâneas nas vítimas. O fato foi explorado pela rede de televisão local – nunca se soube quem denunciou, embora havia um aluno que antes trabalhara naquela emissora de TV e, por isso se tornou suspeito da denúncia, mas ele negou e a empresa se resguardou no direito legal de não revelar a fonte. Em virtude da repercussão, o tenente foi condenado a um tempo de prisão (acredita que foi mais de um ano) teve prejudicada a sequência de suas promoções; após um cumprimento da prisão, o oficial foi trabalhar como chefe da Seção de Apoio aos Direitos Humanos (setor responsável por gerenciar, coordenar, planejar, implementar, incrementar, controlar, fiscalizar e avaliar ações e serviços destinados a preservar e garantir os direitos da pessoa humana em todos os

sentidos): os comentários eram de que o emprego nesse setor seria uma estratégia para melhorar a imagem do oficial antes condenado por ação de desrespeito aos Direitos Humanos.

Ao longo da carreira fez curso de cabo em Belo Horizonte, anos depois fez curso de formação de sargento (na época a exigência para esse curso era apenas o equivalente ao ensino fundamental atual), depois fez curso de especialização de sargentos, passou por todas as promoções chegando a subtenente e, ao passar para a inatividade, foi promovido a 2º tenente. Em todos os cursos que participou o método de ensino era sempre o mesmo: o aluno se mantinha estressado, sob extrema pressão do início ao fim do curso.

Sobre política, alega que votou em Bolsonaro, que ele é honesto e bem intencionado, mas foi prejudicado por políticos corruptos e ladrões. Que o Lula venceu a eleição com fraude e, a cada dia, inventam uma acusação nova contra Bolsonaro. Disse que toda a esquerda é composta por bandidos e que as pessoas que apoiam a esquerda, na sua maioria, passaram por lavagem cerebral e não conseguem ver quem são os esquerdistas de fato.

Trabalhou a maior parte do tempo no serviço de radiopatrulhamento e respondeu a vários processos internos e na Justiça, sob a acusação de espancamento de bandidos, mas nunca foi condenado. Nunca foi acusado de matar alguém.

Lembra que no início da década de 1970 a PM investiu em propagandas para atrair candidatos para ingressarem em suas fileiras e chegava a facilitar a entrada dos candidatos. Alguns reprovados eram incluídos como se aprovados tivessem sido, dependendo de quem fosse o responsável pela seleção; havia também a chamada “Escolinha Regimental” que era um grupo destinado a dar aulas a candidatos reprovados que se interessassem fazer nova tentativa no concurso: estes eram preparados gratuitamente para o novo concurso. Nessa época eram exibidos comerciais de televisão com um desenho animado exaltando a corporação, chamado “PM, um amigo legal”, era uma reação a comentários de que com o fim do Regime Militar a PM seria transformada em uma corporação civil.

No ano de 1985 iniciou-se uma nova etapa de propagandas com o mesmo objetivo da campanha “PM, um amigo legal”, dessa vez foi feita mediante a arrecadação de dinheiro junto à tropa através do chamado Termo Aditivo que, na verdade era um Termo Aditivo ao Contrato de Publicidade com a Imprensa Oficial e outros veículos, no qual todos os PMs eram concitados a contribuir com pequena quantia, com desconto na Folha de Pagamento, e os que se recusassem sofriam pressão administrativa. Houve algumas denúncias divulgadas pela imprensa em Minas Gerais de que os policiais militares, especialmente cabos e soldados, que eram em maior número, estavam sendo pressionados pela administração da

PM a assinarem o termo. A partir dessas denúncias o comando da corporação tornou sem efeito os contratos já assinados pela tropa.

O entrevistado recorda que a partir de 1985 houve o ingresso de policiais do sexo feminino em Montes Claros como soldados. Lembra que havia muito preconceito contra o ingresso de mulheres na corporação e que ouviu falar da existência de assédio sexual, mas nunca presenciou nem teve a confirmação de nenhum caso. Lembra apenas que, durante o curso de formação, durante instruções militares de acampamento alguns sargentos e oficiais, em um momento de descontração na instrução, se deixaram fotografar ao lado das alunas; que não houve nada além do normal: alunas e instrutores apenas posaram para as fotos em conjunto, sem qualquer insinuação de intimidades entre eles. O fato, entretanto, resultou em uma sindicância, houve a apreensão das fotografias e punição de todos que posaram para as fotos naquelas condições.

3.2.6 Entrevistado F

O entrevistado tem 63 anos, casado, 1º subtenente reformado, entrou para a PM no final dos anos 1970, no Regime Militar, governo do general João Baptista de Figueiredo. Sua primeira instrução física, o “Ranca” foi uma das coisas que mais o impressionou na sua carreira e que, por isso, faz questão de narrar os detalhes desse acontecimento.

Conforme seu relato, o “Ranca” ou o “batismo” – corruptela de “arranca rabo” – é uma instrução tipicamente militar, mas voltada especialmente para causar o maior desconforto possível no aluno, geralmente executada em área rural. Era mês de abril daquele ano, um sábado, e os iniciantes responderam à chamada às 05:30 horas no quartel para a saída às 06:00 horas. Ele havia sido dispensado do serviço militar obrigatório por excesso de contingente no Batalhão do Exército numa situação que mudaria toda a sua vida.

Cumprido o rito das avaliações iniciais, lá estava uma quantidade enorme de jovens com dezoito anos, prontos para o serviço militar no Batalhão do Exército, de pé, formados em várias colunas; os que por algum motivo estavam impedidos de servir já haviam sido dispensados. Agora a possibilidade de receber o ultimato para servir como conscrito era muito grande: só mesmo um golpe de sorte para entrar no excesso de contingente e ir embora para casa comemorar. Naquele dia, durante algum tempo receberam um treinamento rápido por três sargentos sobre movimentos de ordem unida a pé firme. Aos gritos, inclusive pronunciando alguns improperios, os sargentos comandaram o grupamento por alguns

minutos, até que chegou um tenente do Exército, acompanhado de um capitão da Polícia Militar. O oficial do Exército falou que todos ali estavam em condições de servir, mas que alguns teriam que ser dispensados por excesso de contingente e disse o que pareceu agradar muitos dos que ali estavam:

– Se houver interessados em ingressar na Polícia Militar podem formar um pelotão à direita e o capitão da PM que está aqui anotar o nome de cada um. Os que formarem à direita que tiverem curso ginásial completo estarão isentos das provas intelectuais do concurso e farão apenas os exames médicos, laboratoriais e de resistência física para o ingresso na PM. Especialmente para os integrantes da turma que se interessar por essa proposta, não será exigido o Certificado de Reservista, poderão fazer a inscrição apenas com o Protocolo de Alistamento Militar e apresentar o Certificado posteriormente.

Muitos ficaram entusiasmados com aquela proposta, mas o entrevistado diz não ter ficado, que queria apenas ir embora dali, não tinha a intenção de servir no Exército nem de ser PM, mas um amigo seu na mesma situação, ficou extasiado com a ideia de se tornar PM e insistiu para os dois irem juntos. Resistiu inicialmente aos argumentos do colega, mas acabou sendo convencido a fazer aquela experiência, com o propósito de desistir depois se a proposta não lhe agradasse. Foram relacionados para a inscrição como candidatos a soldados da corporação policial.

O tenente informou que parecia que o número de candidatos para a PM era maior que o número dos que entrariam no excesso de contingente; decidiu, então, que todos os interessados seriam relacionados e que no dia seguinte, à tarde, seria divulgada a lista dos candidatos que seriam encaminhados à PM e dos que ficariam no Exército. Em seguida ele comandou “sentido” e “fora de forma”, movimentos que dentre outros havíamos recebido um treinamento básico com os sargentos, minutos antes. Mandou todos voltarem à formação anterior e repetiu os comandos várias vezes até que as repostas aos comandos se aproximaram de uma certa homogeneidade. No primeiro comando as reações foram completamente heterogêneas, apesar dos treinamentos anteriores citados, porém, depois de algumas repetições houve uma melhora nas respostas em conjunto. “Fomos liberados e vivi a tensão até o dia seguinte, ansioso por saber o que decidiriam a meu respeito”, disse.

No dia seguinte foi ao batalhão do Exército de bicicleta com o amigo. Seu nome estava na lista do excesso de contingente destinado ao concurso da PM. Havia outra lista com nomes de dispensados. O nome do seu amigo estava na lista dos que serviriam no EB.

Ao ver seu nome na lista dos que ficariam no EB, ele pareceu se sentir insatisfeito, embora antes tivesse demonstrado que qualquer decisão seria bem vinda para ele. Os dois saíram dali com a ideia de que no futuro se encontrariam na PM. O entrevistado afirma que naquele momento já estava se acostumando com a ideia de se tornar policial militar, coisa que no dia anterior sequer lhe passava pela mente.

A Polícia Militar estava em franca campanha de expansão do seu efetivo, e criava mecanismos para facilitar o ingresso de candidatos ao curso de formação de soldados. Havia sido criada a isenção de provas intelectuais para os possuidores do curso de primeiro grau completo, o curso ginásial; os que não tinham o ginásial completo eram submetidos a uma prova e, se reprovados, tinham a alternativa de frequentar a Escola Regimental – um curso preparatório, que a própria PM oferecia, com duração entre um concurso e outro – para tentarem novamente no concurso seguinte, em média a cada seis meses. O Décimo Batalhão formava à época cerca de duzentos novos soldados por ano.

O entrevistado diz que fez a inscrição e todo o rito para o ingresso como soldado na PM. O processo era lento: muitos documentos, muitos exames, etc., etc. Percebeu que dos que aceitaram a proposta de formarem um pelotão à direita no batalhão do Exército apenas dois ou três se inscreveram como ele – tempos depois ele ficaria sabendo que a maioria dos que passaram para o grupo da direita o fizeram apenas para garantir que não fossem obrigados a ficar no Exército e não foram para a PM. Na terça-feira daquela semana foi incluído nos quadros da corporação como Soldado NM (não mobilizado). Dos poucos que vieram do Exército com ele, na situação relatada anteriormente, e que se inscreveram, nenhum se incluiu, não sabe se desistiram ou se foram reprovados.

No primeiro dia, na terça-feira, praticamente não fez nada. Lembra de ter saído sozinho pelo quartel para conhecer as instalações. Ao passar perto de algumas seções sempre aparecia alguém que lhe mandava levar algum documento a outra seção e, quando lá chegava havia, sem exceção, bullyings; os PMs exigiam dele apresentação na chegada e retirada nos moldes do regulamento de continências – que ele não tinha a menor noção de como fazer –, obrigavam-no a repetir os movimentos sob xingamentos dos que lhe davam as ordens aos gritos, ameaçavam lhe prender, expulsar da corporação, coisas do tipo; em alguns casos havia soldados alunos, que se encontravam em estágio adiantado do curso de formação, uniformizados, que, com outros militares veteranos, participavam dessas ações, quase sempre como uma plateia diante de um espetáculo de comédia. A situação se repetiu por pelo

menos três vezes, até que encontrou um aluno mais antigo que lhe deu de bom grado alguns esclarecimentos.

O aluno mais antigo se dirigiu a ele de forma um tanto sarcástica, mas amistosa: – E aí “Reco”, que dia você incluiu? O que tá achando?

O entrevistado diz ter respondido que havia se incluído naquele mesmo dia, mas que já estava pensando em ir embora daquele ambiente, e esclareceu que em todo lugar que passava lhe mandavam levar alguma coisa a outro e quando chegava no destino indicado um grupo lhe fazia de palhaço. O outro lhe disse para não se preocupar por isso era parte do meio, e que depois o pessoal deixaria de implicar com ele; que o melhor era, por enquanto, não passar perto das repartições. Apontou-lhe a barbearia e sugeriu que ele cortasse o cabelo antes que os cabelos crescidos se tornassem um motivo a mais para as aporrinhações.

Na barbearia tratou o barbeiro por senhor, ele vestia à paisana e usava um guarda-pó branco. O barbeiro respondeu que não precisava chamá-lo de senhor porque também era aluno, e lhe indicou um caderno sobre uma mesinha para que eu anotasse seu nome na fila dos que seriam atendidos. Chegou um aluno mais antigo, estava uniformizado, quase dois metros de altura, era amigo do barbeiro e lá ficou conversando: falava aos gritos, era agitado, hiperativo típico, mudava de um assunto para outro sem parar e não deixava ninguém falar; parecia que era meio louco. Chegada a vez do entrevistado apareceu um militar veterano²⁰ e passou na sua frente, inclusive com o esclarecimento do aluno hiperativo: – Aqui é assim, tem que respeitar os mais antigos, e ponha-se no seu lugar! Sentenciou. Depois outro passou na frente, mais outro e o aluno hiperativo sempre rindo; o entrevistado estava amargurado, mas temia questionar e não o fazia para evitar consequências. Quando já estava encerrando o expediente apareceu um soldado veterano da banda pedindo para cortar; o barbeiro avisou que só cortaria mais um naquele dia e que o entrevistado estava na fila; o soldado, vendo que se tratava de alguém que estava sendo incluído naquele dia, especialmente por causa do tamanho do seu cabelo, se dirigiu a ele: – Tô precisando cortar o meu cabelo hoje e vou entrar na sua frente, viu? Ele ficou em silêncio. O aluno hiperativo interveio dizendo que não havia o que falar, que o entrevistado tinha que ceder a vez ao “praça véi”. O iniciante continuou calado, foi quando o barbeiro interferiu pela primeira vez dizendo que só ia cortar mais um e que a vez era do entrevistado, que se ele cedesse a sua vez ficaria sem cortar

²⁰ O termo veterano aqui usado é o equivalente à expressão “praça véi” ou o termo “antigão”, na gíria militar. Atualmente o termo veterano aplica-se, por força regulamentar, aos inativos da Reserva ou Reformado.

naquele dia. O aluno hiperativo interveio de novo gritando que então ficasse para o dia seguinte. – Neste caso eu não vou ceder a minha vez! Afirmou com voz firme o entrevistado. O aluno hiperativo lhe disse que estava começando mal; o soldado veterano endossou o que o aluno dissera repetindo a frase de que estava começando mal. O entrevistado, já cansado de tudo, disse que respondeu com um palavrão aos dois. Eles se calaram e isso o ensinava que havia limites para todos, os mais antigos temiam se envolver em confusão ali dentro. O barbeiro me fez um sinal para que eu se acalmasse e disse que quando havia briga dentro do quartel todos os envolvidos saiam perdendo. O barbeiro já estava ali há pelo menos dois anos e continuava aluno porque não fizera o Curso de Formação de Soldados: gostava de trabalhar ali, ganhava o salário equivalente ao de soldado de segunda classe, e assim continuava. Havia outros alunos na mesma situação do barbeiro até aquela data, mas que houve uma ordem recente, para acabar com tal situação, todos entrariam na próxima turma do Curso de Formação de Soldados, a turma do entrevistado.

No dia seguinte houve a chamada pela manhã e começaram as aulas em sala. Basicamente era apresentação das disciplinas e dos instrutores/monitores²¹ sempre se referiam às exigências regulamentares, especialmente a tudo que se relacionava à hierarquia e disciplina. Houve aulas de ordem unida – para deleite de uma plateia que se formara para assistir a falta de sincronismo do grupo ao marchar ou executar movimentos a pé firme: a inabilidade dos novatos era sempre motivo de chacotas.

Na quinta-feira, o sargento C, subchefe da turma – o chefe era o aspirante CH –, falou das atividades daquela semana. Na sexta-feira teriam aula normal e no sábado teriam um “piquenique”. Perguntou sobre o que se leva para um piquenique, e antes que alguém falasse ele mesmo respondeu: água e comida. Avisou que se reuniriam às 05:30 horas para saída às 06:00 horas. Recomendou que todos calçassem tênis, de preferência um calçado mais velho, mas que resistisse à caminhada; disse que todos deveriam ir de calça e camisa velhas, porque poderiam sofrer algum dano ao andar pelo mato e que todos, sem exceção, deveriam ir com um short tipo calção por baixo da calça; que deveriam manter no quartel uma muda de roupa limpa. Na tarde da sexta-feira foram à intendência e cada um recebeu uma mochila, cantil, marmita, copo de alumínio e talheres – apetrechos usados em combate. Os buchichos começaram. Os alunos antigos como o barbeiro e outros passaram a informar, na surdina, o

²¹ O oficial que pratica docência recebe a qualificação de instrutor; o sargento ou, mais raramente, o cabo, que pratica essa mesma atividade recebe a qualificação de monitor. Da mesma forma é a atividade de escrita em inquéritos, o oficial é qualificado como escrivão, o sargento que exercer essa mesma atividade é considerado escrevente. São definições regulamentares.

inferno que os aguardava no dia seguinte, e que o piquenique que o sargento falava era o famigerado “Ranca”. Deram dicas importantes sobre como nos comportarmos.

Os detalhes do “Ranca” ou da “Retirada do cheiro de paisano”

No sábado, às 05:30 horas, estavam todos no pátio do quartel, conforme a determinação recebida; alguns com cara de sono proveniente de uma noite mal dormida, em virtude da ansiedade sobre como seria o tal “Ranca”. A mochila do entrevistado não estava leve, havia um arroz com linguiça e farofa na marmita e o cantil estava cheio d’água: ele havia perdido a dica dos alunos experientes de que no Ranca não haveria tempo para comer ou beber água.

Receberam a ordem para apanharem um fuzil na intendência: havia uma lista com os nomes dos alunos e o número do fuzil pelo qual ele seria responsável por usá-lo nas instruções e fazer a limpeza e manutenção da arma durante todo o curso. Saíram caminhando em direção ao bairro Delfino Magalhães, e logo começaram a correr. Seguiram com os alunos o sargento C e o aspirante CH, ambos fardados e armados de revólveres. Atravessaram o bairro e, depois de andar cerca de três ou quatro quilômetros, passaram por uma cerca de arame e entraram numa área de mato, poucas árvores, muito arbusto com bastante densidade. Ao entrarem no mato começou o corre-corre comandado por apitos: um silvo longo correr, um silvo breve deitar-se onde estiver, dois silvos breves rolar para a direita, três silvos breves rolar para a esquerda... Constantes “polichinelo” levantando o fuzil, “pulinho de galo” alternado com “passo do ganso” com o fuzil atravessado na nuca, “flexão de braço” com o fuzil apoiado no chão, “rastejo” com o ventre no chão, rastejo de costas... Tudo sob intensa concentração gás lacrimogênio aplicado no ponto onde faziam os exercícios...

O local, de cerca de dois alqueires, era uma área de terras públicas que foram transformadas em uma olaria de onde saíram os tijolos para a construção do 10º Batalhão da PM, em meados da década de 1950. A topografia do terreno era irregular com uma parte baixa com diversos minilagos barrentos, de onde foi retirada a terra para o barro destinado à fabricação dos tijolos, e outra mais alta, acidentada, com algumas grotas, que todos chamavam de barrocas, algumas profundas. Em algumas delas os comandantes da instrução jogavam gás lacrimogênio e mandava os alunos seguir por dentro delas; além da dificuldade que o terreno oferecia, o gás tinha um efeito extremamente desconfortável nos olhos e na

respiração naquelas condições. As águas das últimas chuvas haviam abastecido os buracos e os transformaram em minilagos. Os alunos mergulharam várias vezes nesses minilagos e, em seguida, rolaram e rastejaram na poeira de uma área descampada, sempre a comando: cerca de meia hora depois já não era possível reconhecer de imediato quem era cada colega. O sargento ficava a uma distância de cerca de duzentos metros e o aspirante mandava que todos corresse para se apresentarem ao sargento e que o último que chegasse ficaria preso na volta ao quartel; chegando ao local o sargento anotava o nome dos últimos a chegar. O sargento comandava ali uma sessão daqueles movimentos citados e ordenava que o grupo corresse de volta até o aspirante, que já havia mudado de lugar, e que o último seria anotado para ficar preso. Nova sessão dos movimentos citados e o grupo era mandado de volta até onde estava o sargento, que já havia mudado de lugar, mantendo sempre a distância de cerca de duzentos metros; essa prática se repetia inúmeras vezes.

Por volta de 09:30 ou 10:00 horas da manhã, cerca de mais de três horas de intensa movimentação, o aspirante mandou que parassem numa clareira situada na parte baixa do terreno. As roupas já estavam em frangalhos e imundas; receberam ordens para retirar a calça e a camisa e ficarem apenas com o short. Só naquele momento o entrevistado foi entender o porquê da roupa velha e do short. As roupas foram amontoadas, estavam úmidas, e todos se sentaram em torno desse monte, formando um círculo e o chefe de curso começou a falar sobre a instituição Polícia Militar, teceu inúmeros elogios à corporação e ressaltou que aquilo que estavam fazendo era importante para que se preparassem para enfrentar qualquer situação, para enfrentar o inimigo. A palavra inimigo era sempre citada como referência para qualquer movimentação, como uma justificativa para aquilo tudo. Destacou que ninguém era obrigado a ficar, se não estivesse satisfeito que era só falar quando voltasse ao quartel; o aspirante disse uma frase claramente destinada a desanimar quem estivesse tentado a desistir: “se tiver alguma ‘menininha’ aqui, que não aguentasse o tranco, não há nenhum problema em solicitar baixa, em pedir sua demissão”; ressaltou várias vezes: “aqui é lugar de homem de coragem, de fibra, homem que enfrenta qualquer parada”.

Enquanto o aspirante concluía a sua fala, o sargento chamou alguns dos alunos, saíram e voltaram com feixes de gravetos que foram colocados sobre o monte de roupas sujas e molhadas; aos gravetos foi atado fogo para que queimasse as roupas. O fogaréu cresceu, era a retirada do cheiro de paisano, alertou o sargento; a partir daquele momento eram militares. Muitos alunos comemoraram o ato simbólico como se fosse algo real, concreto. O entrevistado estava com muita sede e tinha água no cantil, mas não ousou

perguntar se podia tomar água, por temer a reação do chefe do curso e seu auxiliar, uma vez que tudo era pretexto para novas exigências físicas; é provável que outros também estivessem na mesma situação. Após a queima das roupas se levantaram e entraram em formação: o corre-corre recomeçou no mesmo ritmo de antes. Foram mandados rastejar e atravessar em rastejo um minilago próximo, que era pura lama; fizeram-no várias vezes. Saíram do minilago e fizeram mais flexão de braço, polichinelo, correr, subir e descer barrancos em grotas – em alguns casos tinham que saltar de grandes alturas – e fazer todos os outros movimentos já citados; voltaram a mergulhar na lama que estava cada vez mais densa. Após isso foram mandados, pelo aspirante, a correr até um ponto mais alto do terreno, distante cerca de setecentos metros, onde o sargento C os aguardava. O grito do aspirante de “eu só quero o último!” fazia com todos corresse em disparada, transformando aquilo numa espécie de corrida de vida e morte: ninguém queria ser o último, e sempre havia o último que tinha seu nome anotado em um papel.

Chegando à parte alta o sargento os recebeu com nova sessão dos movimentos físicos que já haviam repetido dezenas de vezes. Havia prioridade para polichinelos e flexões de braço, aplicados também como castigos individuais para quem cometia algum erro ou chegasse entre os últimos nas atividades de correr de um lugar a outro. Quando o aspirante chegou na parte alta, ele se deslocou apenas caminhando, os instruendos receberam a ordem de deixar os fuzis e as mochilas no local e permanecerem apenas com o cantil preso à cintura. Logo em seguida o sargento ordenou que todos deveriam correr até uns fornos antigos de queima de tijolos, distante cerca de quinhentos metros, cada um apanhar um pedaço de tijolo e trazer até ele. Correram todos na direção dos fornos. No caminho de ida o entrevistado, aproveitando-se do fato de estar distante do sargento e do aspirante, parou, juntamente com um colega, para tomar água. Apareceram vários outros pedindo água e o cantil se esvaziou. Alguns alunos já voltavam com os pedaços de tijolos e o grupo que parou para tomar água ainda estava na metade do caminho; houve quem pedisse para dividir um pedaço de tijolo ninguém quis fazer isso. Buscaram os tijolos e quando chegaram os que pararam para beber água e outros, uns cinco ou seis ao todo, foram os últimos a chegar e seus nomes foram anotados em um papel.

Os que chegaram primeiro formaram duas filas paralelas, formando um corredor, cada um empunhando uma verga, uma pequena vara de arbusto, com a frente voltada para o interior do dito corredor. Receberam o aviso de que cada um dos retardatários passaria correndo pelo corredor e os que o formavam iriam bater com força com a verga. O aspirante

pegou o papel e começou a ler os nomes daqueles que foram anotados desde o início da instrução e eles se juntaram aos retardatários da última atividade. Formou-se um grupo com cerca de quinze alunos que passariam pelo aterrorizante corredor. Havia, naquele momento, dois grupos de alunos, um com cerca de quinze a ser supliciado e o restante do pelotão que atuaria como carrasco, de um total de quarenta e quatro alunos. Veio a ordem “é pra passar no corredor logo, é correndo, recruta!”... Houve hesitação por parte de todos, até que o entrevistado, entendendo que havia de passar de qualquer forma, foi o primeiro; correu com todas as suas forças, quando entrou no corredor ainda ouviu o elogio do sargento pela sua coragem e iniciativa, mas o elogio foi esquecido no primeiro golpe que feriu as suas carnes; recebeu golpes por todo o corpo, da cintura para cima, inclusive na cabeça. Ao sair do outro lado rolou pela terra tentando aplacar a dor lancinante que tomava seu corpo; não havia como não gemer. Viu um aluno ao seu lado chorando igual a uma criança e o tronco do corpo dele continha lama que ia se tornando rubra como se fosse um fenômeno químico: havia chagas abertas que começaram a sangrar e o sangue se misturava com suor, restos da lama do minilago e resíduos de terra seca que se fixaram nele ao rolar no chão movido pelas dores decorrentes dos golpes com as vergas; o entrevistado se assustou com o sangue do outro, mas ao olhar para o seu próprio corpo, viu que também estava na mesma situação: diversas chagas, sinais claros de onde cada verga tocara. Um dos que estavam com verga no corredor foi mandado sair da posição passar também pelo corredor como supliciado porque, segundo o sargento, ele não havia batido com força nos colegas que passaram ali; estava “muxibando” e a pena foi apanhar como os outros. Havia sinais de muita revolta entre os que passaram pelo corredor.

O aspirante avisou que aquilo era um corredor indiano e que dali para frente outros corredores seriam formados para bater nos “muxibas”. E que se continuassem fazendo corpo mole ele iria fazer o corredor polonês que seria um corredor diante de um barranco, isto é, sem saída, no qual o condenado teria que correr até o fim e voltar ao ponto inicial, ida e volta apanhando. Ficamos verdadeiramente assustados com tal ameaça – mas essa modalidade de corredor não chegou a ser formada. O corredor indiano sim, vários outros foram formados: com exceção de mais um que o entrevistado passou como supliciado, pela acusação de cair ao saltar de um barranco de cerca de três metros de altura e deixar o fuzil bater no chão, em todos os outros que se seguiram ele ficou apenas na condição de carrasco. Na condição de carrasco ele não economizou forças, como os demais, nos golpes com as vergas: chegavam a procurar aquelas mais resistentes para melhor se adequar aos golpes – haviam perdido

completamente o senso do respeito pelo próximo, não os incomodava o sofrimento de quem recebia nossos golpes, agiam como animais irracionais. Era como se aqueles golpes que aplicavam contra os colegas aliviassem nossas dores físicas e da alma, por tamanha humilhação a que estavam sendo sujeitados.²²

Receberam ordens para apanhar os fuzis e marmitas rapidamente e ninguém teve tempo de verificar qual era a sua mochila e fuzil: cada um apanhou o fuzil e a mochila que estava mais próxima – o entrevistado pegou uma que estava completamente vazia: alguém pegou a sua com arroz, farofa e linguiça. Voltaram ao corre-corre em direção ao caminho de volta. Algum aluno teria gritado “ê vida de cachorro!”, o entrevistado não viu nem ouviu, mas o aspirante e o sargento afirmavam ter ouvido e queriam saber quem o havia dito; os exercícios torturantes foram intensificados. “Se não aparecer quem disse, todos vão continuar pagando pelo erro de um!” repetiam os comandantes da instrução, “vai ser o dia todo assim, se não aparecer quem falou!”, insistiam. Em dado momento, um aluno se dirigiu ao entrevistado enquanto rastejavam no centro de um lago, aproveitando que estavam distantes do sargento e do aspirante, e disse que o entrevistado sabia quem havia gritado, porque o grito havia partido de onde ele estava, que se ele não falasse quem fora o autor o outro o denunciaria ao sargento, porque não era justo que todos continuassem pagando pelo erro de um.

O entrevistado, enfurecido com o comentário do colega, principalmente porque não tinha a menor ideia do que ele estava falando – não vira nem ouvira nada, até achava que fora uma invenção dos comandantes da instrução para justificar a intensificação das atividades físicas como um suposto castigo – explodiu irracionalmente com o dito colega, dizendo-lhe vários impropérios; disse que as palavras saíram da sua boca sem nenhum controle, era como se fosse uma terceira pessoa falando. Outros alunos intervieram, temendo que os comandantes ouvissem a discussão e as coisas piorassem para todos. E assim foi até por volta do meio-dia.

Todos enlameados, irreconhecíveis, só os olhos se destacavam como uma parte limpa no corpo de cada um; vestindo apenas o short, a essa altura cor de lama, o corpo inteiro de

²² As declarações do entrevistado de que após algumas situações agiu como os demais instruídos e supliciou os colegas condenados a passarem pelo corredor, seguindo um rito, sem qualquer julgamento crítico, sem qualquer questionamento acerca das suas atitudes de agir como se fosse normal provocar ferimentos em alguém, mostram que todos, naquele momento, constituíam-se numa massa acrítica em ação, pronta para cumprir qualquer ordem que recebesse. Esses fatos se justificam à luz da teoria de Hanna Arendt sobre a Banalidade do Mal, Arendt (1999).

cada um, a parte coberta pelo short e a parte desnuda, era como se estivesse coberto por um manto de lama dos pés à cabeça, pareciam fantasmas nus, zumbis, ou algo do gênero; muitos estavam ensanguentados, inclusive o entrevistado, pelos golpes das vergas nos corredores indianos e o sargento encontrou uma solução para retirar aquele sangue, haja vista que passariam pelas ruas do bairro Delfino Magalhães, que depois foi dividido em Delfino, Novo Delfino e Vila Anália, e o sangue visto pela população civil causaria má impressão: foram mandados mergulhar várias vezes na lama e se lavarem com ela como se água limpa fosse. Saíram e ficaram um tempo formados, de pé, imóveis com os fuzis apoiados no chão, sob o sol do meio-dia, para se secarem. Empreenderam marcha de volta, caminhavam como silhuetas de zumbis de um filme de terror de baixa qualidade. Silhuetas de cor marrom. Todos em silêncio.

Chegaram ao batalhão por volta de 14:00 horas. Estavam se sentindo mortos. Ainda fizeram um pouco de ordem unida que, segundo o sargento, era para que se reanimassem. Foram levados para o caramanchão e ali depuseram os fuzis que estavam tão enlameados quanto cada aluno. O sargento os informou que todos deveriam deixar os fuzis ali e tomar banho com bastante sabão, lavar bem os ferimentos, vestir roupa limpa, passar pela enfermaria para fazer curativos, almoçar no rancho e cada um identificar o seu fuzil pela numeração, limpá-lo bem limpo para a inspeção: quem apresentasse o fuzil sem a limpeza adequada ficaria preso no quartel todo o final de semana. Disse que nenhum dos alunos poderiam sair do quartel até a inspeção dos fuzis.

Às 17:00 horas o sargento inspecionou cada fuzil e mandou devolvê-los na intendência. Chamou o pelotão em forma e leu os nomes de quem havia sido anotado durante as instruções, os quais ficariam detidos até o dia seguinte: cerca de oitenta por cento do pelotão, uns trinta ou mais alunos, dentre eles o entrevistado. Os detidos foram para o alojamento. Quem era alojado caiu em sua cama, quem não era, como o entrevistado, deitou-se no piso. O entrevistado relata que dormiu como uma pedra ali no chão, o corpo doía cada milímetro. Por volta de 19:00 horas foi acordado aos gritos de que os detidos deveriam entrar em forma no pátio; todos pensaram que ia começar tudo de novo. Um sargento, comandante da guarda do quartel, passou comandar uma ordem unida para eles; marcharam, fizeram movimentos a pé firme e, depois de uns vinte minutos o sargento os dispensou dizendo que estavam autorizados a ir para casa e voltar na segunda-feira pela manhã para as aulas. Ao serem dispensados gritaram todos como se tivessem sido premiados com algo importante e esqueceram, naquele momento, tudo que haviam passado durante o dia.

Na segunda-feira o curso começava de fato. Três alunos não se apresentaram para as aulas – desistiram após o Ranca. Foram reduzidos a quarenta e um alunos e, no final do curso, apenas trinta e sete se formaram: houve mais desistências e uma ou outra expulsão.

3.3 Efeitos da pedagogia policial-militar nas atitudes dos PMs: duas situações relatadas.

A primeira situação trata-se do relato de um fato por um gerente do Banco do Nordeste que, à primeira vista parece anedótico, mas que expressa uma visão alienada dos fatos e expressão de um pensamento cristalizado, ou “fixação funcional”, categorias conhecidas como objetos de abordagem da Psicologia.

Numa reunião sobre desenvolvimento em determinada cidade de Minas Gerais, promovida pelo banco com outras entidades locais, que o referido gerente estava presente, estava presente também um sargento da PM. Em determinado momento o citado gerente falou da necessidade de fomento à cadeia produtiva local. Nesse momento, o sargento, demonstrando estar visivelmente sensibilizado pela proposta, expressou: “Nós da PM, somos totalmente a favor da questão do fomento da cadeia produtiva: acreditamos que os presidiários têm que trabalhar para compensar os custos que geram ao Estado com suas prisões”. O policial militar tomou o termo cadeia, que seria o conjunto de fatores produtivos local, no sentido de prisão e sequer atentou para o fato de que o tema tratado ali nada tinha a ver tal questão. O esclarecimento, por quem conduzia a reunião, sobre qual tema de fato estavam se referindo, gerou, obviamente, um clima de constrangimento, não só no militar, mas em todos os presentes.

A segunda situação foi relatada por um sargento que comandou o Destacamento da PM numa cidade do Norte de Minas por alguns anos, no início da década de 2000, em uma conversa informal com o pesquisador. Ele relatou que durante os três primeiros anos conseguiu desenvolver o policiamento comunitário como prioridade, atuou nas escolas locais como instrutor do PROERD (Programa de Resistência às Drogas e à Violência); criou o CONSEP (Conselho Comunitário de Segurança Pública) do município, totalmente gerenciado pela comunidade, sob a sua orientação e conseguiu acabar com a prática que os policiais locais tinham de torturar pessoas presas com o pretexto de correção de comportamentos.

Fez parcerias com integrantes da Emater, da Secretaria Municipal de Agricultura e com membros da Igreja Católica e alguns evangélicos, um grupo bastante progressista, para promoverem palestras para a população, especialmente na zona rural: os integrantes das igrejas falavam de espiritualidade e convivência social, os da Emater e prefeitura falavam sobre uso do solo, cuidados com plantação, meio ambiente e associativismo, e o sargento falava de cidadania, direitos e deveres, funções das instituições policiais, Ministério Público e Poder Judiciário. Esse trabalho foi um sucesso diante da comunidade. Houve algumas poucas resistências, óbvias, expressas por alguns PMs que trabalhavam sob o comando do sargento, através de comentários na sua ausência, criticando a sua maneira de se relacionar com a sociedade civil. Havia, por outro lado, muitos elogios de pessoas locais pela forma que o sargento trabalhava.

Depois de três anos desse trabalho houve a substituição de dois PMs do destacamento, por um soldado e um cabo. Os dois recém-chegados, conforme narrou o sargento, demonstravam claramente serem desequilibrados emocionalmente e dados a práticas que não coadunavam com a categoria funcional de cada um. Se os demais integrantes do destacamento, haviam se adaptado à proposta do sargento, mesmo a contragosto, os dois recém-chegados não se adaptaram a tal proposta e, quando o sargento não estava presente, agiam de maneira truculenta e com posturas exibicionistas. Imprimiam uma teatralidade durante o policiamento, nitidamente copiadas de personagens de filmes policiais hollywoodianos, com ações autoritárias e de demonstração de força e poder. Operavam de maneira extremamente violenta, especialmente contra pessoas de baixo poder aquisitivo e de pouca instrução. Para completar a tragédia que se instalava, uma grande parcela da população os aplaudia, sem contar o público feminino: muitas moças jovens, com namorados ou não, e até mulheres casadas os elegeram como amantes, impressionadas pela intrepidez desses militares.

Os tais militares conseguiram formar uma rede de informantes que lhes traziam informações sobre outras pessoas para as suas ações policiais: por exemplo, alguém lhe dizia que um determinado morador da zona tinha uma espingarda em casa (fato comum na região), eles iam até tal casa, apreendiam a arma e obrigavam o morador a assinar uma declaração de que a estava entregando voluntariamente; quando o morador se negava a assinar eles prendiam a pessoa sob alegação de que ela fizera ameaça a uma terceira pessoa com tal arma – nessas ocorrências dispunham de um rol de pessoas dispostas a se fingirem de vítimas ou testemunhas. Comentários de que os citados militares “puseram moral na cidade!” passaram

a ser comuns por grande parte da população, demonstrando grande aceitação dos moradores por esse formato de atuação. De todos os comentários o que mais impressionou o sargento, segundo seu desabafo, foi saber que uma professora de História da escola estadual da cidade, fez uma série de elogios a eles corroborando com a expressão de que os dois estavam “pondo moral” na cidade, ou seja, estariam obrigando os moradores a mudanças de comportamentos por temor aos policiais. Os demais integrantes do destacamento, em sua grande maioria, embora demonstrassem não concordar com o exibicionismo e fanfarronice dos dois recém-chegados, apoiavam suas atitudes truculentas, porque claramente se identificavam com elas – essas atitudes estavam muito mais próximas da visão que eles tinham do trabalho policial do que a visão desenvolvida pelo sargento.

A conduta desviante dos dois policiais referidos, com uma aprovação, ainda que velada, da quase totalidade dos demais policiais que ali trabalhavam, mostra alguns comportamentos que seguem padrões nas ações desses profissionais, ainda que não previstos em normas internas, mas que são parte da cultura institucional definida em Gonçalves (2012), e que, indubitavelmente, são reflexos do modelo pedagógico utilizado na formação desses atores. A aprovação dessa conduta pela população se insere em um contexto maior, está relacionada com uma estrutura sociocultural de âmbito nacional, como adiante se vê.

Quase duas décadas depois dos fatos relatados pelo policial, o frenesi de pessoas que apoiavam os desatinos de Jair Bolsonaro, primeiro na pré-campanha, depois na campanha eleitoral propriamente dita, e, por fim no governo, se apresenta como uma macroestrutura dos fatos ocorridos naquela pequena cidade. Se houve muita gente que apoiava e até delirava com as atitudes doentias de dois policiais arbitrários, isso se repetiria, guardadas as devidas proporções, posteriormente no país inteiro com as atitudes despóticas, rudes e violentas de Bolsonaro, com o apoio de uma grande massa acrítica.

Renato Pereira Boaventura (2023) trata da questão da Psicologia de Massas, no conceito freudiano, ao mostrar que a tradição autoritária e conservadora subsiste em ações cotidianas fundada na ausência de uma posição crítica, que reforça todo o arcabouço cultural reacionário, pilar da visão absolutista de poder. O autor faz essa abordagem ao estudar a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em Brasília-DF, em 08/01/2023, e tentar encontrar respostas para o desatino massivo que impulsionou tais atos.

Devido a sua acriticidade, a massa respeita apenas a força, exigindo de seus heróis a força e a violência, tanto para seus ditos inimigos, quanto para si mesma: ela quer ser dominada e temer seu líder; sua aversão pelas inovações e tudo aquilo que é visto

como contrário à tradição, tendo por esta um profundo respeito, evidencia seu caráter conservador. (BOAVENTURA, 2023, p. 13).

A situação relatada sobre os dois policiais em uma cidade de pequeno porte e o apoio popular (de uma parcela significativa da população) a suas ações repressivas arbitrárias, convergem com a perspectiva do conceito de microfísica do poder, tratado em Foucault (1979). O autor mostra que as relações de poder se estruturam como uma rede de dispositivos ou mecanismos que se disseminam por toda a estrutura social, nos seus diversos campos, como instrumento repressivo. Outro ponto a ser considerado, especificamente no caso do apoio popular aos fatos relatados pelo sargento, é que a opinião pública nem sempre é formada a partir de uma lógica racional, em muitos casos é formada a partir de uma relação psicoemocional com a narrativa que é apresentada. Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro expõem que a formação da opinião pública nem sempre se constrói em pressupostos que justifiquem uma determinada visão: “A ‘opinião pública’ é formada por um sem-número de discursos que mobilizam narrativas nem sempre comprometidas com sua justificação racional ou universal”, (LYNCH e CASSIMIRO, 2022, p. 138).

Também os estudos da obra de Wilhelm Reich, especialmente os condensados na citação no Capítulo 2, tópico “2.2.2 Os ‘sinais de respeito’” (vide Reich, 1974, p. 33-34), permitem entender a aprovação e o *glamour* que a função e as ações dos citados policiais causaram em grande parte da população da pequena cidade em que trabalhavam, sob o ponto de vista das relações psicossociais. Reich pontua na referida citação os efeitos do militarismo sob o ponto de vista da psicologia de massa do fascismo, e trata de todo o simbolismo que o compõe como fomentador da libido; o uniforme, as paradas, as posturas exibicionistas de tudo que caracteriza o universo militar têm um efeito sexual, efeito psicológico de excitação erótica, que se revelam como fortes atrativos para as pessoas com baixo ou nenhum senso crítico, especialmente o público feminino que esteja enquadrado nestas condições. Uma análise, tanto na perspectiva freudiana apresentada por Boaventura (2023), como na perspectiva reichiana, associada a outros autores utilizados neste estudo, permite entender a correlação entre a cultura institucional da PM, fruto do seu modelo pedagógico, e a cultura autoritária da nossa sociedade.

CAPÍTULO 4

A FORMAÇÃO NA PM

“Como ocorre no laboratório de química, onde às vezes conseguimos a mistura detonante da combinação de corpos simples e inofensivos, podemos obter resultados análogos misturando polícia e política.” (SANTOS, 1969: 45).

4.1 A construção do ideal de categoria social diversa da sociedade civil

A Academia de Polícia Militar da PMMG (APM), Unidade de Direção Intermediária, é responsável pela formação direta de oficiais e gestora do ensino na corporação, apoiada por subunidades e seções especializadas em todo o Estado. Todas as atividades de ensino desenvolvidas na capital e no interior, são coordenadas pela APM, e seguem um padrão específico em relação à metodologia de ensino.

Sua finalidade é fazer a gestão geral da Educação de Polícia Militar (EPM), nos termos da Lei nº 20.010, de janeiro de 2012, e do artigo 83, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ofertando cursos de formação inicial para a entrada na carreira policial militar, nos vários níveis e modalidades de ensino e educação continuada através dos cursos de extensão, capacitação e treinamento policial, voltados para o público interno da corporação, bem como realizar cursos de pós-graduação, pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os diversos setores organizacionais e com a sociedade, destinatária última de todo o esforço da PMMG. (<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/apm/item/5313/url>. Acesso em 31/10/2022).

Chama-nos a atenção a primeira e a terceira estrofe do hino da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, canção que é ritualisticamente entoada pelos alunos de cursos promovidos em suas dependências em todo início de jornada diária, cujo texto mostra claramente uma visão de exaltação de figuras consideradas decisivas no processo de estabelecimento da pedagogia utilizada na corporação: “Por Drexler, Campos Cristo e Mariano/– Senhores de doutrina magistral,” e “Drexler, Campos Cristo e Mariano/Renovas o estalão professoral”.

CANÇÃO DA APM

I
Por Drexler, Campos Cristo e Mariano
– Senhores de doutrina magistral,
Guiada pelo sol cartesiano
Às láureas da Semente Triunfal

Do sublime Dê-I, tutor-decano
Das bases do Saber Profissional! –,
Inserias noções curriculares
De polícia em teores militares!

Estrilho: Os preceitos do Alferes ensinas
Aos Discentes da Paz Social,
À pesquisa feraz tu te inclinas,
A extensão exercitas, cabal!
Bis: Nobre Escola do Prado Mineiro:
Livro, e Espada, e Ideário altaneiro!

III
De Drexler, Mariano e Campos Cristo
Renovas o estalão professoral,
Humano como o “penso-logo-existo”,
Metódico: sensível-racional,
Austero como o sólido oligista,
Em prol da Educação Comunal!
Estás, Academia! nos altares
Solenes das Ciências Militares!

Estrilho: Os preceitos do Alferes ensinas
Aos Discentes da Paz Social,
À pesquisa feraz tu te inclinas,
A extensão exercitas, cabal!

Bis: Nobre Escola do Prado Mineiro:
Livro, e Espada, e Ideário altaneiro!

II
Teus Mestres, com veraz sabedoria,
Esculpem o melhor Policial,
Capaz de sufocar a tirania,
Varrer o vil terror, deter o mal,
Nutrir a salutar Cidadania
Co’as seivas do Direito e da Moral!
Da proteção à Vida és a Oficina:
O Panteão maior à Disciplina!

Estrilho: Os preceitos do Alferes ensinas
Aos Discentes da Paz Social,
À pesquisa feraz tu te inclinas,
A extensão exercitas, cabal!

Bis: Nobre Escola do Prado Mineiro:
Livro, e Espada, e Ideário altaneiro!

(Cartilha para orientações básicas para o CFSd 2022)

Vejamos a história dos personagens citados no hino. Robert Drexler, capitão suíço comissionado no posto de coronel da PMMG, atuou de 1912 a 1923 como responsável pela reestruturação do ensino/instrução, uniformes e outras questões administrativas; foi

recontratado como instrutor de infantaria na Escola de Sargentos em 04/01/28, o qual promoveu “a revitalização da instrução militar prussiana”, Cotta (2021, 26 e 50). José Carlos Campos Christo era primeiro tenente do Exército Nacional comissionado na então Força Pública de Minas Gerais, em 03/01/1927, foi o grande influenciador na criação da Escola de Sargentos (que se tornaria a Academia da Polícia Militar atual) em 08/08/1927 e passou a ser o encarregado da Instrução e do Ensino Técnico Militar, Cotta (id.ibd).²³ Mariano, trata-se do professor João Batista Mariano:

O professor João Batista Mariano que ministrava instruções aos oficiais do 5º Batalhão de Caçadores, atual 5º BPM, elaborou o plano de um Curso Técnico Militar e Propedêutico, foi nomeado pelo Presidente Olegário Maciel como professor complementar da Força Pública e o seu plano estabeleceu as bases de um curso que beneficiasse todos os oficiais e sargentos. Em consequência dessa iniciativa, criou-se o Departamento de Instrução, em 03/03/1934 (...).²⁴

Outro texto que merece atenção é o “Grito de Guerra” oficial do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (CEFAS), extinto na década de 2000 que daria origem ao Centro de Ensino Técnico (CET) e, em 2012, à Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos (EFAS), é uma clara demonstração de ufanismo e exaltação de força:

A águia é força é garra!
O CEFAS sabedoria
Este jogo sem derrota
Engrandece a Academia!
(Apostila do Curso de Formação de Sargentos da PMMG – CFS/88).

Os dois textos poéticos, um hino e um “grito de guerra”, trazem expressos abertamente o conteúdo ideológico que se pretende infundir na mente dos alunos que são obrigados a entoá-los diariamente.²⁵

²³ Em 18 de agosto de 1931 o primeiro tenente do Exército Nacional, José Carlos Campos Christo foi destituído do cargo de diretor da Escola de Sargentos, já comissionado no posto de tenente-coronel da Força Pública, data de uma tentativa de golpe contra o Governo de Olegário Maciel. No dia seguinte a Escola de Sargentos foi extinta. Cotta (2021, 64-65).

²⁴ Disponível em: “APM – Histórico”: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/apm/item/5313/url>, acesso 03/07/2022).

²⁵ Os cantos são executados pelos alunos em formação marcial coletiva, sob fiscalização de superiores sobre se estão de fato cantando com uma postura de real envolvimento psicoemocional com a mensagem neles contidas. Dependendo da postura do aluno pode gerar uma anotação negativa (quando o aluno é considerado pouco afeito ao tema), que pode ser revertida em detenção no final de semana, ou em anotação positiva, quando a critério do fiscalizador o aluno apresentar sinais de envolvimento psicoemocional com a

A formação dos policiais militares, conforme esta pesquisa apurou, tem um conteúdo ideológico que aparece como base do processo pedagógico utilizado na formação e especialização de oficiais e praças e segue, como veremos, em processo de reeducação contínuo que se reforça nas instruções diárias, semanais e anuais, punições aplicadas a título de realinhamento de condutas, durante todo o serviço ativo do profissional – há casos em que são previstas punições para inativos (os integrantes da Reserva Remunerada e os Reformados). Desse modelo pedagógico fazem parte, também, as normas que ditam a estruturação das relações interpessoais na corporação.

Um dos pontos basilares na representação das relações interpessoais que se estabelecem no campo militar é o poder representado pelos níveis hierárquicos, a competitividade interna e exaltação de um suposto perfeccionismo. A competitividade começa nos concursos: os alunos de cada curso, no primeiro dia de aula, têm suas cadeiras demarcadas – às vezes com uma etiqueta com o nome, outras vezes por um oficial que as apontam – pela ordem de classificação no concurso. O primeiro classificado ocupa a primeira cadeira da fileira à direita do resto da turma; o segundo classificado ocupa a segunda cadeira dessa fileira e assim sucessivamente, até o final da fileira. Terminada a fileira, recomeça a ordem pela segunda fileira até completar todas as cadeiras na sala. Iniciado o curso, começa a competição pelas notas nas provas para a classificação final no ano, ou curso, quando este durar mais de um ano.

A classificação final, pelo somatório de notas no decorrer do curso, indicará a ordem de entrada no “Almanaque” daquele nível hierárquico e, conseqüentemente, a ordem de antiguidade – para comandar equipes/grupamentos/seções operacionais ou administrativas de militares do mesmo curso de cursos posteriores (quando todos tiverem o mesmo nível hierárquico, ou seja, a classificação final é critério para a precedência de comando de equipes/grupamentos –, assim como para a próxima promoção. Para próxima promoção, entretanto, haverá a contagem de pontos positivos contados a partir de menções elogiosas por trabalho prestado, bem como a contagem inversa, de pontos negativos, das punições: pontos negativos anulam pontos positivos equivalentes. A competitividade pelas promoções é estimulada com o objetivo de manter a ascensão na carreira sob controle e, desse processo, sobressaem dois propósitos fundamentais: a manutenção da hierarquia e do rigor da disciplina nos moldes militares – a hierarquia e a disciplina, apontadas como os pilares

mensagem dos cantos acima da média; uma anotação positiva serve para anular uma anotação negativa futura.

institucionais da corporação, através dos instrumentos de punições são ferramentas de manutenção de poder no ambiente interno. Na prática, os critérios de progressão e promoção na carreira policial-militar tornam-se bastante subjetivos, pois dependem da relação que o profissional se estabelece com seus superiores: dessa relação pode resultar uma ascensão rápida ou extremamente lenta, dependendo de o policial militar gozar ou não da afeição de seus superiores. Nesse mister, em termos práticos, a carreira dos policiais militares difere diametralmente dos funcionários públicos civis, no que se refere a progressões e promoções na carreira, haja vista que estes têm suas carreiras controladas com base em critérios objetivos.

Na busca pelas promoções, não raro, há militares acompanhando a trajetória de concorrentes para ver seus pontos negativos. Por exemplo: um terceiro sargento sabe de dois ou três colegas que têm mais pontos positivos que ele para a próxima promoção, passa a acompanhar a trajetória destes, discretamente, para ver se há pontos negativos que lhes diminuam a pontuação positiva, para se ver com chance de ocupar o lugar de quem está à sua frente nessa ordem – com frequência comenta-se sobre a torcida de alguns pelos insucessos de colegas que estão à frente na ordem do “Almanaque” para promoções, para ocupar suas vagas. Comenta-se também sobre casos daqueles que gozam de proteção de pessoas com poder de decisão na administração que, frequentemente, conseguem ascender mais rápido na carreira; o contrário, também seria verdadeiro, com aqueles que não gozam da simpatia de pessoas influentes na administração ou, pior, contam com a antipatia de gente assim, pois significa atraso nas promoções, como já citado no parágrafo anterior.

A formação dos policiais militares vai além de uma formação exclusivamente profissional. Há um culto à vida militar, às insígnias, à hierarquia, à disciplina, ao poder que a hierarquia confere ao indivíduo: a ascensão na escala hierárquica torna-se uma ambição cultuada diuturnamente, como citado anteriormente. Exalta-se a superioridade dos militares aos civis, a começar por serem estes tratados por “cidadãos comuns”. Expressões como “soldado é superior ao tempo”, muito usada no período de formação de soldados, França (2019) é um exemplo de uma pretensa superioridade em relação à sociedade civil, embalada pela formação no ambiente militar. Há também a exaltação do status quo concedido a determinados grupamentos, especialmente os definidos como tropas de operações especiais: Choque, COE, GATE, ROTAM, BOPE, etc.

Essas ações parecem se tornar claras pelos conceitos weberianos de Ação Social – ações que possuem um sentido para quem as pratica e que afeta a todos que convivem no mesmo ambiente com o ator –, nesse mister, cabe destaque especial ao tipo de ação que Weber denomina de Ação Social Tradicional, relacionada com o agir sem o apoio da razão, isto é, baseado nos hábitos e costumes, em que o sujeito se move pelo pressuposto daquilo que tradicionalmente é praticado. A “dominação”, segundo Weber, serve de base, na maioria dos casos, para a estruturação da Ação Social, e tem um papel de suma importância no ambiente policial militar.

A "dominação", como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista. (WEBER, 2004, p. 191).

Mais à frente o autor esclarece sobre o efeito alienante da dominação nos atos dos dominados.

Por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados"), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações ("obediência"). (Idem., p. 195)

Historicamente, as relações que se estabelecem no meio militar se estruturam sob influência do pensamento dominante na conjuntura mundial. A partir do advento do Liberalismo e as relações de trabalho decorrentes desse modelo, surge uma grande questão que é: Como garantir a obediência dos indivíduos às normas de forma geral? A hierarquia que perpassa os limites da funcionalidade, o ideal de ordem e disciplina, a punição e a premiação, tudo isso são ferramentas do meio militar para controlar milhares de pessoas (armadas e preparadas para matar) responsáveis por operar o “monopólio do uso da força” do Estado moderno. Em tese, as instituições militares, fora de um controle rigoroso, representam não só o fim do Estado Democrático de Direito, mas o fim da própria sociedade organizada. As Polícias Militares brasileiras, apesar da desmobilização estratégica da condição de “Exércitos Estaduais”, ocorrida no governo Vargas, para evitar intervenção dessas instituições no poder central do país, como já foi citado, mantêm a mesma estruturação e organização das Forças Armadas do país e objetivos análogos.

O pensamento militar se torna padronizado, havendo pouca diferenciação entre seus integrantes. As diferenças são poucas quando se fala de questões políticas e ideológicas e dificilmente há debates com ideias diferentes: há falas em que muitos se manifestam, mas, quase sempre expressando opiniões convergentes. Quando há opiniões divergentes numa discussão coletiva, o comandante do grupo, o de nível maior hierárquico (“mais antigo”) presente, costuma expressar sua opinião sobre o assunto em pauta, como se fosse um critério de desempate e o assunto encerra. O autoritarismo quase sempre impera durante reuniões, às vezes com claras imposições e manifestações agressivas por parte de quem tem o maior nível hierárquico no ambiente, ou de forma subliminar; as discussões sempre são conduzidas de maneira a nunca fugir do controle com pontos de vistas diferentes. Quando há queixas sobre alguma questão a palavra final fica por conta do mais antigo presente, que tomará uma decisão de imediato, propõe estudar a questão ou encaminhá-la ao escalão superior. Figueiredo (2007) fala dos pressupostos da Guerra Fria defendidos no livro “Policiamento”, de autoria de Norberto dos Santos, considerado a “bíblia” dos cursos de formação de cabos e soldados na década de 1960 na PMMG, e destaca nos ensinamentos contidos nos conteúdos retirados do livro, elementos da ideologia Nazifascista. O conteúdo passou por mudanças ao longo dos anos com o acréscimo de novas disciplinas, adaptado a uma realidade pautada nos avanços tecnológicos, mas a essência permanece.

A sigla PMMG é traduzida internamente de maneira hilária como “Pai e Mãe de Muita Gente”, o que dá uma ideia do quão a corporação deve ser venerada. Não raro qualquer crítica à corporação gera reações de seus integrantes como se uma ofensa pessoal fosse dirigida a cada um. E se um dos integrantes fizer qualquer crítica à corporação como um todo, é tachado como alguém ingrato, que “está cuspiendo no prato que comeu”. Essa expressão foi empregada em um grupo de WhatsApp de PMs, seguido pelo pesquisador, em repúdio a um PM que se posicionou contra o então Presidente da República Jair Bolsonaro: além da expressão citada, foi tachado de comunista (no sentido do termo entendido pelos ideais da Guerra Fria), de “policial que apoia bandido”. Esse mesmo policial passou a sofrer provocações diretas e indiretas constantes e muitos dos seus subordinados hierarquicamente passaram a ignorar a diferença hierárquica, como parte dessas provocações.

Há uma ideologia castrense que na primeira década do século XXI até a metade da segunda década sofreu fortes mudanças, com frequentes manifestações de policiais militares a favor da desmilitarização das PMs. Entretanto, com o fenômeno denominado de “bolsonarismo”, por volta de 2014, houve um retorno brusco aos ideais da corporação no

passado, especialmente da Guerra Fria e do Regime Militar (1964-1985). Esses ideais ganharam força, expressão, defesa ostensiva e divulgação pelas redes sociais, embasados na bandeira de combate à corrupção e à degeneração dos valores da sociedade brasileira. No reforço desses ideais ancoraram ideias de supostas conspirações para se formar um governo mundial de esquerda que deturparia os valores defendidos pelas correntes conservadoras. A ideologia reacionária recrudescu-se. Policiais jovens, muitos possuidores de cursos universitários, de repente se viram em defesa acirrada de valores cultuados por policiais sem nenhuma escolaridade, de décadas passadas.

4.2 O ideal de poder reforçado no simbolismo policial-militar: rituais, gestos e atitudes que formam o campo militar

O ambiente militar é marcado por uma ritualidade diuturna, cuja base é toda uma simbologia expressa nas atitudes, gestos e signos, nas Polícias Militares, como referenciais de manifestações de poder nas relações interpessoais internas. Esse microuniverso se estrutura nas relações de poder entre superiores e subordinados, dentro do escalonamento hierárquico, a partir dos conceitos de opressão, de Wilhelm Reich (1976; 1995) e Figueiredo (2009), campo social e habitus, de Pierre Bourdieu (2002; 2004).

Alguns comportamentos típicos dos policiais militares mostram a influência direta de um pensamento que se propõe entender o campo militar, como possuidor de uma lógica diferente dos campos da sociedade civil. A existência de dois “campos” ou dois “mundos” faz parte da ideologia das PMs. Os dois mundos, em termos práticos, não existem. A corporação militar está dentro do todo que é a sociedade moderna. São muitas as corporações existentes, a PM é apenas mais uma corporação. Em Minas o efetivo da PM significa algo em torno de 0,02% da população, portanto, não haveria como classificar um grupo em comparação com “o outro”, isto é, o grupo dos policiais militares em comparação com o grupo dos civis, haja vista que a representação percentual daquele é ínfima no universo da população do Estado. Porém, a autoclassificação de categoria profissional diferenciada, de indivíduos com formação diferenciada, recria o conceito de “cidadão comum” – expressão amplamente usada nos quartéis – para se referir aos cidadãos civis. Para entendermos o conceito de campo militar, tomemos inicialmente o conceito de campo social, na definição de Bourdieu (2004b).

Pierre Bourdieu define campo como um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, existindo os mais variados tipos, como o campo da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes e o da ciência. Todos esses campos, conforme Araújo; Alves; Cruz (2009, p. 38): “(...) se tornam microcosmos autônomos no interior do mundo social (...). A estrutura do campo é como um constante jogo, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e lucros específicos”.

O campo militar, entretanto, possui uma lógica diferenciada dos campos envolvendo a sociedade civil, como já citado. Tem particularidades inerentes à formação dos seus integrantes, ao ambiente que atuam e à relação que se estabelece entre eles no espaço que ocupam, com uma dinâmica voltada para um modo específico de pensar, sentir e agir dos sujeitos que nele atuam. Os militares das Forças Armadas, como componentes de um grupo responsável pela defesa externa do Estado e os policiais militares, como responsáveis por resguardar internamente os direitos da população civil,²⁶ formam esse campo específico, com conteúdo e significados próprios, reforçado numa pedagogia que vai além dos cursos de formação e especialização internos: a pedagogia militar é desenvolvida em processo contínuo. O lugar dos militares, como braço armado do Estado, no interior da ordem social, foi sendo moldado historicamente, com foco no status quo desse grupo. O entendimento deste campo requer um apanhado histórico da profissão militar, conforme Moreira; Silva; Celestino (2020, p.7).

Os militares se relacionam entre si e com o público civil através de uma simbologia expressa material e subjetivamente, voltada para as relações de poder estruturado simbolicamente. O poder é demonstrado, internamente, de forma clara e inequívoca através de duas palavras-chaves: hierarquia e disciplina, sobre as quais se constrói uma subjetividade inerente e específica, nos termos da definição de Silva (2009). A hierarquia remete à estruturação dos níveis funcionais de execução das atividades intrínsecas a cada integrante da corporação – estabelece, sobretudo, sobre quem manda e quem é mandado –, a disciplina

²⁶ O termo defesa aqui empregado refere-se à atuação para evitar e/ou conter uma possível violência física de cidadãos civis contra outros, bem como encaminhar os autores de tais ações para investigação da Polícia Judiciária e julgamento e decisão do Poder Judiciário. Neste caso, as PMs têm um papel destacado entre as demais instituições que atuam com esta função, por ser a responsável pelo policiamento ostensivo, uniformizado, visível e atuar em contato direto com a população. A defesa, de forma geral, do Estado e da sociedade é proporcionada por muitas categorias no seu cotidiano de trabalho.

refere-se ao rigoroso cumprimento daquilo que é estabelecido com base em leis e regulamentos. Ambas categorias se retroalimentam nos rituais que estruturam o campo militar.

Muito embora, historicamente haja um vínculo direto entre a pedagogia militar das Forças Armadas e a pedagogia policial-militar – o elo está na origem: a pedagogia prussiana introduzida na PMMG por Robert Drexler a partir de 1912, e essa mesma pedagogia introduzida e mantida no Exército Brasileiro com a Missão Francesa de 1920 a 1940, e difundida para outras Forças Armadas e para as demais Polícias Militares que, constitucionalmente, constituem Forças Auxiliares do Exército Brasileiro – trataremos aqui, especificamente das relações de poder entre os chamados militares estaduais, ou seja, os policiais militares, tendo a PMMG como referência.

As Polícias Militares estaduais, por serem consideradas Forças Auxiliares do Exército Brasileiro, são estruturadas e organizadas, hierárquica e disciplinarmente, tal qual o Exército, muito embora sejam corporações independentes. O Exército Brasileiro se estrutura em dois segmentos: praças e oficiais, divididos hierarquicamente em graduações (níveis hierárquicos de praças: soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento, subtenente, cadetes, aspirantes a oficial) e em postos (níveis hierárquicos de oficiais: segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, general de brigada, general de divisão, general de exército).²⁷ As Polícias Militares seguem essa mesma estrutura hierárquica, porém, o último posto do oficialato desta é o de coronel. Atualmente o controle do Exército sobre as Polícias Militares é formal e se refere especificamente à definição de efetivo e armamento; questões como administração, treinamento, ingresso e formação de pessoal, promoções, etc., ficam a critério de cada corporação em seus respectivos estados.

Todos os atos que compõem as relações entre os integrantes da instituição policial militar estão vinculados, direta ou indiretamente, à questão do poder que pessoas exercem, institucionalmente, umas sobre outras. Pierre Bourdieu (1989) fala da necessidade de um consenso que estabelece uma cumplicidade de quem está sujeito e quem exerce o poder na relação direta entre os dois atores sociais: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber

²⁷ Os cadetes e aspirantes a oficial, no caso brasileiro, são superiores ao subtenente e considerados “praças especiais”.

que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, Bourdieu (1989, p.7). O poder simbólico, tal qual é definido pelo autor, depende de ser reconhecido e aceito, sem questionamentos, por quem o exerce e quem a ele está sujeito, cuja motivação envolve interesses das duas partes – entre os militares, fica claro que a primeira motivação seja a execução de atividades laborais e, conseqüentemente, a manutenção do emprego, porém, há outras motivações, de caráter pessoal, inclusive, que se concatenam a essa e se estruturam ideologicamente, como veremos mais adiante.

Há três tópicos necessários para o entendimento do conteúdo abordado neste item: a) Os “sinais de respeito”; b) A pedagogia policial-militar; c) A presença do habitus bourdieusiano e das representações sociais de Moscovici.

Os chamados “sinais de respeito” praticados entre os militares, se referem a posturas, atitudes e sinais convencionais normatizados, que regulam os comportamentos individuais e coletivos dos policiais militares e interferem nas relações interpessoais entre superiores e subordinados. Esses sinais compõem rituais específicos da dinâmica interna dos quartéis.

Ao tratarmos da pedagogia policial-militar, visamos descrever e entender as práticas pedagógicas do campo militar, adaptadas especialmente para o ambiente policial-militar, voltadas para a formação do indivíduo, do estabelecimento de comportamentos padronizados e preparação física, mental e emocional para o enfrentamento das vicissitudes decorrentes do exercício da profissão.

4.3 Os “sinais de respeito”

Os chamados “sinais de respeito” constituem uma característica identitária dos militares em geral, contudo, refletem um autoritarismo ostensivo que tem base na estrutura de um Estado autoritário que, por sua vez, implica numa relação dialética com as instituições que o alicerçam, especialmente a família, a religião, as instituições políticas e as instituições de controle social – dentre estas últimas estão as corporações policiais-militares. Percebe-se claramente nessa dinâmica um dos princípios da teoria absolutista de que os homens são naturalmente maus, egoístas e predispostos à guerra de uns contra os outros, necessitando de normas e de instrumentos que os obriguem à obediência a essas normas para o bem comum, como se vê no clássico de Hobbes (s.d.).

Com isto torna-se manifesto que durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de mantê-los todos em temor respeitosos, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a GUERRA não consiste apenas na batalha ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. (HOBBS, s.d., p. 138).

Numa outra vertente, Reich (s.d., 1974, 1994, 1995) avalia que em todas as formas de opressão, em seus diversos níveis, tem sempre um conteúdo político-ideológico para os atores diretamente envolvidos, ainda que inconsciente. As ações isoladas dos indivíduos refletem o pensamento da classe dominante da sociedade que compõem, ainda que essas ações, à primeira vista, estejam motivadas por questões relacionadas a normas padronizadas e/ou ao íntimo de quem as pratica. Essa abordagem é estruturante para uma reflexão sobre o nazifascismo emergente no ano de 1933, conforme Reich.²⁸

O estado autoritário é representado na família pelo pai, tornando-se desse modo a família o instrumento mais precioso do seu poder. Essa posição do pai reflete o seu papel político e revela a relação da família com o estado autoritário. O próprio pai adota no interior da família a posição que toma em relação a ele e o seu superior hierárquico no processo de produção. E produz nos filhos, particularmente nos do sexo masculino, o seu estado de sujeição em relação à autoridade. (REICH, 1974, p.52).

O pai, nesse modelo de relações, segundo a visão reichiana, representa simbolicamente, ora o Estado controlador, ora o Deus, figura onipotente das religiões monoteístas. Numa outra frente, Reich (1974) defende que há uma estreita relação entre os comportamentos impositivos e prepotentes como produto de uma sexualidade oprimida, recalçada, que, conforme o autor, levam o indivíduo a uma busca frenética substitutiva do prazer sexual privado e transforma a sua agressividade natural em sadismo e pode servir, ainda, como mecanismo fomentador de crimes violentos isolados, chacinas, guerras, etc., de acordo com o poder inerente ao protagonista. Algumas características atribuídas aos militares são apontadas pelo autor como manifestações explícitas da libido e sobre em quem essas manifestações produzem efeito imediato, especialmente para a mulher com baixa escolaridade. O comportamento militarista da sociedade modelada pelo nazifascismo tem, nessa perspectiva, uma origem libidinal.

(...) o efeito do militarismo repousa essencialmente, do ponto de vista da psicologia de massa, num mecanismo libidinal; o efeito sexual do uniforme, o efeito da

²⁸ No ano de 1933 Reich escreveu o livro “Psicologia de Massas do Fascismo” e já identificava as características da ideologia nazifascista e a sua fácil e rápida expansão na sociedade alemã.

excitação erótica das paradas, porque executadas de acordo com um ritmo, o caráter exibicionista da aparência militar, tudo isso, se revelou na prática, até hoje, muito mais claro para uma mulher a dias (sic) ou para uma empregada média do que para os mais cultos dos nossos políticos. (REICH, 1974, p. 33-34).

A continência, como gesto de saudação militar, é, talvez, o gesto simbólico que melhor identifica os militares, sejam os estaduais ou das Forças Armadas. Ela e tudo que se refere aos chamados sinais de respeito e honras militares são previstos no “Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas” (Rcont), ao qual estão sujeitos os militares das Forças Armadas brasileiras e as Polícias Militares. Em seu Artigo 1º o Rcont apresenta a sua finalidade:

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade:

I - estabelecer as honras, as continências e os sinais de respeito que os militares prestam a determinados símbolos nacionais e às autoridades civis e militares;

II - regular as normas de apresentação e de procedimento dos militares, bem como as formas de tratamento e a precedência entre os mesmos;

III - fixar as honras que constituem o Cerimonial Militar no que for comum às Forças Armadas.

Parágrafo único. As prescrições deste Regulamento aplicam-se às situações diárias da vida castrense, estando o militar de serviço ou não, em área militar ou em sociedade, nas cerimônias e solenidades de natureza militar ou cívica. (BRASIL - Rcont-, 1997)

A continência é descrita como uma ação impessoal, visa a autoridade e não a pessoa, e deve partir sempre do subordinado para o superior. Ela pode e deve ser feita individualmente com a mão aberta levada à pala, à altura da frente, ou com o uso de armas, sempre por iniciativa do subordinado e com movimentos devidamente regulados pelas normas pertinentes para cada tipo de armas; pode ser feita por tropa, de forma coletiva, sob comando do militar de maior posto/graduação ou o mais antigo nessa condição. A seguir serão apontadas algumas situações descritas no Rcont que demonstram uma preocupação meticulosa em não se deixar escapar nenhum detalhe de todas as situações envolvendo o contato entre subordinado e superior hierárquico, sem que haja uma previsão e definição normativa sobre cada caso.

O subordinado, ao se dirigir a um superior, deve parar a uma distância de dois passos (ou de um aperto de mão), diante dele, juntar os pés em posição de sentido, prestar

continência e pedir permissão para falar com ele, e só falará se o superior permitir. O subordinado jamais deve estender a mão para cumprimentar o superior, sem que este tenha feito primeiro; se o superior estende a mão o subordinado não pode recusar o cumprimento. Há casos de o superior se recusar a falar e o subordinado se vê obrigado a se retirar – não sem antes pedir permissão para se retirar do local. Praças, ao se retirarem da presença do superior, devem fazer uma meia volta, com um giro de 180 graus pela esquerda, um rodopio sobre o calcanhar esquerdo e a planta do pé direito, chocar o calcanhar direito com o esquerdo e avançar o pé esquerdo com um movimento mais enérgico (romper marcha), para, então, sair do local caminhando normalmente; os oficiais são dispensados do ritual da meia volta e dos detalhes que a compõe nesses casos, retiram-se naturalmente ao lhes serem permitido retirar do local pelo superior hierárquico.

O militar a cavalo só pode ultrapassar um superior a pé, a passo, isto é, sem correr; se o superior estiver montado, o subordinado só pode ultrapassá-lo após anunciar a ele a necessidade da ultrapassagem e pedir permissão para tal. Sempre que um superior se aproximar do local de serviço de um subordinado, este deve fazer a continência devida ao superior e anunciar-lhe se o serviço está ou não com alterações (ocorrências, novidades), mesmo que esse superior não seja o seu chefe direto ou não esteja ali em ato de fiscalização do serviço. No transporte coletivo, o subordinado que estiver sentado tem por obrigação oferecer o seu lugar a um superior que estiver de pé. Todas essas normas são reguladas pelo RCont e são rigorosamente cobradas pelos superiores hierárquicos aos seus subordinados no dia a dia. Uma questão que é insistentemente tratada é que os “sinais de respeito” não são direcionados à pessoa do superior hierárquico e sim ao que ele representa hierarquicamente. O RCont define em seu texto que a continência é impessoal: “Art. 14 - A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa. § 1º - A continência é impessoal; visa a autoridade e não a pessoa.” RCont (1997, Cap III, Art. 14, § 1º).

Numa outra vertente, Erving Goffman (1961) aborda essa representação dentro daquilo que ele define como instituições totais, cujo conceito, abrange instituições como as Polícias Militares, como veremos mais à frente, e aponta o uniforme da instituição como uma referência simbólica da importância institucional na qual está inserido o indivíduo, e não o contrário: “(...) é o uniforme, e não o homem, que é saudado (de forma que o homem não está exigindo deferência para si mesmo); ligada a isso, encontramos a noção de que ‘não interessa o que você sente, desde que você não o demonstre’.” Goffman (1961, p. 102). A abordagem de Goffman reflete bem o caso de um militar que, em tese, é desafeto de um

superior hierárquico, logo, ele é obrigado a prestar a continência e toda e qualquer deferência exigida para a ocasião e o superior é obrigado a corresponder: essa obrigatoriedade parte do princípio da impessoalidade para os “sinais de respeito”.

O descumprimento do uso dos “sinais de respeito” implica em punições previstas no Regulamento Disciplinar (atualmente na PMMG é o Código de Ética e Disciplina da PM), porém, via de regra, o superior reage, nesses casos, como se fosse alvo de ofensa pessoal, ou seja, o descumprimento de um rito funcional costuma causar no superior hierárquico o sentimento de que foi ofendido pessoalmente. Há casos de policiais militares que são do mesmo nível hierárquico e se tornam amigos íntimos no exercício da função, com um relacionamento informal e familiarizado; depois de um tempo um deles se torna superior ao outro e, a partir daí, a amizade toma contornos da formalidade, inclusive com a obrigatoriedade de o subordinado tratar o outro por senhor e conduzir os diálogos de maneira mais formal e recatada. A simples visão da aproximação de outro militar ostentando insígnias que simbolizam o nível hierárquico superior já leva o subordinado a se preparar para um contato formal e aprontar o espírito para um possível tratamento ríspido ou admoestação, ainda que tenha plena consciência de que não cometera nenhum erro. Essa atitude não é um mero ato formal, há sentimentos e emoções presentes nas duas partes envolvidas, como uma simbiose dentro do processo de subjetividade que permeia o campo militar. O simbolismo presente nas relações hierárquicas estabelece um clima de tensão, como se houvessem forças externas ditando as condutas das partes envolvidas.

A definição de Bourdieu (1989, p. 10) sobre a função dos símbolos dentro de uma estrutura social serve também para a compreensão do que ocorre na cultura militar: “Os símbolos são instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação (...), eles tornam possível o consensus do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição de integração ‘moral’.”

A bandeira nacional, a bandeira do Estado, a bandeira da corporação e a bandeira de cada batalhão, são objetos que têm uma representação estética com um grande poder sobre o espírito das pessoas envolvidas com a causa que ela representa, no campo militar. Estão entre as maiores representações da simbologia do militarismo. A bandeira de cada batalhão, por exemplo, é hasteada quando o comandante do batalhão está no quartel e arriada quando ele sai – pela bandeira hasteada ou não é possível saber se o comandante está ou não no

quartel. Mello, tenente-coronel do Exército, define a bandeira nacional de forma apaixonada, ufanista e poética; trata-a como um objeto de adoração.

Que é Bandeira? É um símbolo sagrado da Pátria. É a imagem do país a que este símbolo pertença. A bandeira brasileira foi modificada em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a Proclamação da República do Brasil. É por isso que se comemora o dia 19 de novembro como sendo uma das datas mais gloriosas para os brasileiros. (MELLO, 1995, p. 48).

Essa relação apaixonada dos militares com a bandeira nacional é estimulada pela literatura militar e se torna parte da cultura dessa categoria profissional: ela, a bandeira, é tratada como um símbolo sagrado cuja utilização envolve uma série de rituais que incluem horários e situações para hasteamento, arriamento, cerimônias, local de destaque, iluminação, etc. Deve ser hasteada em local visível, deve ser arriada às 18 horas, se passar desse horário deverá ter uma iluminação específica sobre ela, os militares ao passar diante dela pela primeira vez no dia devem fazer a continência a ela, o hasteamento e o arriamento deve ser feito com um grupo de militares em posição cerimonial diante dela, o hasteamento e o arriamento é sempre feito acompanhado de toque de corneta específico para essa situação e, ao ouvir esse toque, o militar que estiver em qualquer ponto do quartel deverá parar o que estiver fazendo e se voltar na direção de onde vem o toque, mesmo sem ver a bandeira e o que está acontecendo, fazer a continência e voltar aos seus afazeres tão logo cesse o toque. Até o descarte da bandeira desgastada pelo uso segue toda uma ritualística, ela deve ser queimada em um cerimonial de incineração, que reforça o simbolismo da sua consagração.

4.4 A presença do habitus bourdieusiano e das representações sociais de Moscovici

Bourdieu (2004, p. 149) fala claramente de um processo identitário, sustentado pelas abstrações e pelo produto das ações: “(...) há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de habitus e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.” A identidade formada pela interação coletiva em que o espaço permite maior proximidade, cria elos de ligação mais fortes, mais consistentes:

Se você quiser fundar um movimento político ou mesmo uma associação, terá mais possibilidades de agrupar pessoas que estão no mesmo setor do espaço (por exemplo,

no nordeste do diagrama, do lado dos intelectuais) do que se quiser reunir pessoas situadas em regiões localizadas nos quatro cantos do diagrama.

.....
A noção de espaço social permite escapar à alternativa do nominalismo e do realismo em matéria de classes sociais: o trabalho político destinado a produzir classes sociais enquanto corporate bodies, grupos permanentes, dotados de órgãos permanentes de representação, de siglas, etc., tem muito mais possibilidade de ser bem-sucedido na medida em que os agentes que se pretendem reunir, unificar, constituir como grupo, estiverem mais próximos no espaço social (logo, pertencentes à mesma classe no papel). (Id. ibd., 2004: 155-156).

O habitus bourdieusiano é um princípio de correspondência e integração entre as práticas individuais e as condições sociais de existência. A maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um habitus e a conjuntura. “O habitus não é destino, como se vê às vezes. Sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas”. Setton (2022)²⁹. O habitus, nessa perspectiva é o conjunto de fatores que promovem a conexão entre o indivíduo e a sociedade.

Setton (2002) faz uma distinção entre o habitus bourdieusiano e as representações sociais de Moscovici, mostra que nas representações sociais há um conteúdo organizado e hierarquizado, ao contrário do habitus que não dispõe dessa organização e se configura a partir de trocas comunicativas e da partilha social consciente de significações, portanto, não excedem ao conhecimento potencialmente consciente. Enquanto o conceito bourdieusiano é inferido, as representações sociais moscovicianas são colhidas, identificadas, têm forma simbólica, como um conjunto estruturado de crenças, imagens mentais, integradas com as práticas sociais. As representações sociais de Moscovici são uma releitura criativa da obra de Émile Durkheim sobre o conceito de representações coletivas.

As representações sociais moscovicianas, ainda segundo Setton (2002), ditam comportamentos e condutas que são internalizados e se tornam, aparentemente, automáticos, isto é, inconscientes, involuntários, quando a leitura da situação e o conteúdo da representação convergem para um mesmo ponto. Entretanto a autora adverte que esse aparente automatismo não é inerente a essa categoria como o é no habitus.

Contudo, processos de comunicação, avaliação e negociação de significados são ativados, como ‘reflexão’, sempre que elementos da situação divergem dos elementos da representação, especialmente nas situações de conflito social. Para

²⁹ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqghYyw4mmn5m8pw/>. Acesso em 22/08/2022.

sintetizar, as representações sociais supõem a intencionalidade coletiva baseada em crença partilhada, enquanto o habitus aparece como que “automático”. (SETTON, 2002).

Émile Durkheim (2011) denominou de fato social as forças que determinam a maneira de pensar, sentir e agir, nos indivíduos e que os obriga a se adaptarem às regras da sociedade onde vivem; há, de certa forma, um conteúdo dialético nessa visão. Moscovici (1978, p. 46), numa posição não dissonante, defende que, nas representações sociais o indivíduo adota posições socialmente reconhecidas e aceitas, ainda que envolvam controvérsias: “Como se sabe, a opinião é, por um lado, uma fórmula socialmente valorizada a que um indivíduo adere; e, por outro lado, uma tomada de posição sobre um problema controvertido da sociedade”.

O fato é que se considerarmos as definições de Setton (2002) no que se refere ao habitus bourdieusiano e às representações sociais moscovicianas, poderíamos dizer que os componentes das duas categorias estão presentes nas relações interpessoais dos policiais militares, expressos na simbologia inerente à estrutura que os integra. Um padrão claramente produzido pela pedagogia policial-militar na fase de formação e que se recompõe continuamente nas instruções aos policiais durante toda a sua vida no serviço ativo.³⁰

O campo militar, mormente o das Forças Armadas, oferece dificuldades para estudos quanto às suas nuances, assim como o habitus a ele integrado, em virtude de se tratar de um espaço tradicionalmente fechado, restrito aos seus integrantes. No caso específico da PMMG há a Instrução de Educação nº 002/2020 que regula toda e qualquer pesquisa realizada sobre a corporação em espaços sob sua administração.

Art. 30 – Os interessados em obter dados ou informações da atividade de polícia militar para o desenvolvimento de pesquisas, deverão preencher o Formulário de Requerimento para Autorização de Pesquisa³¹ de iniciativa externa corporis (Apêndice “L”). Esse requerimento deverá ser protocolado no CPP, junto com os seguintes documentos:

³⁰ As instruções para os policiais, fora do período dos cursos de formação ou especialização, são feitas da seguinte forma: diariamente durante 30 minutos antes de iniciar cada turno de serviço, chamada de “preleção”, e durante 15 dias seguidos em determinado período do ano, chamada “instrução intensiva” ou “Treinamento Policial Básico – TPB”. O TPB é planejado em pequenas turmas durante o ano para não comprometer o emprego geral da tropa no serviço diário.

³¹ Do Formulário de Requerimento para Autorização de Pesquisa consta Dados pessoais do pesquisador, incluindo endereço completo, dados pessoais do orientador, dados da pesquisa, incluindo resumo do projeto, objetivos, metodologia, duração, declaração de que a pesquisa se restringirá exclusivamente ao constante do requerimento, entregar uma cópia do trabalho final para compor o acervo da APM, entregar cópia de todo material didático ou audiovisual produzido.

I – Cópia da identidade e do CPF do pesquisador responsável, bem como dos demais membros da equipe, se houver;

II – Currículo Lattes do orientador e pesquisador;

III – 01 (uma) cópia da autorização do comitê de ética em pesquisa da instituição proponente, quando a pesquisa exigir. Parágrafo único – A entrega do requerimento poderá ser realizada pelos canais digitais formais.

Art. 31 – A autorização para pesquisa e acesso a dados da PMMG estará condicionada à apresentação da documentação exigida, bem como à convivência e à possibilidade de atendimento do pleito pela instituição.

Art. 32 – O Comando da APM, ao receber o parecer do CPP quanto à viabilidade da pesquisa, encaminhará a proposta via ofício ao Chefe do EMPM.³²

Art. 33 – O interessado receberá a resposta quanto à autorização da pesquisa, por meio de um Termo de Autorização assinado pelo Chefe do EMPM.

Parágrafo único – A pesquisa não poderá ter início antes da expedição do Termo de Autorização.

(IE – SEPARATA do BGPM nº 77, de 08/10/2020)

Entende-se que parte das dificuldades de vinculação e investigação nas instituições militares ocorre devido ao caráter fechado que essas instituições ainda apresentam no contexto nacional. O acesso ao campo, ainda bastante restrito aos sujeitos que compõem estes espaços. Portanto, constitui ainda desafio o conhecimento das características, cotidianos e dinâmicas das instituições militares, conforme Moreira; Silva; Celestino (2020, p. 15).

Destacam-se alguns detalhes nos ritos, além dos já citados, que pautam as relações interpessoais entre superiores e subordinados, sejam durante o trabalho ou não. Estão presentes na composição do campo, habitus e representações sociais, aqui tratados. A saber.

A adoção da ordem decrescente para o escalonamento hierárquico (o 1º tenente é superior ao 2º tenente, o 1º sargento é superior ao 2º sargento que, por sua vez é superior ao 3º sargento) tem uma conotação ideológica pela similitude com a classificação em disputas esportivas ou qualquer outro tipo de concorrência que segue a mesma ordem: primeiro lugar, segundo lugar terceiro lugar, etc.

Algumas posturas próprias desse ambiente indicam a existência de alguns preconceitos, muito provavelmente como forma de resistência velada à opressão peculiar ao

³² O Chefe do Estado Maior da Polícia Militar é o cargo correspondente ao de subcomandante geral da PM.

meio. Por exemplo, o termo “tijolão” é usado, à boca pequena, na gíria policial militar, para identificar o militar, graduado ou oficial, que obtém uma promoção através de um curso com menor duração e com mais facilidade para inclusão e conclusão do que os cursos regulares – normalmente são cursos especiais destinados a militares mais antigos que não teriam condições intelectuais de concorrer aos cursos regulares como o Curso de Formação de Cabos (CFC), o Curso de Formação de Sargentos (CFS) e o Curso de Formação de Oficiais (CFO), para chegar às promoções proporcionadas pelos respectivos cursos. O termo “tijolão” faz uma alusão ao tijolo artesanal e rústico, conhecido como adobe, muito usado na construção de casebres nas periferias das cidades e pela população pobre no meio rural – nesse contexto, o militar formado por esses cursos seria uma espécie de segunda categoria.

O soldado com oito anos de serviço tem o direito de ser promovido a cabo (até alguns anos atrás ele ganhava o direito a ingresso a um curso que exigia pouco preparo intelectual para concluí-lo; hoje recebe a promoção sem a necessidade de conclusão do curso); o cabo com dez anos de serviço tem direito a ingressar em um curso especial de formação de sargentos com acesso facilitado, pouca duração e condições favoráveis de conclusão, no mesmo formato dos cursos de formação de cabos que antes eram ofertados aos soldados antigos; o segundo sargento pronto para concorrer a uma promoção a primeiro sargento, pode participar de um concurso para o Curso de Habilitação a Oficial (CHO), que, guardadas as devidas proporções, também segue o mesmo formato dos outros cursos especiais citados. O oficial CHO consegue, no máximo, chegar ao posto de capitão ao ser reformado. Os oficiais de posto honorífico (subtenente que ao ser transferido para a inatividade ganham uma promoção a segundo tenente como prêmio) também são tachados de “tijolões”.

Os cursos regulares como o CFS e CFO, seguem critérios rígidos de seleção intelectual, sendo que o último atualmente exige que o candidato seja formado em Curso Superior de Ciências Jurídicas (Direito) e forma oficiais de carreira, que poderão chegar ao posto de coronel. Dentre sargentos e oficiais há também os especialistas em saúde, mecânica, radiocomunicação, música, etc., que também são formados em cursos especiais de menor duração, porém, curiosamente, os militares formados nesses cursos de especialistas não são tachados de “tijolões”.

O grau hierárquico de oficiais (segundo tenente, primeiro tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel) é denominado de posto e o de praças (soldado, cabo, terceiro sargento, segundo sargento, primeiro sargento, subtenente) é denominado de graduação,

como anteriormente citados. Cada posto de oficiais corresponde a um título acadêmico, com exceção do posto de segundo tenente concedido como uma honraria aos subtenentes que completam trinta anos de serviço nessa graduação – o posto de oficial, neste caso, também chamado de “tijolão”, na gíria castrense, como já citado, enquadra-se como um título honorífico, apesar de não ser tratado oficialmente como tal. Como se vê, a categoria profissional policial militar é dividida em dois segmentos: oficiais e praças; as divisões inerentes a cada segmento geram status diferenciados com suas respectivas relações de poder – por exemplo, no segmento de praças há o ciclo de cabos e soldados, o ciclo de subtenentes e sargentos e o ciclo de praças especiais (alunos do CHO, cadetes do CFO e aspirantes a oficial). Os oficiais também se dividem em ciclos: oficiais subalternos (primeiro e segundo tenente), oficiais intermediários (capitães) e oficiais superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis). Cada ciclo, como foi dito, tem o seu status inerente. Todas essas divisões integram o conjunto da simbologia que tratamos neste capítulo. Seja qual for o curso, de carreira ou especiais, os identificados como “tijolões”, a pedagogia é a mesma, ressaltando apenas a quantidade de conteúdo para cada caso.

O poder, como já referido, se define por normas internas, mas, em alguns casos ele se estabelece também por status, especialmente no tocante às chamadas “tropas de elite”, que a própria denominação é sempre carregada de forças simbólicas. As definições de grupos estruturados logisticamente com treinamentos específicos para determinadas situações (policiamento com cães, ocorrências com refém, intervenção aérea, conflagração em favelas, capturas de fugitivos na zona rural, assalto a bancos, etc.), estabelece status diferenciados. Normalmente, os integrantes desses grupos usam uniformes diferenciados e/ou brevês identificativos de suas funções. Essas distinções, por vezes, costumam produzir atitudes egocêntricas, exibicionistas de um ou outro integrante de tais grupos e, não raro, implica em antipatia por membros de outros grupos de atuação genérica – conflitos tácitos que não costumam evoluir nem chegam a ser registrados, mas que são reconhecidos pela tropa.

Há que se considerar as exceções, porém, não se pode negar os casos de comportamentos arrogantes, posturas irônicas, sarcásticas, e até descortesia por parte de alguns policiais militares em relação a cidadãos civis; pode-se presumir com uma possibilidade razoável de acerto, que, na grande maioria das vezes, essas atitudes são movidas pelos efeitos da opressão interna – originada e mantida pela pedagogia descrita em França (2015 e 2022) – sobre os profissionais que assim agem, ressaltados os casos de

desvio de conduta por questões relacionadas a distúrbios psíquicos, como anteriormente foi citado.

Um ponto que é importante destacar é que o ideal machista sempre foi uma das características da cultura militar e, no caso da Polícia Militar, esse ideal sofreu um arrefecimento a partir do início dos anos de 1980, com a entrada de mulheres nas fileiras da corporação, como já foi citado. É fato que no início houve reações contrárias em todos os níveis hierárquicos, contudo, com o passar do tempo e por força de uma campanha interna pela aquiescência do gênero feminino na caserna, a aceitação foi crescendo e esse ideal machista, como foi dito, sofreu um decréscimo. Porém, tal sentimento não foi completamente extinto: ainda permanece com menor intensidade até os dias atuais no campo militar.

Como se pode ver, os ensinamentos (conteúdo e abordagens), as atitudes, rituais, gestos e signos que compõem a infraestrutura dos quartéis, a indumentária e as atitudes reguladas por normas internas, produzem, no espírito e no imaginário dos policiais militares, o sentimento de pertencimento a uma sociedade à parte da sociedade civil. O campo e habitus militar, nos moldes bourdieusiano, citado anteriormente, engloba uma ideologia política conservadora – mais acentuada com a conjuntura política brasileira iniciada em 2014 com ápice entre 2018-2022 – e algumas características comportamentais específicas. Algumas definições de características pertencentes às representações sociais moscovicianas, também citadas, complementam aquilo que compõe esse microuniverso.

Não obstante haver uma tendência a comportamentos pautados em atitudes polidas, educadas, de cortesia, com o público externo, durante alguns contatos sociais,³³ internamente, quase sempre, costuma prevalecer comportamentos descorteses, carregados de sarcasmos e unilateralidade por parte de alguns superiores hierárquicos. As expressões “Sim, senhor!” e “Não, senhor!” são exigências de um padrão de resposta do subordinado para a interpelação do superior, durante os contatos verbais, cujo descumprimento é passível de punição nos termos das normas internas, e compõem os ritos que norteiam as relações de poder tratadas ao longo deste capítulo. Um sinal claro da padronização de comportamentos

³³ São comuns os representantes de setores de Relações Públicas e Publicidade se comportarem de maneira teatral, com atitudes extremamente corteses com os cidadãos civis, e, internamente, agirem de forma autoritária, prepotente e rude com os subordinados. PMs contactados pelo pesquisador relataram extraoficialmente vários casos de oficiais que agiam assim, inclusive alguns que viriam a ocupar cargos elevados na cadeia de comando regional do Norte de Minas.

da pedagogia policial-militar, extensivo à pedagogia em todas as corporações militares do país.

A mística do poder se materializa nas insígnias, brevês, medalhas, apostos ao uniforme que, per se, compõe uma estética com uma conotação libidinal, citado por Reich (1974). Mas isso é apenas uma pequena parte de todo o arcabouço que dá forma, no plano concreto e abstrato, ao campo militar, notadamente ao microuniverso do nosso objeto de estudo que são os militares estaduais. O poder simbólico demarca esse ambiente como se fosse uma aura onipresente que se move por cada átomo que o compõe. Esse poder é alimentado diuturnamente por aquela liturgia, que Oliveira Júnior (2007) descreve como fator aglutinador da essência do existir desse campo, que evita “fissuras na estrutura de sentido e plausibilidade nas proposituras devidas a esse meio”.

4.5 A PM como uma “microsociedade” apartada da sociedade civil

O pensamento cristalizado, reforçado por uma educação bancária nos moldes tratados por Freire (1987), sempre foi cultuado desde tempos imemoriais na PMMG. Goffman (op.cit. p. 11) define como instituições totais, algumas instituições como manicômios, prisões e conventos, nos seguintes termos: “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. O autor fala dessa característica de isolamento da instituição total da sociedade, mas chama a atenção para a formação de grupos internos, como se pequenas comunidades internas se formassem: o que de fato acontece nos quartéis. Cria-se maior afinidade entre os policiais militares de mesmos setores: do pessoal da administração em relação ao pessoal do serviço operacional, em cada setor administrativo desenvolve-se maior afetividade entre seus funcionários (setor de RH [P1], setor de Inteligência [P2], setor de Ensino e Instrução [P3], setor de Transportes [P4], setor de Relações Públicas e Imprensa [P5], etc.); da mesma forma ocorre entre os funcionários do serviço operacional, os de radiopatrulhamento em viaturas básicas (viaturas pequenas, com dois PMs, com área geográfica de atuação de menor espaço geográfico e menor probabilidade de confronto armado com criminosos), os de táticos móveis (viaturas grandes com três ou quatro PMs, com área de atuação expandida, e portando equipamentos e

armamentos potentes para possíveis confrontos armados com criminosos), os de policiamento em bicicletas, etc. A afinidade que se cria no interior de cada grupo forma aquilo que é definido por Schuvitzki (s.d., www.conteudojuridico.com.br, acesso em 15/02/2024) como “panelinhas no serviço público” – dentro de cada subgrupo desses ainda há subdivisões (outras “panelinhas”) que costumam disputar entre si, inclusive, afeições da chefia.

Ao analisarmos as instituições totais e suas características, em Goffman, a Polícia Militar, por suas características, aparece como uma daquelas mais fechadas, com maior tendência a se isolar do resto da sociedade. “(...) toda instituição tem tendências de ‘fechamento’. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras.” Goffman (1961, p. 16).

Há um culto à ideia de que a corporação se constitui numa sociedade à parte e que o militar que não se prende a esses valores é considerado “paisanado” e, portanto, deve ser visto com certa desconfiança. A opinião de que os militares constituem uma espécie de casta em relação aos civis – internamente essa mesma ideia prevalece em relação a oficiais e praças, como se castas diferentes e uma superior à outra fossem – esse pensamento é cultuado como um diferencial. O segmento dos oficiais (chamado internamente de ciclo) já foi quase impenetrável em épocas passadas: poucos praças conseguiam ascender ao oficialato; a grande maioria dos cadetes eram sempre civis filhos de famílias influentes ou protegidos de alguma pessoa com poderes político-sociais, os chamados “pistolões” ou “figurões”. Atualmente o acesso aos cursos de formação de oficiais já não é tão difícil como antes, prevalecendo o mérito intelectual, não obstante haver quem ainda acredite e comente que, embora menos que no passado, ainda existem os “ajeitos” para alguns “protegidos”.

O processo de construção da subjetividade dos policiais militares é parte integrante da pedagogia policial-militar e, conforme já foi dito, se dá em processo contínuo. Flávia Gonçalves da Silva (2009) retrata a subjetividade como algo que se processa no espírito do indivíduo e que interrelaciona dialeticamente com a objetividade do meio em que esse indivíduo está inserido, configurando-o na sua relação com o mundo, enquanto ser individual e social:

subjetividade é entendida como aquilo que diz respeito ao indivíduo, ao psiquismo ou a sua formação, ou seja, algo que é interno, numa relação dialética com a objetividade, que se refere ao que é externo. É compreendida como processo e resultado, algo que é amplo e que constitui a singularidade de cada pessoa. (SILVA, 2009).

O processo de formação da subjetividade, como se vê, se liga diretamente à construção da identidade do indivíduo, muito embora a gênese dessa subjetividade esteja nas relações sociais desse ser, isto é, do intercâmbio entre o ambiente externo e o que se processa no íntimo dele. A subjetividade tem grande relevância na constituição do psiquismo do indivíduo, segundo a autora citada, pois torna o que é universal em singular. Convergem, neste mister, as definições da autora com as afirmações de Gonçalves (2012) no que se refere àquilo que o autor chama de “cultura institucional” de policiais militares, ou seja, o pensamento e a prática individuais absorvidas do ambiente policial-militar.

Desse modo, a subjetividade não é categoria-chave para a compreensão do psiquismo, é um processo que deve ser considerado como parte da constituição do psiquismo, porém, ele não é o psiquismo em si. Em síntese, subjetividade é o processo de tornar o que é universal singular, único, isto é, de tornar o indivíduo pertencente ao gênero humano e, por consequência, pertencente a um meio social específico.

O termo sacerdócio, citado anteriormente, é muito usado nos regulamentos da Polícia Militar para retratar e estimular a necessidade de se dedicar às questões da PM de maneira intensa, equivalente a uma devoção. Porém, esse termo se torna ainda mais apropriado para retratar a maneira de pensar, sentir e agir dos PMs desenvolvida de maneira padronizada (exceções à parte) a partir de uma pedagogia calcada em crenças próprias dessa categoria que vão se desenvolvendo no indivíduo como parte de uma cultura institucional (vide Gonçalves, 2012). Há um pensamento quase homogêneo entre os policiais militares, variando apenas de acordo com a formação de cada um em seu segmento (ciclo) hierárquico, como veremos adiante. Toda e qualquer formação policial-militar tem uma base político-ideológica que opera no formato de convencimento e o conteúdo absorvido se estabelece como crenças.

Há explicações de especialistas da área de comportamento humano para os efeitos de determinados ensinamentos na psique do indivíduo, especialmente no que se refere a posicionamento político. Segundo Suzana Valença (2020), a área do cérebro que processa um contra-argumento sobre uma ideia política é a mesma que processa aquilo que é entendido como ameaça à vida. “Basicamente, termos nossas ideias fundamentais desafiadas estressa o nosso cérebro ao extremo.” A autora fala do fenômeno conhecido como “Backfire

effect”³⁴ que consiste no indivíduo se agarrar ao máximo a suas ideias quando há falas contrárias a elas.

A base do “Backfire effect” é o chamado “Viés de confirmação”, caracterizado como um processo mental voltado para a busca de interpretar e se recordar de informações que confirmem as opiniões e visão de mundo de uma pessoa, em detrimento de outras que a questionem ou refutem. É a busca incessante do indivíduo por informações para apoiar suas ideias, crenças ou hipóteses e, conseqüentemente, o descarte de informações que podem contrariar suas posições.

O Viés de confirmação ocorre quando um indivíduo procura e usa as informações para apoiar suas próprias ideias ou crenças. Isso também significa que as informações que não apoiarem suas ideias ou crenças são desconsideradas.

O viés de confirmação geralmente ocorre quando queremos que certas ideias sejam verdadeiras. Isso leva as pessoas a pararem de coletar informações quando as evidências encontradas confirmam seus próprios pontos de vista, o que pode levar a ideias preconcebidas que não são baseadas na razão ou no conhecimento real. Os indivíduos então selecionam partes da informação que confirmam seus conceitos prévios. (SPENCER; HENEGHAN, 2018).

No século XVII já se falou nesse tipo de comportamento. Francis Bacon, em 1620, fez um registro do que consiste o que hoje é definido como Viés de confirmação, na perspectiva descrita acima.

Uma vez que o entendimento de um homem se baseia em algo (seja porque é uma crença já aceita ou porque o agrada), isso atrai tudo à sua volta para apoiar e concordar com a opinião adotada. Mesmo que um número maior de evidências contrárias seja encontrado, ele as ignora ou desconsidera, ou faz distinções sutis para rejeitá-las, preservando a autoridade imparcial de suas primeiras concepções. (BACON, 1620, Apud SPENCER; HENEGHAN, 2018).

A pedagogia policial-militar, já definida anteriormente, se estrutura em métodos que reforçam a difusão ideológica entre os discentes de que aquilo que é aprendido nesse ambiente é a pura verdade (inquestionável). A repetição constante de informações que reforçam o arcabouço ideológico dessa categoria profissional e dos rituais que sustentam

³⁴ Expressão em inglês com significado de perseverança na crença, isto é, defender uma crença mesmo havendo novas informações que a contradizem firmemente. Tais crenças, neste caso, podem até ser reforçadas quando outros tentam apresentar evidências que as desbancam, esse fenômeno é também conhecido como o efeito de “tiro pela culatra”, quando se tenta convencer alguém de uma postura equivocada e essa pessoa se apegando ainda mais a sua ideia a partir da tentativa de convencimento do contrário.

essa ideologia, constituem a base desse modelo pedagógico. Dessa forma, o aluno se torna preparado para refutar, de imediato, qualquer ideia contrária à que ele formou em torno do objeto. O “Viés de confirmação” torna-se quase um padrão no pensamento policial-militar, ou seja, são raros os casos de policiais militares que não adotam esse comportamento frequentemente – para estes, seus argumentos devem prevalecer como verdades, especialmente se se trata de uma exposição de superior a subordinado, na hierarquia militar. Esse posicionamento é reproduzido também na relação que se estabelece entre os PMs e cidadãos e cidadãs civis.

A psicóloga Silvana Frasseto (2016), especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental, defende que “padrões de pensamentos rígidos são altamente limitadores, pois refletem pessoas que não estão prontas para mudar”. A autora reforça que a rigidez, inflexibilidade, teimosia, intransigência e obstinação, costuma refletir em todos os atos da pessoa, inclusive no modo de vestir, falar, pensar, sentir e agir. Todas as ações dessa pessoa serão sempre pautadas em ideias calcadas numa inflexibilidade crônica, pertinaz, obstinada e, na maioria dos casos, obsessiva.

Maria Eliene Lima cita Maria Salute Rossi Luchetti³⁵, “o ensino castrense produz seus regulamentos visando o máximo rendimento corporativo, embasado na disciplina e na escala hierárquica, consolidando uma administração estrutural-funcionalista, com uma gestão burocrática que obedece à relação de verticalidade”. (Lima, 2018, p.100). A autora aponta o ensino militar como uma prática educativa focada na homogeneização, direcionada para “formatar e homogeneizar seus alunos em cidadãos servis, obedientes, individualistas, competitivos, patriotas, tolerantes negligentes e despolitizados como alunos perfeitos para uma sociedade perfeita”, Lima (2018, 163).

Essa educação, focada em disciplina restritiva, acaba por adestrar não só comportamentos, mas a consciência, implantando uma ideologia de obediência, servidão, ou seja, cidadãos passivos, alienados aos ditames sociais instituídos pelas classes sociais dominantes, não desenvolvendo a obrigação política da consciência coletiva em prol da luta por uma sociedade mais harmônica. (Idem, 164).

Ressalte-se, entretanto, que o “Viés de confirmação” é um fenômeno presente e visível no comportamento de todos os policiais militares, com raríssimas exceções, porém, no que se refere a abordagem de Maria Eliene Lima sobre a passividade dos indivíduos

³⁵ LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

formados para cumprir ordens no ensino militar, aplica-se com mais propriedade aos praças. Os oficiais têm uma formação focada na produção de líderes, portanto, são preparados para comandar, dominar, ditar ordens, conduzir grupamentos humanos. Há diversas táticas manipuladoras utilizadas nesse processo de condução de grupamentos humanos, dentre elas a conhecida dupla de comandante mau e subcomandante bom, ou vice-versa, Bad Guy X Good Guy – um representa o líder severo nas exigências regulamentares, que pune impiedosamente quem não cumprir rigorosamente as determinações a ele impostas, enquanto o outro representa o bom, que demonstra ser mais acessível e capaz de decisões que redundem no alívio do estresse e das insatisfações dos comandados; são ações teatrais que costumam funcionar muito bem. Outra tática muito utilizada é a do estímulo emocional emulativo com frases do tipo: “nosso pelotão é o melhor da companhia”, “nossa companhia é a melhor do batalhão”, “nosso batalhão é o melhor da corporação”, etc., para estímulo da tropa, seja numa apresentação marcial pública ou na execução das atividades de policiamento em Ações e Operações Policiais.³⁶

Por fim, o escalonamento hierárquico define a maneira de pensar de cada um dentro da tropa: cada militar pensa, sente e age de acordo com a sua formação interna. O soldado é formado para ser soldado e pensar como tal; o cabo da mesma forma. O sargento formado no CIFS (Curso Intensivo de Formação de Sargentos) tem formação para pensar como alguém que chegará à graduação de segundo sargento. O sargento formado no CFS (Curso de Formação de Sargentos para soldados aprovados em concurso e com duração de um ano) ou no CEFS (Curso Especial de Formação de Sargentos para cabos aprovados em concurso, com duração de seis meses), tem formação para pensar como um policial militar que chegará a subtenente. O tenente formado no CFO (Curso de Formação de Oficiais, curso para militares e civis possuidores de bacharelado em Direito) tem formação para pensar como alguém que chegará ao posto de coronel. O tenente formado no CHO (Curso de Habilitação a Oficial, para segundos e primeiros sargentos e subtenentes) tem formação para pensar como alguém que chegará ao posto de capitão. O tenente de posto honorífico (subtenente que ao ser transferido para a Reserva Remunerada recebe a promoção como um prêmio) é alguém que tem posto de oficial, mas sua formação é de subtenente, ou seja, é um oficial no papel, mas que, na prática, pensa como praça, como subtenente.

³⁶ Denomina-se Ações Policiais as atividades de policiamento praticadas por policiais em serviço que deparam ou são acionados para agirem, sem tempo para um planejamento com antecedência. As Operações Policiais são as atividades em que há um estudo e um planejamento prévio, definição de estratégias e táticas de emprego do pessoal, normalmente gestada no ambiente administrativo.

Outra questão que não deixa dúvidas ter origem na pedagogia policial-militar é a propensão para o suicídio entre os PMs. O tema é tabu nas corporações: é sempre evitado e até camuflado para a sociedade civil, com a relutância em se fornecer dados para estudos sobre o assunto. Nascimento (1992) destaca que oficial da PM de São Paulo e também psicólogo, Ib Martins Ribeiro, numa dissertação de mestrado, expõe que policiais militares se suicidam cinco vezes mais que a população em geral. A maioria dos casos por dificuldades para lidar com problemas pessoais.

Juliana Martins e Juliana Lemes da Cruz (2023), em estudo publicado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e no site do Instituto de Psicologia da USP, mostram que os suicídios vitimam mais os policiais militares do que confrontos armados durante o serviço e alertam para a necessidade de se prevenir que mais mortes ocorram – em números relativos há menos casos de suicídios entre policiais civis nesse estudo. As autoras falam da necessidade urgente de se monitorar a saúde mental dos profissionais de segurança pública e dar visibilidade para os dados de vitimização relacionadas a suicídios. A questão principal nestes casos é o problema da saúde mental, já que o suicídio é o desfecho de uma tragédia íntima que evolui no decorrer de um tempo e que, na maioria das vezes, poderia ser evitado com tratamento adequado. A quantidade de policiais militares e policiais civis portadores de transtornos mentais é elevada, segundo as autoras, e muitos sequer estão em tratamento porque as autoridades não dão a importância devida a tal fato.

Seja qual for o motivo de as secretarias estaduais ou de as polícias não compartilharem as informações ou não terem a prática de sistematizá-las, não falar dos números e, portanto, não dar visibilidade a eles, não protege os policiais. Pelo contrário, passa a ideia de que o problema não existe, agravando ainda mais a situação daqueles que precisam de ajuda e não sabem o que fazer. O silêncio contribui para que essas pessoas se sintam ainda mais sozinhas e inadequadas. (MARTINS & CRUZ, 2023, p. 54).

Dentre os condicionantes laborais encontrados por Martins & Cruz (2023) como originadores dos graves problemas relacionados à saúde mental dos policiais, foram listados o assédio moral na administração interna, a admissão do papel de “policial herói” e os conflitos dela decorrentes, o estresse pelo desgaste físico e mental em razão do contato continuado com situações de perigo, a cobrança institucional pelo cumprimento de metas na produção trabalho relacionado ao registro de ocorrências policiais, o endividamento pessoal, e à sensação de insegurança jurídica a são expostos. As autoras apontam o suicídio de policiais com um “silencioso adoecimento psíquico” e criticam a preocupação das instituições em camuflar informações sobre as ocorrências de autoextermínio. A fonte mais confiável sobre essas informações no Brasil atualmente é o “Boletim de Notificações de

mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de Segurança Pública no Brasil”, do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio, que trabalha com dados obtidos “através de uma coleta das informações em ocorrências registradas pelas instituições de segurança pública, compartilhadas em grupos de WhatsApp de agentes de segurança pública e notícias publicadas em jornais ou websites e notas de pesar divulgadas em sites de grande circulação e das instituições de segurança pública”. (Idem. *Ibd.*, p. 57). O trabalho é concluído com indagações sobre como as instituições policiais lidam com os problemas de saúde mental de seus integrantes:

Essas instituições policiais sabem, por exemplo, quantos policiais estão afastados por questões de saúde mental e por quanto tempo? Quando eles voltam dessas licenças, o que é feito com eles, para onde vão? Como é sua reinserção no trabalho? Ou eles são colocados de lado, deixados num canto porque ninguém sabe lidar com eles? Igualmente, sabemos quantos policiais estão afastados por hipertensão, doenças cardíacas e etc.? Temos um mapa disso? O que fazemos com essas informações? A saúde dos policiais é um assunto de interesse de todos nós. Preservar suas vidas também. Mas para que isso seja possível, as informações precisam chegar. (Idem. *Ibd.*, p. 57).

Analisar o índice de aumento de suicídio de policiais, notadamente policiais militares, que são os profissionais de segurança que atuam em contato direto com a população, não diz respeito apenas aos profissionais dessa categoria. Se considerarmos que o suicídio, via de regra, está vinculado a problemas de saúde mental que evoluem em um lapso de tempo até chegar em estágio gravíssimo, um PM que comete suicídio é um profissional que durante algum tempo esteve em contato com a sociedade, portando armas e interferindo nas ações de cidadãos civis, já acometido por transtornos mentais. Além da perda da vida humana que o suicídio desse profissional representa, há também os potenciais riscos que precedem o ato. Por se tratar de indivíduo com transtornos psíquicos graves portando equipamentos letais como armas de fogo, no exercício das suas funções, essa condição pode desencadear tragédias tanto no meio civil ou no próprio ambiente militar. A falta de atenção por parte da corporação, especialmente as descritas por Martins & Cruz (2023), leva à presunção de que há grandes possibilidades de existir, a todo momento, policiais com transtornos mentais e tendências suicidas trabalhando normalmente sem que tal condição seja conhecida.

4.6 O vínculo oficial como Força Auxiliar do Exército

A então Força Pública de Minas Gerais chegou a ser apelidada de “Exército Mineiro”, porém, após sua participação na Revolução de 1932, teve recolhido todo o seu armamento pesado e, por decreto do presidente do Estado de Minas Gerais, em 1933, passou a ser

considerada Força Auxiliar do Exército Brasileiro. Essa condição foi estendida a todas as PMs na Constituição Federal de 1934, assim como nas Constituições Federais de 1937, 1946, 1967 e 1988 – essas instituições perderam, então, a condição de “Exércitos Estaduais”.

Durante o Regime Militar no Brasil eram comuns aos generais comandantes de Regiões Militares fazerem inspeções programadas, periodicamente às sedes de batalhões existentes em suas circunscrições. Os batalhões do interior de Minas Gerais eram inspecionados pelo comandante da 4ª Região Militar sediada em Uberlândia. Viajava com o general uma comitiva de oficiais e todos recebiam diárias de viagem. Essas inspeções eram precedidas de intensa agitação nos quartéis a serem inspecionados, preparação de documentação, limpeza das instalações, pinturas, podas de árvores, etc.

Essas inspeções tinham um controle federal, através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM) que não só mantinham o controle político das PMs e Corpo de Bombeiros Militares, como interferia, inclusive, na nomeação dos comandantes gerais das corporações pelos governadores de Estados. A partir da Constituição Federal de 1988 acabaram as atividades da IGPM. Atualmente, em tempo de paz, o Exército Brasileiro controla apenas o armamento das corporações policiais militares e armamento particular dos PMs.

Por ocasião da Greve da PMMG e de mais treze corporações que aderiram ao movimento, oficiais do Exército Brasileiro manifestaram repúdio aos movimentos sob a alegação de que greves de militares são proibidas por lei, além de não serem adequadas à postura militar. Acredita-se que essa é uma das razões pelas quais muitos oficiais das PMs, especialmente da PMMG, continuaram perseguindo as lideranças do movimento, mesmo depois de tudo resolvido e eles, os próprios perseguidores, terem sido beneficiados com melhorias salariais e de trabalho em virtude da greve.

4.7 Repúdio à proposta de desmilitarização da instituição

As primeiras propostas de desmilitarização das Polícias Militares começaram a aparecer em meados dos anos de 1980. Foram várias: deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), deputado Hélio Bicudo (PT-SP), dentre outros. A proposta da maioria previa unificação das Polícias Civis com as Militares em uma única instituição civil (eram o caso das apresentadas por Zulaiê Cobra e Hélio Bicudo). Desde o

surgimento das primeiras delas a PMMG investiu em fortes campanhas internas para alimentar o ideal de se manter a corporação militarizada: os pontos principais eram voltados para convencer a tropa como um todo das vantagens de se manter militarizada, especialmente em relação ao Colégio Tiradentes e o IPSM (sistema de previdência específico da PMMG); as campanhas insistiam em afirmar que se desmilitarizada acabar-se-ia o Colégio Tiradentes e que o atendimento de saúde dos PMs passaria para o IPSEMG. Para reforçar a campanha eram destacadas as deficiências das escolas públicas estaduais civis e do péssimo atendimento aos sócios do IPSEMG.

Na época da campanha contra as propostas de desmilitarização, os deputados Hélio Bicudo e Zulaiê Cobra eram tachados de “inimigos da Polícia Militar”. Muitos praças, especialmente cabos e soldados se manifestavam a favor da desmilitarização por essa época, conforme relatos de PMs veteranos. Essa posição seguiu assim pelos anos que se seguiram, mesmo com o arrefecimento das propostas que nunca foram levadas a plenário em nenhuma das Casas Legislativas.

Com o surgimento do fenômeno denominado de “bolsonarismo” é possível perceber uma mudança radical no pensamento dos policiais militares em relação à proposta de desmilitarização: a maioria absoluta da tropa atualmente defende, peremptoriamente, a manutenção da dinâmica militar da corporação. Inclusive os cabos e soldados que constituíam um número significativo a favor da desmilitarização, mudaram de posição e, a julgar pela época em que começam a surgir essas posições e por coincidir com a defesa destes às posições defendidas por Jair Bolsonaro, fica claro que toda a mudança se deu pela influência do fenômeno citado.

4.8 Proposta de criação do posto de general nas PMs

Em agosto de 2019, o então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, criou o posto de general “honorífico” para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro. O Ministério da Defesa reagiu, considerando o decreto inconstitucional e acionou a Advocacia-Geral da União (AGU), o que levou Witzel a recuar e anular o decreto.

O deputado federal Capitão Augusto, do PL de São Paulo, em 2021 entrou com um projeto de criação da Lei Orgânica das Polícias Militares que, dentre outras coisas, prevê a criação do posto de general para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, e ainda a função de comando das corporações através de mandato eletivo com dois anos de duração. O projeto ainda está em tramitação e tinha pleno apoio do então presidente Jair Bolsonaro. O general Santos Cruz, ex-secretário de governo de Bolsonaro, juntamente com outros generais se manifestaram contrários, o que levou o então presidente a não mais falar no assunto.

Na prática, o projeto cria uma autonomia das Polícias Militares, tirando-lhes o vínculo com os governadores estaduais e isso assusta as Forças Armadas, especialmente ao Exército, de quem as PMs são Forças Auxiliares e ganharam essa condição após a Revolução de 1932, quando algumas, especialmente a de Minas Gerais, se revelaram verdadeiros exércitos estaduais no enfrentamento a tropas do Exército Brasileiro (Nacional).

Analistas políticos veem a proposta de criação do posto de general para as PMs e de independência delas em relação ao poder executivo estadual, como um aceno golpista do então governo Bolsonaro, já que este tinha plena consciência da alta adesão das PMs àquele governo. Essa adesão é um fenômeno já citado anteriormente e definido como “bolsonarização das PMs”, conforme Freixo (2020), Valfré (2021) e Vidal (2023).



Imagem disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/09/30/aluno-soldado-que-denunciou-maus-tratos-para-desistir-de-treinamento-da-pm-no-ac-consegue-liminar-para-voltar-a-curso.ghtml>. Acesso em 30/11/2023.³⁷

³⁷ Imagem meramente ilustrativa, usada neste trabalho por expor uma cena comum nas instruções com alunos policiais militares para causar desconforto no(a) aluno(a), teoricamente para prepará-lo(a) para o suposto “enfrentamento à psicofadiga”. Foi publicada pelo Portal G1-Globo/Acre em matéria referente a uma decisão judicial daquele Estado de reintegração de um aluno soldado da PMAC que alegou ter sofrido maus-tratos durante uma instrução e de ter sido obrigado a assinar sua desistência do curso quando estava semiconsciente em virtude de mal-estar decorrente de exercícios extenuantes e exposição demorada sob o sol sem nenhuma proteção. O fato ocorreu em setembro de 2021.

CAPÍTULO 5

MUDANÇAS NA CORPORAÇÃO DA PMMG

A PMMG passou por sucessivas mudanças ao longo da sua trajetória histórica: algumas delas já citadas anteriormente. É parte de uma exigência do processo histórico envolvendo toda a sociedade brasileira. Algumas dessas mudanças ocorreram paulatinamente e outras de forma abrupta: por se tratar de uma instituição conservadora, a grande maioria das mudanças ocorridas enfrentaram resistências, ostensivas ou veladas, até que fossem de fato incorporadas como parte do cotidiano dos policiais militares e se tornasse, portanto, parte da cultura institucional.

5.1 O ingresso das mulheres na PMMG

O primeiro registro de policiais femininas no Brasil data de 1955, com a criação do Corpo de Policiais Femininos de São Paulo. Era um grupamento da Guarda Civil, porque até então as Polícias Militares ainda não eram as responsáveis de fato pelo policiamento ostensivo, o que só ocorreria com as mudanças na legislação que as regula, em 1969 (Decreto-Lei nº 667 de 02/07/1969). Com a reorganização das PMs as Guardas Civis foram desativadas (muitos integrantes destas foram incorporados às Polícias Militares ou às Polícias Civis em cargos de níveis aos que ocupavam nas instituições civis extintas). O Corpo de Policiais Femininos de São Paulo foi desativado após a desativação das Guardas Civis.

A Polícia Militar do Paraná foi a primeira a adotar policiais femininos no ano de 1977. Na PMMG a primeira turma foi de 112 mulheres que ingressaram diretamente no Curso de Formação de Sargentos Femininos em 1981, Campos & Oliveira (2021, p. 85). Essa primeira turma passou a integrar a Companhia de Polícia Feminina também criada na quele ano. Posteriormente, abriram-se inscrições para Cursos de Formação de Soldados Femininos. Em Montes Claros a primeira turma de soldados femininos ocorreu em 1986, Campos & Oliveira (id.ibd.).

A criação da Companhia de Polícia Feminina, surgiu para diversificar e engrandecer a Corporação bem como para torná-la mais versátil no sentido de suprir algumas limitações do policiamento como a necessidade de atuar em ambientes onde só era permitida a entrada de mulheres ou em locais com grande fluxo de crianças, mulheres e idosos (feiras, escolas, parques, etc). Pode-se inferir, nesse caso, que a

utilização do policiamento feminino teve um carácter estratégico no sentido de transformar a percepção que a população tinha acerca da PMMG. (<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/externo/pagina/9287/url.31/10/2023>).

Anos depois foram extintos os cursos de formação específicos de policiais femininos e as mulheres passaram a fazer os cursos de formação de soldados, cabos, sargentos e oficiais juntamente com os homens, isto é, cada curso passou a ter um percentual de vagas destinadas exclusivamente a policiais femininos.

Um fato dá a dimensão do quão delicado era lidar com a presença das primeiras mulheres na PMMG. O entrevistado E, desta pesquisa, falou de que havia muito preconceito contra o ingresso de mulheres na corporação e que chegou a ouvir falar da existência de casos de assédio sexual, na época do ingresso delas no batalhão de Montes Claros, mas que nunca presenciou nem teve a confirmação de algum desses supostos casos. Lembra apenas que, durante o curso de formação, durante instruções militares de acampamento executadas numa área rural, alguns sargentos e oficiais, durante um momento de descontração na instrução, se deixaram fotografar ao lado das alunas; que, pelo que sabe, não houve nada além do normal: alunas e instrutores apenas posaram para as fotos em conjunto, sem qualquer insinuação de intimidades entre eles. Era apenas o registro do momento. O fato, entretanto, resultou em uma sindicância, houve a apreensão das fotografias com as alunas e punição de todos que posaram para as fotos naquelas condições, alunas e instrutores – soube também que as fotografias apreendidas não foram devolvidas. Há também registro da desvalorização da presença feminina no meio policial militar:

(...) o ambiente policial militar, por ser historicamente dominado pelo sexo masculino, tende a privilegiá-lo, sendo que as relações de dominação e poder apresentam maior relevo e a figura feminina é “relegada a um plano inferior”. A desvalorização do trabalho da mulher dentro do universo policial militar tem por característica ressaltar a “divisão sexual do gênero” (...), pois, relega a ela um papel secundário, o que dá uma conotação de inferiorização e fragilização do trabalho feminino. (Campos & Oliveira, 2021, p. 85).

5.2 Inovações no ensino e na organização interna em 1912, 1969 e após a Greve da corporação em 1997.

A organização através de um Estado-Maior (conselho de oficiais que assessoram o comandante de uma tropa), apareceu pela primeira vez com o Exército Prussiano no século

XVIII, no reinado do Imperador Francisco II, e o objetivo, desde o início, era alcançar “a eficiência do exército pela reestruturação organizacional militar” (Apostila da disciplina “Administração e Logística” do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais³⁸, 2000, p. 5). Essa abordagem confirma a referência que fizemos a Silva (2019) sobre esse formato de organização e administração militar no Capítulo 3. Esse ideal de eficiência sempre foi parte da filosofia da PMMG, especialmente depois da vinda do suíço Robert Drexler, como já tratamos.

Como citado no item anterior, o ingresso das mulheres na PMMG foi um marco na sua História, não obstante as resistências encontradas – muitas dessas resistências até hoje, 42 anos depois, ainda persistem. A metodologia de ensino, isto é, a base da pedagogia policial-militar passou por algumas mudanças em virtude desse acontecimento. Campos & Oliveira (2021, p. 87) frisa a interferência da administração da PM na vida pessoal das policiais femininas, “(...) vida pessoal e profissional na PM se misturam, pois, até a permissão para casar tinha que ser solicitada ao comandante pelas policiais”. O fato, porém, que os autores não citam, é que essa exigência sempre se estendeu a todos os policiais militares, com a ressalva de que os oficiais comunicam através de documento escrito o casamento, citando data e local, e praças fazem o mesmo documento, porém, não apenas comunicam, como no caso do oficial: praças solicitam e aguardam autorização para tal. Também faltou citar que, no caso de Montes Claros, logo após o curso de formação delas houve a demissão de uma soldado por ter se engravidado sem estar devidamente casada. Os autores destacam no final do texto a carência de um estudo e preparação para o ingresso das mulheres na corporação, o que, evidentemente, acabou por gerar alguns conflitos.

Nas instituições militares, mais precisamente em Minas Gerais, a inserção da mulher na atividade laboral, sem nenhum estudo anterior sobre a estrutura dos quartéis para receber, acentua a dificuldade de assimilação dos profissionais e de todo o sistema que ela foi incorporada. Tais dificuldades agravam o sentimento de superioridade de alguns militares masculinos em relação ao tratamento para com as recém-chegadas, gerando o conflito e atrito entre os pares e até superiores. (CAMPOS & OLIVEIRA, 2021, p. 91).

A historiografia oficial mostra uma evolução técnica e tecnológica da corporação ao longo dos tempos. Até chegar à configuração atual que tem por base a reestruturação das Polícias Militares em 1969, durante o Regime Militar no Brasil, quando foram definidas a missão e as características específicas dessas corporações. Essa evolução, entretanto, se

³⁸ Curso de especialização de capitães para serem promovidos a maiores.

analisada a partir da perspectiva de Giddens (1991), não ocorreu dentro de um processo de mudanças paulatinas, mas por rupturas, especialmente por duas grandes rupturas: em 1969, como já foi citado, (Decreto 667, de 02/02/1969), e no pós-greve dos praças em 1997.³⁹ Giddens descarta a visão continuísta da história da humanidade e considera que o que se denomina de processo evolutivo é, na verdade, o resultado de transformações que se deram por saltos, sem uma sequência lógica; por rupturas, transformações revolucionárias e não transformações evolutivas. Se analisarmos a história da Polícia Militar de Minas Gerais, a mais antiga do país, pela origem anteriormente descrita, ver-se-á que sua trajetória se dá tal qual a leitura giddensiana da história da humanidade (Giddens, op.cit.): avanços e recuos abruptos.

Uma observação mais atenta das mudanças na PMMG leva à percepção de que a ação da corporação junto à sociedade mineira, obedece, ainda que em caráter precário, à sequência de mudanças que, no geral, a sociedade civil tem passado e que são entendidas como parte de um processo evolutivo, especialmente no que tange às exigências de escolaridade para o mercado de trabalho. Isto é, quando o mercado de trabalho aumenta as exigências de escolaridade para a admissão de trabalhadores, a corporação se vê obrigada a investir mais no nível intelectual dos seus integrantes, a começar por exigir um nível de escolaridade mais elevado, ou específico, para o ingresso de policiais novatos, seja como soldados ou como oficiais – houve um período que para o ingresso de candidato a soldado não se exigia escolaridade, bastava intrepidez para enfrentar situações de risco; depois passou a exigir que se soubesse pelo menos escrever o próprio nome; a partir de 1969 passou a exigir que o candidato ao concurso de soldado tivesse concluído a quarta série primária (equivalente ao quarto ano do ensino fundamental atual); posteriormente passou a exigir a conclusão da oitava série do primeiro grau (ensino fundamental completo); depois passou a exigir o segundo grau completo (ensino médio completo); e, na última década, passou a exigir qualquer curso de terceiro grau para ingressar no curso destinado à formação de soldado e curso de bacharelado em Ciências Jurídicas (Direito) para se ingressar no curso de formação de oficiais. Essa mudança em relação à exigência de formação universitária para o ingresso na corporação, muito embora tenha sido uma decisão oficializada treze anos depois da greve

³⁹ A Greve dos praças da PMMG, em 1997, gerou intensa perseguição às lideranças pelos oficiais que, mesmo sendo beneficiados pelo Movimento – os oficiais também foram beneficiados pelas melhorias salariais e das condições de serviço decorrentes da greve –, agiam como se tivessem sido desrespeitados pelos grevistas: houve casos de oficiais que passaram a tratar os líderes do Movimento como se fossem inimigos pessoais. Essa questão será abordada no item referente à “fratura narcísica” que a greve provocou nos oficiais.

de praças, com mais cinco anos de carência para ser colocada em prática, está intimamente relacionada com as demais mudanças impulsionadas pelo Movimento Grevista, conforme Figueiredo (2023).

Um fato que merece atenção e registro, no que se refere à exigência de formação universitária, é que a Lei de Diretrizes de Base – LDB nº 9.394, de 20/12/1996, estabelece em seu artigo 44, inciso I, a criação dos “cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência” que, com tal redação, permite a criação de uma espécie de “ensino supletivo universitário”. Com base nessa Lei, após a PMMG adotar a exigência de formação universitária para o ingresso de candidatos ao curso de formação de soldados (Curso Técnico de Segurança Pública - CTSP – essa denominação também é decorrente das mudanças pós-greve, conforme Figueiredo [Id.ibd.]: antes era Curso de Formação de Soldados - CFSd), surgiram escolas particulares especializadas em oferecer cursos preparatórios para o ingresso na PM, de duração de 3 (três) meses, que habilitam o aluno, concedendo-lhe um certificado de conclusão de curso, para concorrer às vagas do Edital do Concurso. Uma escola que oferece um destes em Montes Claros, denominado de “Curso Superior Sequencial em Gestão de Segurança Pública e Privada”, com nove horas/aulas presenciais semanais e duração de três meses, foi contactada pelo pesquisador, que se identificou como pretendo candidato a ingresso na PMMG, após receber um folheto informativo sobre o dito curso, e a ele foram confirmadas essas informações. Da grade curricular do curso sequencial referido constam noções das disciplinas exigidas nas provas do concurso da PMMG: Língua Portuguesa, Literatura, Noções de Língua Inglesa, Noções de Direito e Direitos Humanos e Raciocínio Lógico-Matemático. Muitas das escolas que oferecem esses cursos utilizam nomes extremamente criativos, numa clara jogada de marketing, como por exemplo a escola contactada pelo pesquisador: “Academia de Preparo para Ingresso na PMMG”, situada no centro de Monte Claros; a empresa distribui panfletos em forma de cartas ilustradas com faixas nas cores da PMMG e fotos de viaturas e de cursos da corporação, em marca d’água.

Sob o ponto de vista legal, esses cursos preparatórios intensivos são regulares. Contudo, o que indubitavelmente é questionável é a possibilidade de se formar uma pessoa em nível universitário no tempo indicado – é humanamente impossível uma formação universitária no prazo de três meses; é verdade que há aqueles cursos que preveem a formação em período maior, mas alguns, criados especialmente para preparação para o ingresso na PMMG, mormente o oferecido pela entidade citada, dentre outras, preveem a formação e diplomação em um trimestre. Ao que parece há interesses

econômicos/financeiros por trás do oferecimento desses cursos e, ao mesmo tempo, há uma carência de maior rigor na exigência de formação universitária para o ingresso na corporação, no curso de formação de soldado. É óbvio que durante o concurso há muitos concorrentes formados em cursos universitários regulares que, eventualmente, podem ser aprovados, contudo não se descarta a possibilidade de aprovação de pessoas formadas nos tais cursos sequenciais, no formato citado, isto é, concluído em tempo record – assim, é possível avaliar que, nesse mister, há uma grande probabilidade de se incluir nas fileiras da corporação pessoas que, embora diplomadas como possuidoras de curso universitários, via de regra, possam ter formação não condizente com a exigência oficial para ingresso.

Outra mudança recente observada na corporação é o investimento em tecnologia e técnicas mais modernas de estabelecer contatos com os cidadãos, seja nas relações de cortesia a pessoas insuspeitas ou na abordagem a pessoas suspeitas de atos ilegais, conforme os preceitos estabelecidos pelas normas internas, em especial no que concerne ao conceito de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos, tornou-se uma marca difundida da corporação. Todavia, não obstante essas práticas, percebe-se que a quase totalidade dos PMs é resistente à ideia de agir com cortesia com todas as pessoas; os resistentes insistem em dispensar tratamento diferenciado ao lidar com moradores de bairros de periferia e de bairros centrais e expressam uma visão de que os Direitos Humanos são um mecanismo destinado a proteger criminosos.

Soares (2017), descreve uma situação bastante ilustrativa em relação à atuação da PM de São Paulo, em uma matéria jornalística na qual reproduz entrevista do comandante da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, do Primeiro Batalhão de Policiamento de Choque Tobias de Aguiar da PMSP. O comandante da ROTA, segundo publicou Soares, afirmou que o tratamento a pessoas de ambientes sociais diferentes necessariamente tem que ser diferente: em tese o tratamento tem que ser ríspido na periferia, para que o policial seja temido e respeitado naquele ambiente, e cortês com os moradores dos bairros centrais, para que igualmente seja respeitado nessas áreas. A principal crítica a esse posicionamento é de que tal postura tem um viés psicossocial que nada tem a ver a segurança pública propriamente dita: um raciocínio que, teoricamente, mostra uma instituição a serviço de uma classe e não da população como um todo.

O que se evidencia na fala do comandante da ROTA é aquilo que vem sendo tratado desde o início deste trabalho, sobre a origem e a finalidade das instituições policiais militares

desde o período colonial até os dias atuais. No período colonial o foco era a proteção dos interesses da Coroa Portuguesa: o ouro aqui extraído, seus bens e as pessoas que a representavam na Colônia, os senhores de escravos – vistos como o motor da economia local –, ou seja, as elites. Na Primeira República as corporações policiais militares atuavam como “Exércitos Estaduais” a serviço dos interesses das mesmas elites que migraram do escravismo para um novo modo de produção e, conseqüentemente, estabeleceu o formato de gestão política que ficaria conhecido como “coronelismo”. Após a Revolução de 1930, com a posse de Getúlio Vargas, as Polícias Militares perderam a condição e status de “Exércitos Estaduais” para se tornarem forças auxiliares do Exército Brasileiro; essa nova condição provocaria mudanças internas na corporação, mas, em termos práticos, não mudaria sua ação junto à sociedade civil: ainda continuaria como o braço armado do Estado a serviço dos interesses das elites.

Um PM veterano, em uma roda de conversa que o pesquisador participava, comentou que quando estava no curso de soldado no ano de 1976, pleno Regime Militar, a sua turma ficou uma semana afastada das aulas e trabalhando próximo ao Parque de Exposições Agropecuárias, em Montes Claros, descarregando vagões da Rede Ferroviária Federal com ração para gado, para os grandes fazendeiros do município. A pesquisa chegou ao Boletim Informativo da PMMG (nº 12/1976) que noticia a participação da PM no transporte de 480 toneladas de torta de algodão e farelo de Birigui-SP até Montes Claros-MG, numa primeira etapa e 4.200 toneladas de milho de Cidades de Goiás para Araguari-MG, em valores superiores a um milhão de cruzeiros, na época, para distribuição aos criadores de gado de corte.

O custo da segunda operação subiu a um milhão, setecentos e sessenta e cinco mil cruzeiros. A PM, para atender às operações, colocou suas viaturas à disposição, com capacidade de transporte de aproximadamente 116 toneladas além dos veículos leves para transporte de pessoal. (Boletim Informativo da PMMG nº 12/76, p.10).

No momento atual, com todas as mudanças, mormente as do campo das tecnologias, a corporação se tornou mais exposta a críticas da sociedade, especialmente com o advento das mídias sociais. Isso provoca um arrefecimento na atuação ostensiva desses profissionais na defesa dos interesses das elites: Há um certo cuidado nas ações, muito embora o foco permaneça o mesmo. Outra questão que tem contribuído para tal arrefecimento na atuação ostensiva é o fato do crescimento de interesses de policiais militares por candidaturas a

cargos eletivos, surgido a partir da Constituição Federal de 1988 e ampliado com o Movimento Grevista dos praças da PMMG de 1997. Assim, apesar das grandes mudanças estruturais e mais discretas na forma de agir, não há como negar que o papel das PMs ainda é o de ser um braço armado do Estado para garantir os privilégios das classes dominantes.

Outra questão que também é inegável é o racismo estrutural que, via de regra, acompanha o trabalho policial. Pessoas negras que claramente não ostentarem sinais de que se tratam de pessoas classificadas como “importantes”, detentoras de status social que lhes conferem prestígio na sociedade, tendem a receber um tratamento no mesmo nível que são tratados os moradores de periferia definidos como delinquentes. O negro que não aparentar, pelos seus trajes e postura, ser alguém de projeção social, na grande maioria das vezes, é tratado de forma ríspida, descortês, próprias do tratamento dispensado a suspeitos de crimes. Outro preconceito comum entre policiais é em relação a pessoas que já tiveram algum envolvimento com a lei penal na condição de réu. Uma simples resposta afirmativa para a pergunta, “você tem passagem?”, com significado de “você já foi preso alguma vez?”, de um policial a um morador de periferia, define o conceito que esse policial terá do seu interlocutor, independente das condições em que tenha ocorrido a prisão, se ele foi inocentado posteriormente, ou ainda se ele foi condenado e cumpriu a pena imposta: será considerado sempre aos olhos dos policiais como um delinquente.

Outra consequência da Greve da PMMG foi que o movimento influenciou, numa espécie de efeito dominó, greves em corporações policiais militares em treze Estados da federação – seriam catorze se o governo de Santa Catarina não tivesse se antecipado aos fatos e concedido reajuste salarial ao primeiro sinal de descontentamento da tropa estadual, Figueiredo (2023). Isso geraria uma nova consequência que seria implementada em 2004, já no governo do Partido dos Trabalhadores, mas que era uma proposta antiga dos conservadores para se evitar que greves de PMs funcionassem em seus respectivos Estados: A Força Nacional, dentre outras funções, tem a finalidade (não admitida oficialmente) de assumir o policiamento de capitais e grandes cidades, caso as PMs entrem em greve, haja vista que o Decreto nº 5.289 (de 29 de novembro de 2004) que estabelece a criação da Força Nacional, em seu artigo 4º dispõe que os governadores de Estados podem solicitar o seu emprego em seus Estados se julgarem necessário. A redação desse artigo foi alterada no Decreto nº 7.957 (de 12 de março de 2013), porém, apenas acrescentou os Ministros de Estado como autoridades que também podem solicitar o emprego da instituição.

Art. 4º - A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado ou do Distrito Federal. (DECRETO nº 5.289, de 29 de novembro de 2004).

Art. 4 - A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado. (Nova redação dada pelo DECRETO nº 7.957, de 12 de março de 2013).

No primeiro governo do PT as PMs de todo país adotaram posturas supostamente progressistas – umas corporações foram mais resistentes a inovações do que outras – promovendo o incremento de atividades como as do programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), foram implementados de cursos de Policiamento Comunitário e a criação dos chamados CONSEPs (Conselhos Comunitários de Segurança Pública), bem como cursos de Direitos Humanos, promovidos ou apoiados pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Foi nesse contexto que Ricardo Brisolla Balestreri viajou pelo país promovendo cursos de Direitos Humanos, baseados em suas obras, Balestreri (2001 e 2002), que eram distribuídas gratuitamente aos participantes. As obras foram escritas especialmente para policiais, abordando temas como a violência e Direitos Humanos, de forma didática, numa clara atitude de busca por mudanças de paradigmas; à primeira vista os textos do autor para defender uma postura conservadora diante dos temas abordados, porém, no decorrer da obra fica claro que é uma estratégia de se estabelecer inicialmente uma identidade para depois levar o leitor à reflexão.

Esse trabalho da SENASP funcionou bem durante os dois primeiros mandatos do governo do PT. No terceiro mandato houve uma dispersão dessas atividades e, não se sabe se isso influenciou uma onda conservadora no pensamento dos PMs ou se a falta de investimento em tais atividades redundou no reforço do ideal conservador, o fato é que por volta do final de 2013, especialmente quando ocorrem as manifestações populares nas ruas do país, e durante o ano de 2014, os integrantes da PMMG, notadamente praças inativos, começam a se posicionar nas redes sociais em favor de uma postura ultraconservadora dos dirigentes da nação. O ápice disso tudo ocorre no pós-eleição quando o Congresso Nacional se uniu contra o governo federal, incentivado pelo candidato derrotado Aécio Neves, quando surgem as chamadas pautas-bombas e outras ações para desgastar o governo do PT; nesse contexto, os PMs começaram a reagir contra o governo e seus apoiadores e passam a manifestar apoio às ideias do então deputado Jair Messias Bolsonaro que, indubitavelmente, já se preparava a candidatura à presidência da República em 2018. No meio dessa trajetória,

surge o *impeachment* de Dilma Rousseff que reforça ainda mais a retomada do “conservadorismo descortês e hostil” – vide Figueiredo (2020) – em grande parte da população, mas, em especial nos PMs.

5.3 A Greve da PM e a fratura narcísica dos oficiais

A Greve dos Praças da PMMG, em 1997, provocou uma fratura narcísica nos oficiais e forçou uma série de mudanças na corporação, como já citamos. A expressão fratura narcísica aqui tratada, aflui na direção da definição de Pereira (2016), como o sentimento de frustração, de castração e neurose, diante da perda que o indivíduo tem de suas expectativas; numa análise convergente, Rubini (2020) fala das feridas do ego, da sensação de perda do domínio de si e do mundo ao seu redor. Essas duas abordagens, a primeira do ponto de vista da Psicanálise e a segunda do ponto de vista da Psicologia Analítica, dão uma dimensão do envolvimento dos oficiais da PMMG na questão relativa à perda de poder por ocasião da greve dos praças; os oficiais que tradicionalmente sempre tiveram total controle de toda a tropa, de repente, viram-se perdendo grande parte desse poder e tiveram que se submeter a negociações com os amotinados para não perderem de vez o controle da situação, Figueiredo (2023, p.79).

O exemplo da greve foi seguido por mais treze Polícias Militares de outros Estados; a corporação do Estado de Santa Catarina teria sido o décimo quarto se o governador não tivesse se antecipado aos fatos e concedido um reajuste salarial à tropa. Oficiais, em função de comando ou não, sentiram-se desafiados pelos praças – o que é impensável no campo militar – e, acabaram sendo obrigados a fazerem concessões para não perderem o controle da tropa por completo; isso teve um efeito semelhante a um rasgo (ou fratura) no ego de cada um, com raríssimas exceções.

A transgressão disciplinar é geralmente prevista como os atos contrários à boa ordem ou aos regulamentos militares, não previstos como crime nas leis penais. Crime militar é, pois, a violação do dever militar, definida e prevista na Legislação Penal Militar. Questionou-se, a partir desses princípios, a aplicação da pena administrativa capital (exclusão disciplinar) a mais de uma centena de policiais militares. Alegou-se, à época, que tais exclusões eram atos de discriminação, perseguição e vingança de oficiais administradores. (ALMEIDA, 2010, p. 34).

As mudanças decorrentes do movimento e a implementação de políticas públicas a partir de 2003 possibilitaram um investimento na implementação de programas como o PROERD – Programa Educacional de Combate às Drogas e à Violência, Policiamento Comunitário e vários cursos de Direitos Humanos e outros, pela SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública. Esses programas já existiam, mas tiveram uma atenção especial a partir de então. Isso ocorreu até por volta do ano de 2014, quando se iniciou uma campanha de desconstrução desse arcabouço institucional, com uma campanha de estímulo do uso excessivo da força que foi se agravando até 2022, quando aparentemente sofreu um leve arrefecimento.

Para entendermos a dimensão do que aqui tratamos por “fratura narcísica dos oficiais”⁴⁰, apresentamos uma situação que destaca características das relações entre praças e oficiais nos quartéis. Há nos quartéis do Exército uma anedota que costuma circular entre praças: “a diferença entre um coronel e um general é que o coronel acha (sic) que é Deus, e o general não acha, ele tem certeza de que é o próprio Deus”. Essa anedota foi adaptada para as Polícias Militares, porém, como nestas corporações não há o posto de general, os personagens utilizados são os tenentes-coronéis e os coronéis. Ela demonstra duas questões específicas: 1) o autoritarismo, a tirania, a opressão, são tão intensos quanto maior for o poder de mando do indivíduo dentro do escalonamento hierárquico; 2) há um conflito velado dos dois segmentos internos, entre praças e oficiais.

Nesse ambiente de opressão intensa, com frequência ressaltam, por parte de quem detém o poder de mando, sinais de egocentrismo, exibicionismo, vaidade, narcisismo, necessidade de se impor ao outro, aquilo que Reich (1995) denomina de “couraça narcísica”. Há situações que, à luz das normas internas, poderiam caracterizar desvio de condutas dos “superiores hierárquicos” ou, mais, à luz da legislação brasileira, poderiam ser identificados indícios de assédio moral em muitos casos; porém, há uma tendência de que as ocorrências envolvendo atitudes de prepotência, arrogância – expressas muitas vezes mediante ameaças de punição, incluindo transferências para regiões distantes, ou simplesmente através de deboches, apelidos humilhantes, etc. –, quase sempre são aceitas como se situações normais fossem. Eis a cumplicidade entre as partes envolvidas, o que se constitui na base do poder simbólico abordado por Bourdieu (1989).

⁴⁰ Feud usa a expressão “ferida narcísica” para se referir ao abalo sofrido no orgulho, impacto na imagem criada de si mesmo. Essa expressão, como vimos, também foi adotada por Rubini (2020). Optamos por usar o termo “fratura” ao invés de “ferida” por entendermos que o primeiro expressa melhor o quão impactante foi para os oficiais se verem desafiados pela greve dos praças.

Historicamente, o oficialato sempre foi tratado como uma nata, uma elite, uma casta de difícil acesso. O curso de formação de oficiais é visto no interior dos quartéis como sinônimo da melhor escola que existe. Já houve casos em que a decisão de um oficial jovem foi questionada por um praça veterano⁴¹ que alegou já ter vivenciado tal situação, e o oficial lhe dizer: “experiência nem sempre é sinônimo de conhecimento porque o indivíduo pode ter passado a vida inteira repetindo a forma errada de fazer”. Percebe-se claramente um estímulo narcisista aos oficiais, desde a sua formação, à cultura cotidiana dos quartéis; via de regra, são indivíduos que se supervalorizam, têm dificuldades para demonstrar empatia, especialmente com subordinados, e para lidar com qualquer tipo de contrariedade que venha dos subordinados. Na perspectiva freudiana são pessoas que colocam a própria imagem e a si próprio acima de qualquer outra coisa, tal qual a lenda de Narciso: “(...) segundo a lenda grega, era um jovem que preferia sua própria imagem a qualquer outra, e foi transformado na bela flor do mesmo nome” (Freud, 1996a, p. 106).

Como citado em Almeida (2010, 34), a quebra da disciplina levou a tomadas de decisões dos comandantes contra as lideranças do movimento, que deram origem a questionamentos na Justiça pelos policiais militares que se sentiram vítimas vingança dos oficiais sob a forma de perseguições administrativas. Essa pompa narcísica do oficialato da PMMG foi fraturada em 1997 quando os praças se insurgiram contra uma decisão do então governador Eduardo Azeredo, amparada na proposta do comandante geral – o comando central da PM em Belo Horizonte – de se conceder um reajuste salarial apenas aos oficiais e que os oficiais controlariam qualquer insatisfação da tropa. Tentaram manter o reajuste em sigilo, mas a informação vazou. Conforme Figueiredo (2023), houve paralisação em Belo Horizonte e em algumas cidades do interior, especialmente Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba e Governador Valadares. Em Belo Horizonte ocorreu um tiroteio, que nunca foi totalmente esclarecido, que resultou no ferimento fatal à bala de um dos líderes do movimento, o cabo Valério de Souza; o cabo ajudava a controlar a manifestação defronte ao quartel do comando geral, na Praça da Liberdade. A morte foi confirmada três dias depois pelos médicos, depois de uma internação e frequentes boletins médicos falando sobre o estado de saúde estável do paciente. A suspeita é de que ele tenha tido morte instantânea e corpo foi escondido do público e que usaram boletins médicos falsos como se o cabo estivesse vivo, enquanto o governo buscava uma solução para o impasse – isso porque a

⁴¹ Veterano aqui está com o sentido de profissional antigo. Atualmente são chamados de veteranos os Policiais Militares inativos, aposentados: o termo atual refere-se à categoria dos inativos de forma geral.

situação estava fora de controle na capital do estado, e se houvesse um cortejo fúnebre naquelas circunstâncias as consequências seriam imprevisíveis, com uma possibilidade muito grande de a capital se transformar em uma praça de guerra. Tropas do Exército haviam assumido a segurança do palácio do governo e do policiamento do centro da cidade e havia o risco de confronto armado entre grevistas e militares do Exército. Houve negociações e a maioria das reivindicações dos manifestantes foram atendidas. Seguiu-se, então a “caça às bruxas” e 182 policiais militares foram expulsos em decorrência do movimento. Os que participaram e que conseguiram evitar a expulsão, alguns utilizando de recursos jurídicos na Justiça Civil, sofreram duras perseguições administrativas, incluindo prisões e transferências para outras cidades – alguns tiveram suas carreiras encerradas precocemente porque lhes foram bloqueadas as possibilidades de ascensão. A perseguição, “assédio moral”, dos oficiais aos praças que atuaram como lideranças no Movimento Grevista foi generalizada na capital do Estado e em todas as cidades do interior em que houve paralisação: foi um comportamento padrão que apenas variava de intensidade de acordo com a personalidade do oficial – o que leva a crer que esse comportamento padrão naquela situação pode ter sido determinado pelo comando geral da corporação.⁴²

Nas eleições de 1998, um acordo de campanha do candidato a governador de Minas Gerais, Itamar Franco, com as lideranças do movimento de 1997, levou a massa de praças a se tornar cabo eleitoral dele e das três lideranças agora candidatos deputados: cabo Júlio César Gomes dos Santos, a deputado federal, sargento Washington Fernando Rodrigues e o cabo Newton de Moraes a deputados estaduais. O cabo Júlio e Sargento Rodrigues haviam sido expulsos da corporação em virtude da atuação na greve. Após eleito, Itamar Franco, com apoio da Assembleia Legislativa, fez a separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, tornando-o uma corporação independente, com comando e orçamento próprios; sancionou a criação do Código de Ética dos Militares Estaduais que, dentre outras questões, aboliu a prisão disciplinar; reintegrou ao Corpo de Bombeiros, os 182 PMs expulsos por participação no movimento, através da Emenda à Constituição do Estado nº 39, de 2 de Junho

⁴² Cabe um esclarecimento sobre o cargo de comandante geral da PM. Trata-se de um cargo de confiança do Governador do Estado, que deve ser exercido por um coronel da corporação. Cargo com status de Secretário de Estado e com vantagem salarial inerente. Cada governador nomeia um coronel da sua confiança para assunção do cargo, conforme previsto na legislação. Há quem defenda que se mude a legislação para se adotar outras formas de acesso ao cargo, alguns falam em eleição direta, ascensão por antiguidade hierárquica, escrutínio com lista tríplice dos três mais votados (como no caso das universidades públicas) ou escrutínios sucessivos para escolha do primeiro, do segundo e do terceiro nome da lista, dentre outros formatos. Contudo, o formato utilizado é este em que o governador, por livre e espontânea vontade, escolhe o nome de sua preferência – é óbvio que antes de cada escolha existem articulações nos bastidores, levando-se em conta os interesses individuais e dos grupos envolvidos na composição do governo.

de 1999 (<https://www.bombeiros.mg.gov.br/>, Acesso em 25/02/2024). Outras normas internas foram sendo implementadas por força dos parlamentares eleitos, como facilitação ao acesso ao oficialato e de promoção à graduação de sargentos. Tudo isso como resultado direto do movimento.

FOTOMONTAGEM: LINHA DO TEMPO E SÉRIE “SEGUNDA PELE”⁴³



Fotomontagem da linha do tempo da PMMG, constando desde as Companhias de Dragões da Coroa Portuguesa, o Regimento de Cavalaria de Minas em 1775, a Conjuração Mineira, as campanhas na Segunda República, a Constituição de 1988 e, como limite contemporâneo a série de televisão “Segunda Pele”. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/externo/pagina/11673/url>



Convite para a première de lançamento da série “Segunda Pele – O preço da ordem”. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/4bpm/noticias/244323/serie-segunda-pele>.

⁴³ Esta fotomontagem contém imagens do site oficial da PMMG que ilustram o processo de mudanças na corporação. A primeira parte apresenta uma linha do tempo com ilustrações de alguns fatos históricos que retratam a trajetória da instituição. A segunda parte apresenta a cópia de um convite oficial para o lançamento da série televisiva “Segunda Pele – O preço da ordem”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J-75TdOxMtE>. Série, dirigida pelo cineasta Guto Areaphe e estrelada por atores profissionais e com viaturas, equipamentos e figurantes da PMMG, trata de questões relativas ao cotidiano dos PMs, suas dificuldades no trabalho e a luta para conciliar trabalho e assistência à família – se se considerar a relação extremamente fechada que a corporação historicamente sempre teve com a sociedade civil, a série traz uma abordagem que, em relação ao passado, pode ser considerada progressista, traz avanços em relação ao reconhecimento das limitações humanas dos profissionais e de dificuldades no exercício das atividades policiais militares..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hierarquia e a disciplina são os pilares institucionais, segundo os regulamentos das instituições militares, e, portanto, é a base da pedagogia policial-militar. Essa pedagogia é claramente voltada para, objetivamente, manter as relações de poder emanado que se estrutura em um sistema repleto de simbolismo e subjetividade que convivem com um aparente racionalismo. O processo de ensino-aprendizagem nesse meio se dá visivelmente pelo condicionamento fisiológico e mental. O ato de fazer continência, por exemplo, tomar a posição de sentido diante de um superior hierárquico, e muitas outras ações ritualísticas, tornam-se automáticas; a internalização de práticas de instruções militares como parte da rotina são demonstrações inequívocas desse condicionamento: os alunos, mormente dos cursos de formação de soldados, como foi demonstrado, durante os cursos e logo após a conclusão deles, mostram-se excessivamente entusiásticos, devotados cegamente ao ambiente militar, extremamente exaltados com os comandos em altos tons de voz e com ordens emanadas de maneira enérgica; a grande maioria de suas brincadeiras nos momentos de descontração são representações do que vivenciam nos cursos envolvendo autoritarismo e submissão.⁴⁴ Costumam encenar situações contrárias ao que vivem na prática, representando papéis de quem comanda, quem oprime, e não de quem é oprimido como o são no dia a dia dos cursos. É possível notar nesses atos aquilo que Freire (1987) afirma sobre o desejo do oprimido em assumir o lugar do opressor.

Diante de tudo que vimos nesta dissertação, não há como concluí-la sem falar dos reflexos do modelo pedagógico da PM na sua atividade-fim, isto é, na Segurança Pública.

Tradicionalmente, no Brasil, quando se fala em Segurança Pública, refere-se, no geral, ao trabalho da polícia ostensiva, no caso as Polícias Militares, e as polícias judiciárias, as Polícias Cíveis. Outras instituições como Polícia Federal, Polícia Penal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal (atualmente quase extinta, embora ainda exista legalmente) e Guardas Cíveis Municipais, não obstante a importância de cada uma delas nas respectivas áreas de atuação, são tratadas como se não fossem imprescindíveis nesse processo. Há um desconhecimento generalizado de que Segurança Pública não se faz senão

⁴⁴ A quase totalidade das brincadeiras dos alunos de cursos de formação da PM envolve a encenação de comandos, de ordens enérgicas e de atitudes de submissão de alguém ao seu tacão. São representações teatrais daquilo que vivenciam durante o curso e, em alguns casos, exageram propositadamente nas ações para torná-las anedóticas, mas sempre destacando o papel de quem tem o poder de comando.

com investimento em políticas públicas com foco nas necessidades básicas: educação pública, saúde pública (incluindo assistência e tratamento na saúde mental), moradia digna, saneamento básico, empregos (incluindo agricultura familiar, microempresas, cooperativas e as diversas formas de geração de renda), transporte público, inclusão digital, esportes, lazer, cultura, artes, etc., etc. A polícia, seja ostensiva ou judiciária, é apenas um instrumento complementar nesse processo.

Contudo, é preciso ressaltar que o aparelho policial, muito embora não seja o principal fator para a manutenção da Segurança Pública, é imprescindível para que a sociedade se mantenha organizada e não prevaleça a preponderância da lei do mais forte. O que se discute, entretanto, é a necessidade de submissão das instituições policiais a um processo de humanização para que a relação delas com a sociedade seja o mais saudável possível. Há defesas bem fundamentadas da desmilitarização das Polícias Militares como uma forma de tornar essas corporações mais humanizadas, há também quem defenda que a desmilitarização pura e simples não seria sinônimo de mudança comportamental dos seus integrantes pelo simples fato de se tornar uma instituição civil, haja vista que há corporações policiais civis, cujas formações seguem o mesmo padrão das PM e contam com um número elevado de integrantes que são violentos e arbitrários. Os que defendem que primeiro deve-se mudar o modelo pedagógico para depois pensar na estruturação dessas corporações, entendem que a urgência está na necessidade de mudanças na formação desses profissionais, independentes de serem militares ou civis. O fato é que essa questão ainda carece de estudos que de fato convençam sobre o melhor caminho. Arthur Trindade M. Costa é um dos que defendem que os problemas envolvendo a ação dos policiais militares estão bem além de serem militares, que a questão principal está na discricionariedade das ações, haja vista que não existe uma supervisão direta delas nas atividades cotidianas, isto é, ao contrário das operações militares em que os subordinados agem sob supervisão direta, os policiais militares, na maioria dos casos agem sem uma supervisão direta do comando, logo, o problema não estaria no fato de serem militares, mas na forma como se executam suas ações.

Ao contrário das operações militares em que os cabos e soldados estão sob forte supervisão dos sargentos e tenentes, as atividades policiais são marcadas pela distância entre superiores e subordinados, e pela grande autonomia que os policiais possuem no exercício das suas atividades cotidianas. Os policiais estão entre os profissionais que gozam de maior discricionariedade no exercício das suas funções, devido à grande variedade de situações que encontram no seu cotidiano. Essa discricionariedade lhes permite várias possibilidades de ação, tornando o processo decisório muito mais complexo. (COSTA, 2021, p. 297).

O fato recente envolvendo a ação de policiais rodoviários federais, na cidade de Umbaúba-SE, em 25/05/2022, que prenderam um cidadão no compartimento fechado da viatura e jogaram dentro desse compartimento uma bomba de gás lacrimogênio, com plena consciência do nível de desconforto que estavam causando no cidadão e do risco de morte dele – que se confirmou indubitavelmente por asfixia – indica que não basta desmilitarizar uma corporação para se ter ações mais humanizadas: os policiais rodoviários federais são profissionais civis, não obstante a formação destes obedecer ao modelo pedagógico de origem prussiana dos militares e policiais militares brasileiros. Ressalte-se que nesse modelo são comuns os alunos serem presos dentro de uma sala de aula e ali dentro ser atirada uma bomba de gás lacrimogêneo com portas e janelas mantidas trancadas por algum tempo para depois serem liberados para respirarem fora da sala: esta e outras inúmeras formas de causar desconforto nos alunos das corporações policiais militares e civis são utilizadas a pretexto de preparar o aluno para desenvolver a “resistência à psicofadiga”,⁴⁵ anteriormente tratada neste trabalho. O terror dos alunos nessas situações costuma ser tratado com deleite, características de sadismo, por alguns instrutores, conforme a definição de França (2015 e 2022).

Os policiais rodoviários federais que provocaram a morte do cidadão acima referida, muito provavelmente passaram anteriormente por situações como a citada em relação à sala de aula e apenas a reproduziu naturalmente. Assim, são inúmeras outras situações de franco desrespeito aos direitos humanos praticadas por profissionais dessas instituições que não deixam dúvidas que a gênese desse comportamento está na pedagogia empregada na formação deles, especialmente em relação à insensibilidade diante do sofrimento do outro, muitas vezes demonstradas por atitudes agressivas e de sarcasmo.

Os desvios de conduta citados por Gonçalves (2012) e definidos como produtos transtornos mentais despercebidos durante o processo de seleção ou em virtude de valores adquiridos pela “cultura institucional” estão, obviamente, como foi tratado ao longo deste trabalho em desacordo com o que reza o arcabouço normativo da corporação. As normas que regem a instituição são claras em relação à necessidade de se cumprir as leis com foco

⁴⁵ As ações para a chamada “preparação para resistência à psicofadiga”, na prática, podem ser definidas como aulas de tortura, com o próprio aluno sendo o objeto da ação. Em termos pedagógicos pode-se afirmar que isto é mais que aulas de tortura, independente do nome ou da justificativa dada. É a forma de ensinar ao aluno como se deve tratar a sociedade, ou seja, com violência, com desrespeito pela sua condição humana. O aprendizado que o aluno retém nessas aulas, fica introjetado em seu espírito de maneira tal que centenas de horas-aula teóricas de Direitos Humanos não têm o poder desfazer a ideia absorvida por ele durante a “aula” prática de alguns minutos.

no respeito à dignidade da pessoa humana: o texto do juramento solene do soldado ao ser formado como tal mostra isso; os demais juramentos da corporação seguem o mesmo padrão de raciocínio.

JURAMENTO SOLENE DO SOLDADO

Ao ser declarado Soldado da Polícia Militar de Minas Gerais,
sob os princípios da hierarquia e da disciplina,
assumo o compromisso:
de executar as atribuições que me competem na promoção da paz social;
Cumprir, rigorosamente, as ordens das autoridades a que estiver subordinado;
assegurar a dignidade humana,
as liberdades e os direitos fundamentais;
servindo a sociedade, em toda sua diversidade:
com respeito e participação,
com ética e transparência,
com coragem e justiça,
e dedicar-me, inteiramente, ao serviço Policial Militar,
Mesmo com sacrifício da própria vida.
(Cartilha para orientações básicas para o CFSd 2022)

Fica claro que há, na atualidade uma preocupação não só com o discurso, mas com os registros do que se trabalha no processo de ensino aprendizagem próprio da pedagogia policial-militar. Entretanto, os métodos pedagógicos aplicados não evoluíram (ou evoluíram pouco) ao longo de mais de um século e uma década – desde 1912. Apesar dos conteúdos sofrerem atualização, a abordagem com práticas desumanas e embrutecedoras de jovens em fase de amadurecimento continua estagnada, voltada para a difusão de um conteúdo político-ideológico propagado mundialmente nos anos de ocorrência da Revolução Russa e após esta.

Todo o aprendizado proporcionado aos policiais militares hoje tem alguma relação com o pensamento da época citada (final da segunda década de 1900), ainda que com uma roupagem atual, especialmente a visão político-ideológica reforçada um século depois no Brasil, ressurgida com um grupo em que Jair Messias Bolsonaro – num processo, arditamente arquitetado por ele e por outros integrantes desse grupo – conseguiu colocar em evidência como representante. Daí decorre o fenômeno definido por De Freixo (2020) e abordado por Valfré (2021) e Vidal (2023), como “bolsonarização das polícias militares”, qual seja, a adoção de um ideal ultraconservador e avesso aos Direitos Humanos nas fileiras das PMs.

As entrevistas mostram fatos que confirmam a tese de que o comportamento dos policiais militares, no geral, é pautado nos efeitos de uma pedagogia alienante e padronizante

de comportamentos. Todas as correlações feitas ao longo do texto entre o referencial teórico e as características e efeitos duradouros da pedagogia policial-militar se confirmam nas falas e nas entrelinhas dos relatos autobiográficos dos entrevistados.

À luz da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia e de outras ciências, pode parecer superficial falar de um grupo humano cuja maioria tenha um pensamento e comportamentos padronizados, haja vista a pluralidade de ideias e práticas culturais inerentes ao ser humano. Mas, os policiais militares, por se sentirem como uma sociedade à parte da sociedade civil, e ter esse sentimento cultivado no período de formação, e nas instruções – que representam uma formação continuada – acabam por se enquadrarem numa exceção. A maioria absoluta desses profissionais sente, pensa e age de maneira muito próxima de um padrão homogêneo, em virtude da pedagogia que os orienta.

Vê-se que, não obstante a regulamentação de um pensamento padronizado para uma aparente atuação em prol da justiça social, a prática comportamental, via de regra, é contrária a tudo isso. Ou seja, é possível perceber uma diferença gritante entre o discurso e a prática, e essa dicotomia, pelo que se depreende desta pesquisa, está relacionada aos métodos pedagógicos aplicados, que atendem a interesses maiores e mais complexos, dos quais falaremos um pouco no parágrafo seguinte. O ato de escrever para não cumprir é uma característica da sociedade liberal burguesa para manter seus meios de hegemonia e manutenção do poder. É o mascaramento da expropriação, base da acumulação capitalista, conforme a visão marxista. A pedagogia policial-militar faz parte do projeto de se manter um grupo armado, com integrantes da classe trabalhadora, para garantir, mesmo que de forma violenta, os interesses burgueses contra os próprios trabalhadores.

Um livreto institucional intitulado de “1789 - 1989: Bicentenário da Inconfidência Mineira”, distribuído à tropa em 1989, enaltece a história da corporação, citando o seu “integrante mais ilustre”, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, e conclui destacando a importância da PMMG para o seu Estado:

Sua ação, contudo, transcende em muito aquelas que dizem respeito estritamente aos chamados “órgãos de segurança pública”. A Polícia Militar é uma INSTITUIÇÃO PERMANENTE, estruturada nos princípios da hierarquia e disciplina, cuja história, como já visto, se permeia e se entrelaça com o próprio processo de formação da comunidade mineira. Ela está completamente enraizada e integrada em todos os planos da vida comunitária, através da presença sempre efetiva, do apoio irrestrito e da suplementação de esforços a outros órgãos públicos.

O policial-militar é o protótipo do mineiro, pois, historicamente, reúne, a um só tempo, seus valores, seus ideais e sua tradição. A Polícia Militar, portanto, como um todo, aglutina e sintetiza o patrimônio maior de nossa gente. (PMMG, 1989, p. 22).

Outro texto que aborda a conduta do policial militar no contato com a sociedade é o Manual de Policiamento Ostensivo de Radiopatrulhamento (1976, p.94), que traz explícita a necessidade de o PM se relacionar bem com outros órgãos de segurança e com a comunidade em geral: “O policiamento ostensivo de radiopatrulha constitui atividade de Relações Públicas e forma continuamente, compreensão, cooperação e boa vontade dentro dos órgãos de segurança e no seio da comunidade em geral.”

O modelo pedagógico de origem prussiana que discutimos aqui forma indivíduos que valorizam o corporativismo, aprendem a ver a sua instituição como uma sociedade à parte da sociedade civil e tem a violência como um método de ação no desempenho do papel da corporação diante da sociedade. O ideal de preparação para a guerra – mesmo em algumas instituições civis tem uma preparação nesse sentido: embora talvez menos rigorosa que dos policiais militares –, cuja essência é a identificação de quem é aliado e quem é inimigo, é preponderante nesse modelo, ainda que não admitido ou mesmo não percebido por muitos desses profissionais. Quem estiver de alguma forma relacionado a práticas ilegais, seja perceptiva de maneira objetiva ou apenas subjetiva, isto é, estiver em alguma condição que leve ao entendimento de que tal pessoa tenha relação com o crime (local, trajes, postura, cor, etc.), o tratamento dado é sempre do militar em guerra: de combate ao inimigo. Ressalte-se, obviamente, as exceções e os casos como o relatado por Soares (2017) ao descrever a entrevista de um oficial do alto escalão da PM de São Paulo que declarou abertamente que o tratamento do policial em relação à população deve ser diferente quando se trata de um morador de bairro nobre e de um da periferia. Diante disto, cabe perguntar por que, mesmo depois de tantas mudanças, ao longo da sua trajetória histórica, persiste na PM a pedagogia calcada na violência? Para responder a essa indagação, é preciso, dar sequência à discussão do parágrafo anterior sobre as estratégias da burguesia para manter seus meios de hegemonia e manutenção do poder e, ao mesmo tempo, retomar a análise sobre o papel da PM na sociedade e sobre o que mudou no papel da corporação do período colonial até os dias atuais.

A verdade é que houve uma série de mudanças, mas o papel da corporação permaneceu o mesmo desde o início: garantir a defesa dos interesses das elites; ela apenas se adaptou a cada conjuntura ao longo da sua trajetória. A formação dos integrantes da corporação sempre seguiu uma preparação ideológica que leva cada um dos seus integrantes a cumprir sua parte nesse papel sem perceber que há uma “força invisível” nesse processo, conduzindo suas ações na direção da manutenção dos privilégios da classe dominante.

Em segundo lugar, em resposta à indagação, está a necessidade de se manter sob controle um grupo numeroso, milhares de indivíduos (os praças) de origem pobre, culturalmente violentos, portando armas como ferramentas de trabalho, na sociedade moderna. A base teórica desse controle se baseia em um princípio da teoria absolutista – os homens são naturalmente maus e egoístas, e carecem de um poder que os mantém em temor, conforme Hobbes (s.d.) citado no item 2.3, ou seja, a operacionalização do controle dessa massa, passa necessariamente pelo uso da violência.

A pedagogia da PM, tal qual a pedagogia utilizada nas Forças Armadas, ambas têm origem na matriz prussiana (uma trazida pelo suíço Robert Drexler e a outra trazida pela Missão Francesa, na segunda década do Século XX), têm como fundamento a hierarquia e a disciplina, princípios do Positivismo, mas o seu cerne é a violência, princípio do pensamento absolutista. Portanto, essa pedagogia existe em consonância com os ideais da extrema direita e tem se adaptado a cada conjuntura histórica do país, porém, sem perder a sua essência de força atuante em favor das elites sociais.

REFERÊNCIAS

FILMES/VÍDEOS

ESCRAVIDÃO NO BRASIL EXISTE! Documentário exibido no Canal Preto: <https://www.youtube.com/watch?v=MilkH47CMs>.

O CASO DOS IRMÃOS NAVES. Direção: Luiz Sérgio Person; roteiro Luiz Sérgio Person/Jean-Claude Bernadet. Baseado no livro “O Caso dos Irmãos Naves - Um Erro do Judiciário”, escrito por João Alamy Filho (1908-1993), advogado dos réus. Produção: Glauco Mirko Laurelli/ Luiz Sérgio Person, Brasil: Rex filmes, 1967. Digital disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aMrZu0P9ikc>.

O OVO DA SERPENTE. Direção: Ingmar Bergman. Produção: Dino De Laurentis. EUA/Alemanha: Metro-Goldwyn-Mayer, 1977. Digital disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=M0WqyFnNsiE>. Acesso em 01/05/2023.

REPÓRTER CHAMA O SUB TENENTE DE CABO E A ENTREVISTA É INTERROMPIDA. Disponível em: <https://fb.watch/r3O1Fo0eTp/>. Acesso em 15/12/2023.

TUDO EXCESSO É SINTOMA DA FALTA DE ALGO? Luiz Pondé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GNOrqUXGREs>. Acesso em 21/11/2023.

SEGUNDA PELE – O preço da ordem. (Série online), direção de Guto Aeraphe e produção de Humberto Rezende. Belo Horizonte: DCO-PMMG, 2022. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/4bpm/noticias/244323/serie-segunda-pele>.

TROPA DE ELEITE. Direção: José Padilha. Produção: Zazen Produções, Brasil: Universal Picture, 2007. Digital disponível em www.netflix.com.

FOTOS

CONVITE para a première de lançamento da série “A Segunda Pele – O preço da ordem”. <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/4bpm/noticias/244323/serie-segunda-pele>.

INSTRUÇÃO em buraco enlameado. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/09/30/aluno-soldado-que-denunciou-maus-tratos-para-desistir-de-treinamento-da-pm-no-ac-consegue-liminar-para-voltar-a-curso.ghtml>. Acesso em 19/01/2023.

INSTRUÇÃO em lamaçal. Disponível em: <http://www.milicoponderao.com/2014/07/no-meu-tempo-e-depois-do-meu-tempo.html> . Acesso em 25/05/2023.

LINHA do tempo da PMMG. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/externo/pagina/11673/url> . Acesso em 10/11/2023.

ENTREVISTAS

ENTREVISTADO A – Entrevistador: João Nunes Figueiredo. Em 20/09/2023 – Local: Residência do entrevistador, bairro João Botelho, Montes Claros-MG.

ENTREVISTADO B – Entrevistador: João Nunes Figueiredo. Em 01/10/2023 – Local: Residência do entrevistado.

ENTREVISTADO C – Entrevistador: João Nunes Figueiredo. Em 10/10/2023 – Local: Residência do entrevistado.

ENTREVISTADO D – Entrevistador: João Nunes Figueiredo. Em 10/10/2023 – Local: Residência do entrevistado.

ENTREVISTADO E – Entrevistador: João Nunes Figueiredo. Em 15/10/2023 – Local: Residência do entrevistado.

ENTREVISTADO F – Entrevistador: João Nunes Figueiredo. Em 18/10/2023 – Local: Residência do entrevistado.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL/PUBLICAÇÕES OFICIAIS

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 667 DE 02/07/1969. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/523961>. Acesso em 05/05/2022.

BRASIL. DECRETO Nº 5.289 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5289.htm. Acesso em 22/02/2024.

BRASIL. DECRETO Nº 7.957, DE 12 DE MARÇO DE 2013. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7957.htm. Acesso em 22/02/2024.

BRASIL. **Regulamento De Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimônias Militares das Forças Armadas** (Rcont), Brasília-DF: DOU, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Base nº 5.692, de 11/08/1971**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/apm/item/5313/url>. Acesso em 08/08/2023.

BRASIL. **Direitos Humanos**: Novo nome da liberdade e da democracia. Brasília: Presidência da República, 1995.

MINAS GERAIS. **Academia da Polícia Militar – Histórico**. Disponível em <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/apm/item/5313/url>. Acesso em 31/10/2023.

MINAS GERAIS. **Constituição Estadual de Minas Gerais**, com alterações até 2002. Disponível em: <https://www.bombeiros.mg.gov.br/>. Acesso em 25/02/2024.

MINAS GERAIS. **Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Gráfica Meridional, 1999.

MINAS GERAIS. **Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais**. Disponível em <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/>. Acesso em 24/10/2021.

MINAS GERAIS. **Lei Complementar nº 115, de 05/08/2010**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/115/2010/>. Acesso em 02/01/2024.

MINAS GERAIS. **História da PMMG**. Disponível em <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/31bpm/>. Acesso em 21/03/2022.

MINAS GERAIS. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (R-116)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984. 247 pp.

MINAS GERAIS. **Segurança Pública (CONSEP)**. Belo Horizonte: IOEMG, 2002.

NORMAS INTERNAS DA PMMG

APOSTILA da disciplina “Administração e Logística” do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. APM, 2000.

BGPM nº 146/90, de 09/08/1990. Memorando nº 3107/90-CG-Circular, de 08/08/1990.

BOLETIM INFORMATIVO nº 12. Seção de Assuntos Cíveis (PM-5), ano 3, 1976.

BOLETIM INFORMATIVO nº 13. Seção de Assuntos Cíveis (PM-5), ano 3, 1976.

BOLETIM INTERNO nº 028/79-10º BPM, de 09/07/1979.

BOLETIM INTERNO nº 041/79-10] BPM, de 08/10/1979.

BOLETIM INTERNO nº 044/79-10º BPM, de 29/10/1979.

BOLETIM INTERNO nº 047/79-10º BPM, de 19/11/1979.

BOLETIM INTERNO nº 052/80-10º BPM, de 19/12/1980.

BOLETIM INTERNO nº 052/ 81-10º BPM, de 28/12/1981.

BOLETIM INTERNO nº 001/83-10º BPM, de 03/01/1983.

CARTILHA de Instruções reguladoras da seleção e matrícula de candidatos civis e militares das Forças Armadas no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais – Período Básico – para o ano de 1978. Belo Horizonte: ESFAO/Divisão de Ensino, 1977.

CARTILHA de orientações básicas para os discentes do Curso de Formação de Soldados da PMMG – CFSd 2022. Belo Horizonte: APM/EFS, 2022.

DIRETRIZ PARA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA nº 04/2002-CG. A Filosofia de Polícia Comunitária na PMMG. Belo Horizonte: IOE MG, 2002.

DIRETRIZ nº 05/2002/CG – Estruturação e Funcionamento de Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Belo Horizonte: IOEMG, 2004.

DIRETRIZ nº 09/2004/CG – Aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência (PROERD) pela PMMG. Belo Horizonte: IOEMG, 2004.

INSTRUÇÃO DE EDUCAÇÃO DE POLÍCIA MILITAR nº 02/2020. Separata do BGPM nº 77, de 08/10/2020.

INSTRUÇÃO DE EDUCAÇÃO DE POLÍCIA MILITAR nº 18/2016. Belo Horizonte: APM, 2016.

MANUAL DE POLICIAMENTO OSTENSIVO DE RADIOPATRULHA. Belo Horizonte: IOEMG, 1976.

PMMG – 1789 – 1989: Bicentenário da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: IOEMG, 1989.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AGÊNCIA ESTADO. **Militares das Forças Armadas rejeitam status de general para PMs.** Disponível em <https://www.agazeta.com.br/brasil/militares-das-forcas-armadas-rejeitam-status-de-general-para-pms-0121>. Publicado em 13/01/2021. Acesso em 30/03/2022.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Tropas em Protesto: O ciclo dos movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997.** (Tese de Doutorado do Programa de Pós graduação em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Orientador José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: USP, 2010.

ALVES, Juliana do Carmo Cardoso. **Memória dividida: narrativa acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997.**

(Dissertação de Mestrado História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

ANTUNES NETTO, Fernando. **Capacitação em Operações Especiais Policiais: Salvar vidas e aplicar a lei**. Belo Horizonte: APM, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/94931368/capacitacao-em-operacoes-especiais-fernando-antunes-netto-monografia-2011>. Acesso em 04/08/2022.

_____. **Capacitação em Operações de Controle de Distúrbios: Restauração da ordem e garantia da paz**. In: Revista O Alferes, Belo Horizonte, jan./jun./2017, p. 51-78. Disponível em <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br>. Acesso em 26/07/2022.

ARAÚJO F.M. de B; ALVES, E.M CRUZ, M.P. **Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu**. Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia v.1, n.1, jan-jun/2009.

ARENDDT, Hanna. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla et al. **Na inquietude da paz**. Porto Alegre-RS: CAPEC, 2001.

_____. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo-RS, 2002.

BARRETO, Marcelo Menna. **O bolsonarismo tem tendências nazistas e fascistas, diz historiador judeu**. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2021/06/o-bolsonarismo-e-nazifascista-diz-historiador-judeu/>. Publicado em 17/06/2021. Acesso em 31/03/2022.

BARROS, Lúcio Alves de. **Da polícia bilontra à polícia catatônica**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/4613>. Acesso em: 02/07/2022.

BECKERT, Michele. **Saúde Mental de Policiais Militares e Psicoterapia**. Postado em 23/04/2019. Disponível em <https://www.wainerpsicologia.com.br/>. Acesso em 24/10/2021.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. Disponível em <https://www.scielo.br/sp>. Acesso em 21/10/2021.

BOAVENTURA, Renato Pereira. **Bolsonarismo e o conceito freudiano de “massa”: um estudo da depredação das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023**. Universidade Federal de São Carlos/ CECH, 2023, (Monografia). Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/19056/Bolsonarismo.> Acesso em 15/02/2024.

BOHNEN, Neusa Teresinha. **A jornada do herói: A narrativa autobiográfica na construção da identidade profissional do professor**. Goiânia: UFG/PPGMLL, 2011 (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denice Bárbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004b.

_____. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.

BRENNER, Charles. **Noções básicas de Psicanálise – introdução à Psicologia Psicanalítica**. Rio de Janeiro: Imago/São Paulo: USP, 1975.

CAMPOS, Ertz Ramon Teixeira & OLIVEIRA, Francisco Malta de. **A primeira turma de mulheres policiais militares da cidade de Montes Claros - MG: Do resgate histórico ao reconhecimento**. Revista O Alferes, Edição Especial: Belo Horizonte, p. 73-96, Jan./Jun.-2021.

CARNEIRO, José Carlos. **Capitão, o senhor está preso!** Rio de Janeiro: Codecri, 1981. (Coleção Edições do Pasquim, v 99).

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

CASTRO, Celso & LEINER, Piero (organizadores). **Antropologia dos Militares – reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAVALCANTI, Klester. **A dama da liberdade: A história de Marinalva Dantas, a mulher que libertou 2.354 trabalhadores escravos no Brasil em pleno século XXI**. São Paulo: Amazon, 2016.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os pensadores.

COSTA, Dayane Stephanie Maia; CALDEIRA, Luana Maria Maia; MENDES, Renat, Nureyev. **Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais: 70 anos de História e Memórias de um Educandário**. Ipatinga-MG: Tiradentes, 2019.

COSTA, Arthur Trindade M. **A Polícia Militar e seus dilemas identitários.** Contemporânea, v. 11, n. 1, p. 287-312, Jan.–Abr. 2021.

COTTA, Francis Albert. **Reflexões iniciais sobre as contribuições do Corpo Escola e Escola de Sargentos para o processo pedagógico policial-militar (1912-1931).** Revista O Alferes, Belo Horizonte, n. 16, p. 25-66, jan.-jun. 2001.

_____. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

_____. & SILVA, Marcilene. **Uma atípica cerimônia militar: movimento dos praças da polícia em Minas Gerais.** Belo Horizonte: ArteSam, 2020.

CRUSOÉ JÚNIOR, Nilson Carvalho. **O ensino militar na Era Vargas e a formação dos policiais militares da Bahia.** História: Debates e Tendências – v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 277-292. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br>. Acesso em 10/02/2024.

D'AMORIM, Maria Alice. **Dizer e fazer: A concordância entre atitude e comportamento.** Revista Psicologia, Teoria e Pesquisa, Brasília V.1 N.2 p. 118-122, maio-agosto de 1985. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/download/16966/15276/28491>. Acesso em 28/02/2024.

DAYNES, Kerry; FELLOWES, Jessica. **Como identificar um psicopata: cuidado! Ele pode estar mais perto do que você imagina.** Trad. Mirtes Frange de Oliveira Pinheiro, São Paulo: Cultrix, 2012.

DE MARCO FILHO, Luiz; ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Caetano de. **A formação de oficiais na PMMG: Um pouco de História.** In.: SANTOS, Oswaldo Heleodoro dos. Et al. Memória Viva – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: O lutador, 1991.

DURKHEIM, Émile. **Fato Social e Divisão do trabalho.** São Paulo: Ática, 2011.

ESCORSIM, Francisco. **Os ovos das serpentes (4).** São Paulo: Gazeta do Povo, 05/06/2020. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/francisco-escorsim/os-ovos-da-serpente-4/>. Acesso em 01/05/2023.

FIGUEIREDO, João N. **Apontamentos sobre o simbolismo militar: atitudes, rituais, gestos e signos que se traduzem em manifestações de poder dentro do campo militar.** Revista Parajás, v.5, nº 1, 2022, p. 42-63. Disponível em <http://revista.institutoparajas.org/index.php/parajas/article/view/107>. Acesso em 11/07/2022.

FIGUEIREDO, João. **Autoritarismo ou violência Simbólica? A presença do comportamento impositivo nas relações familiares, políticas, profissionais e sociais no**

Norte de Minas. TCC da disciplina “Formação Social, Econômica e Cultural no Norte de Minas” do Mestrado em Desenvolvimento Social da UNIMONTES (2003). Disponível em www.recantodasletras.uol.br/autores/joaofigueiredo/e-livros. Acesso em 20/10/2021.

_____. **Wilhelm Reich e o conceito de opressão: Uma abordagem filosófica sobre as relações de poder na obra Psicologia de Massas do Fascismo.** Montes Claros/MG: Unimontes, 2009. (Monografia de conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Filosofia / Unimontes – linha de pesquisa: Filosofia política).

_____. **A formação ideológica dos soldados e cabos da PMMG na década de 60.** Montes Claros-MG: FASA, 2007a. (Monografia como TCC do Curso de Pós-graduação lato sensu em Linguística: Ênfase na produção de texto das Faculdades Santo Agostinho).

_____. **A pedagogia policial militar hoje: Retrato da sociedade civil do Brasil Colônia?** Montes Claros/MG: Unimontes, 2006. (Artigo TCC da disciplina optativa do Mestrado do PPGDS/Unimontes, “Pedagogia dos Movimentos Sociais” – Prof. Dra. Regina Célia).

_____. **Ataque ao Palácio e outros causos da caserna.** Montes Claros: Coopergraf, 2018. 152 pp.

_____. **Presença dos Militares ao longo dos 150 anos de Montes Claros.** Revista Tempo: Montes Claros/MG, 2007b, p. 28 – 31.

_____. **Motim no Norte de Minas: 1997 – Memórias de uma greve de PMs que começou dentro da Universidade.** 2 ed. Montes Claros: Millenium, 2023. 154 pp.

_____. **“Trotos” aos “Calouros” – Brincadeiras ou Manifestações de Poder?** Jornal do DCE/UNIMONTES, Montes Claros, mai.1995, p. 4.

_____. **O conservadorismo descortês e hostil de Bolsonaro é endêmico: o presidente abriu as comportas de sentimentos que jaziam camuflados em grande parte da população brasileira.** São Paulo: Amazon, 2020.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FILOCRE, Laurentino de Andrade. **Guia do PM.** Belo Horizonte: PMMG, 1973.

FILOCRE, Laurentino de Andrade. COUTINHO, Jair Cançado. **O papel do instructor (Noções de Pedagogia Militar).** Tradução do original “ROLE DE L’INSTRUCTEUR”. Belo Horizonte: IOEMG, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A microfísica do poder.** Petrópolis: Vozes, 1979.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **A pedagogia do sofrimento em um acampamento bombeiro militar**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 16 n. 1 (2022): Edição especial: A formação dos profissionais de segurança pública. Disponível em: <https://revista.forumseguRanca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1438>. Acesso em 13/07/2022.

_____. **“Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar**. Revista Brasileira de Segurança Pública, 2015. Disponível em:

https://www.academia.edu/35969099/SE_N%C3%83%AGUENTAR_CORRA_Um_estudo_sobre_a_pedagogia_do_sufrimento_em_um_curso_policial_militar. Acesso em 14/07/2022.

_____. **“O Soldado é algo que se fabrica”:** Notas etnográficas sobre um curso de formação policial militar. Revista TOMO, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 34, p. 359-392, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/10378/8336>. Acesso em 05/03/2024.

FRASSETO, Silvana. **Você é uma pessoa inflexível?** Disponível em <https://www.silvanafrassetto.com.br/voce-e-uma-pessoa-rigida-e-inflexivel/>, 2016. Acesso em 01/10/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17 ed., 1987.

FREUD, Sigmund. **Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância**. In: Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996a, v. XI, p. 73-141.

_____. **Totem e tabu**. In: Obras completas de Sigmund Freud. Trad. Jaime Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b, p. 21-163.

FREIXO, Eduardo de. **Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo**. Copenhague/Rio de Janeiro: Zazie edições, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Heli José. **Controle social e violência: uma análise da Polícia Militar de Minas Gerais**. PPGDS/Unimontes: 2012. Dissertação de Mestrado, orientador: Prof. Dr. Elton Dias Xavier.

GONÇALVES, Lucas. **Missão Militar Francesa: o que foi e qual a sua importância?** Publicado em 08/09/2022. Disponível em: <https://militares.estrategia.com/portal/mundo-militar/datas-comemorativas/missao-militar-francesa/>. Acesso em 15/10/2023.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GUERRA, João Paulo Diniz. **100 anos da missão militar francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira**. TCC de Especialização em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

GUIMARÃES, Thiago. **“Pedagogia do sofrimento” em treinamento alimenta violência policial, diz capitão da PM**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/01/05/pedagogia-do-sofrimento-em-treinamento-alimenta-violencia-policial-diz-capitao-da-pm.htm>. Acesso em 13/07/2022.

HOBBS, Tomas. Leviatã. Richard Tuck (Org.). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4883474/mod_resource/content/1/Leviata.pdf. Acesso em 30/01/2024.

LEITE, Fábio de Jesus. **A propaganda como ferramenta para geração de segurança subjetiva**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/caes/artigos/Artigos>. Acesso em 15/11/2023.

LENHARO, Alcir. **Nazismo “O triunfo da vontade”**. São Paulo: Ática, 1991.

LESSA, Marcelo de Lima. **A simbologia das operações especiais**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/76178/a-simbologia-das-operacoes-especiais>. Publicado em 19/08/2019. Acesso em 08/04/2022.

LIMA, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a educação**. Dissertação de Mestrado, orientador Professor Dr. Antônio da Silva Menezes Junior. Goiânia: PUC-Goiás/PPGDE, 2018.

LIPIANSKY, Edmond-Marc. **A Pedagogia Libertária**. São Paulo: Imaginário, 1999.

LOPES Paola Bonanato. **O ensino policial militar na PMMG: dos primórdios à educação de nível superior**. Disponível em <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/228/148>. Acesso em 20/02/2023.

LYNCH, Christian. & CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O Populismo Reacionário**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MACHADO, Luiz Eduardo Mateus. **O Movimento Grevista de 1997 na Polícia Militar de Minas Gerais**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/ec5d3e85-94dc-4ca1-bbdb-7e72ea90e910/>. Acesso em 20/01/2014.

MANDEL, Ernest. **Sobre o fascismo**. Lisboa: Antídoto, 1976.

MARTINS FILHO, Tomaz. & ROCHA, Damião. **Os Fundamentos da Pedagogia Prussiana Liberal: reflexões sobre o hábito disciplinar no currículo militarista**. In: Revista Educação e Emancipação, v.11, nº 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/8916/5405> . Acesso em 01/08/2022.

MARTINS, José Mário. **Instituição policial militar e Segurança Pública: análise à luz da política jurídica**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado Acadêmico em Ciência Jurídica da UNIVALI. Orientador: Professor Doutor João José Leal Itajaí: UNIVALI, 2008.

MARTINS, Juliana. & CRUZ, Juliana Lemes da. **As mortes de policiais em 2022**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/6f1ad9ee-0e4a-431d-8bda-55e3e3520b81/>. Acesso em 01/02/2024.

MATOS, João Lúcio de. **Minha vida na Polícia Militar de Minas Gerais – Crime e covardia**. Belo Horizonte: Dangraf, 2008.

MELLO, Waldyr Jansen de. **Manual de Formação do Soldado**. 12. Ed., São Paulo: CIB, 1985.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOREIRA, Nádia Xavier; SILVA, Rita Emília Alves da; CELESTINO, Sabrina. **Habitus Militar: Reflexões sobre os sujeitos da caserna**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, v. 35, n. 74, p. 33-50, maio/set. 2020.

MUSUMECI, Leonarda. & MUNIZ, Jacqueline. **As instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Janeiro de 2000. https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2011/06/MARE-CAPES_02_Inst_seg_RJ.pdf.

NASCIMENTO, Gilberto. **Aumenta o número de suicídios entre PMs**. São Paulo: Folha de São Paulo, 17/11/2000.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. **Cultura de Polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

PEIXOTO, Paulo. **Proposta de anistia a policiais expulsos em 97 desagrada a oficiais**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc02049905.htm>, São Paulo, Sexta-feira, 02 de Abril de 1999. Acesso em 10-01-2021.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **O Corpo de Guardas Municipais Permanentes**. Portal do Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/307-corpo-de-guardas-municipais-permanentes-da-corte>. Acesso 15/02/2024.

- PEREIRA, Douglas Rodrigo. **Elementos do complexo de Édipo na toxicomania: a droga como afastamento da castração na neurose**. Caderno de Psicanálise. vol.38 no.35 Rio de Janeiro, dez/2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952016000200007. Acesso em 27/02/2024.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. **Análise do Caráter**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- REIS, Marco Antônio Gomide. **A evolução do Policiamento Ostensivo – Sua execução na capital**. Revista “O Alferes”, ano 5, nº 13, abr/mai/jun-1987, p. 99-108.
- RIBEIRO, Lucas Cabral. **História das Polícias Militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul**. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007> . Acesso em 21/10/2021.
- RUBINI, Rosana. **Feridas psíquicas, Jung e o narcisismo**. Revista Junguiana vol.38 no.1 São Paulo, jan./jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-08252020000100003. Acesso em 27/02/2024.
- SANTANA, Sérgio Lopes & SABINO, Alini Daniéli Viana. **Estresse Policial Militar: efeitos psicossociais**. Disponível em <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/>. Acesso em 22/10/2021.
- SANTOS, Antônio Norberto dos. **Policiamento**. 3 ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial MG, 1969.
- SANTOS, Júlio César dos. **O dia em que a Polícia parou! – A verdadeira história da greve da polícia mineira que parou o Brasil: Cabo Júlio**. Belo Horizonte: s.e., s.d.
- SENA, Lázaro Francisco. **História do 10º Batalhão da Polícia Militar**. Montes Claros: Millennium, 2014.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqqhYyw4mmn5m8pw/>. Publicado em 10/04/2022. Acesso em 22/08/2002.
- SCHUVITZKI, Wagner Sobreira. **A cultura das “panelinhas” na administração pública e a responsabilidade do servidor público envolvido**. Disponível em: www.conteudojuridico.com.br. Acesso em 15/02/2024.

SIMÕES, Marlon Wallace Alves. **Cultura e mudança organizacional na PMMG após o processo de redemocratização e promulgação da Constituição de 1988.** S.d. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/5/5>. Acesso em 15/12/2023.

SILVA, Camila Gonçalves. **Censura, repressão e silêncio: A memória da imprensa escrita de Montes Claros durante o Governo Militar (1964-1985).** Revista *Ágora*, Vitória-ES, n.11, 2010, p.1-17.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural.** *Psicol. Educ.* [online]. 2009, n. 28, pp. 169-195. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em 20/10/2023.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Ritual e Política: excerto.** In: *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, pp. 75-91, março, 2008.

SILVEIRA, Eranildo da. **Ensino militar é voltado para a violência.** São Paulo: *Jornal do Brasil*, 21/06/1992.

SILVEIRA, Geraldo Tito da. **Crônicas da Polícia Militar de Minas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

SOARES, Luís. **Chefe da Rota diz que PM deve tratar pobres e ricos de formas diferentes.** Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/08/chefe-da-rota-diz-que-pm-deve-tratar-pobres-e-ricos-de-formas-diferentes.html>. Editorial de 23/08/2017. Acesso em 04/08/2022.

SOUZA, Marcos Paulo de. **“O Caso dos Irmãos Naves”:** O poder coercitivo da farda. Uberlândia-MG: UFU, 1996, (monografia).

SPENCER, E.A.; HENEGHAN, C. **Confirmation bias.** In: *Catalogue Of Bias 2018. Viés de confirmação* (Confirmation bias). Tradução Ana Luiza Cabrera Martimbianco, Rafael Leite Pacheco e Rachel Riera. Oxford Brasil EBM. Disponível em: <https://oxfordbrazilebm.com/index.php/vies-de-confirmacao/>. Acesso em 20/10/2023.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar.** Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. 2. Ed. São Paulo: Polícia Militar de São Paulo, 1999.

TZU, Sun. **A arte da guerra.** São Paulo: Cultura Brasil, 2010.

VALENÇA, Suzana. **Por que seres humanos não mudam de ideia mesmo quando estão errados?** 29/04/2020. Disponível em <https://suzanavalenca.medium.com/>. Acesso em 15/02/2023.

VALFRÉ, Vinícius. **Política de segurança do governo é “falha”, diz historiador.** 27/06/2021. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/>. Acesso em 20/10/2021.

VIDAL, Yara. **“Bolsonarização” das polícias militares enfraquece a democracia.** Postado em 31/05/2021. Disponível em <https://www.socialismocriativo.com.br/bolsonarizacaodas-policias-militares-enfraquece-a-democracia/>. Acesso em 25/03/2023.

VIEIRA, Fábio Antunes. **De Policiais a Combatentes: A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Montes Claros: Unimontes, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade - Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: UNB, 2004.

WERNECK, Gustavo. **Joaquim Silvério dos Reis: o primeiro delator a mudar a história.** Jornal Estado de Minas Gerais, 21/04/2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/21/interna_gerais,863893/joaquim-silverio-dos-reis-o-primeiro-delator-a-mudar-a-historia.shtml. Acesso em 03/03/2024.